

Luiz Alfredo Galvão

DIALÉTICA DA TRANSIÇÃO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP
Julho - 1992

ÍNDICE

I - SITUAÇÕES DE TRANSIÇÃO E DUALISMO	
ESTRUTURAL	07
Uma questão controvertida	07
O desenvolvimento do capitalismo segundo Lênin	10
Sobre o conceito de formação econômica da sociedade	18
A acumulação primitiva na transição para o capitalismo	30
Dualismo mercantil-estatal	45
II - A PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS EM	
O CAPITAL	59
A construção do conceito	59
O conceito e a realidade	65
A produção mercantil simples como conceito	73
III - SOBRE A PRODUÇÃO EM GERAL	87
A história em <i>O Capital</i>	87
A estrutura da produção e a história	102
A reflexão onerosa	110
A produção em geral	115

“Como ocorre com as eras geológicas, não existem linhas de demarcação rigorosas separando as diversas épocas da história.” Marx, *O Capital* (livro I, cap. XIII, 1), Civ. Bras., Rio, 1975, p. 424.

“Para Marx só uma coisa importa: descobrir as leis dos fenômenos que ele pesquisa. Mas o que lhe importa não é somente as leis que regem esses fenômenos enquanto eles têm uma forma definida e se encontram numa conexão que se pode observar num momento dado. O que importa sobretudo é a lei de sua modificação, de sua evolução, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relação para outra”. O mais importante, de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relação para outra.”

Trecho do periódico “*Mensageiro Europeu*”, publicado em São Petesburgo, de maio de 1872, numa resenha sobre *O Capital*, que Marx aprovou com tanta convicção, que o transcreveu no prefácio da 2ª ed., com a seguinte observação:

“Ao retratar, fielmente, o que chama de meu verdadeiro método, pintando o emprego que a ele dei, com cores tão benévolas, que faz o autor senão caracterizar o método dialético?”

I SITUAÇÕES DE TRANSIÇÃO E DUALISMO ESTRUTURAL

Uma Questão Controvertida

Trata-se de uma questão de método. O grande problema das ciências sociais é o fato de que elas não podem lançar mão da experimentação, dos laboratórios, de reações químicas, microscópios, etc. Ora, dado este *handicap*, as ciências sociais precisam ter seus instrumentos próprios de análise do real. Para substituir a tecnologia das ciências naturais, as sociais têm como único instrumento a *abstração*. Para formular o conceito da queda dos corpos, o cientista natural criou uma situação artificial no laboratório e pode examinar o fenômeno na sua forma pura de manifestação, isto é, sem a interferência de nenhum acontecimento que pudesse alterar o movimento dos corpos no vazio. O cientista social que, por exemplo, quisesse conhecer as leis que regem a produção capitalista, teria que vê-la funcionando na sua forma pura, sem a interferência de nenhum fator que não fosse próprio dela mesma. Mas como um sociólogo não pode realizar uma experiência, criando artificialmente num laboratório uma sociedade em que existam apenas burgueses e proletários, ele é obrigado a se utilizar da abstração.

Assim, as leis e os conceitos que o sociólogo pode formular não estão referidos a uma realidade imediata - empírica -, mas a uma abstração do real-concreto. O caminho da construção conceitual tem o seu ponto de partida no concreto real - numa totalidade viva -, da qual se destacam algumas *relações gerais abstratas determinantes*. A partir destas abstrações reconstroi-se o concreto, mas não como uma representação imediata da realidade empírica. O concreto vai reaparecer como resultado de um processo de síntese, isto é, *o concreto é repro-*

duzido pela via do pensamento. O ponto de origem é o concreto real - a totalidade viva -, e o resultado do processo da construção científica é o concreto como totalidade pensada. É precisamente por isto que o conceito é o conceito, porque é a síntese de múltiplas determinações.

Desta forma, o modo de produção capitalista, enquanto conceito, não é um reflexo-espelho da realidade imediata, mas é a reconstrução pelo pensamento de uma sociedade integrada apenas por burgueses e proletários, em que todo trabalho social está subsumido ao capital. O conceito e as leis científicas são, portanto, uma espécie de *tipo ideal*, como tão bem lembrou Lênin: "As leis referem-se tão somente ao típico, ao que Marx chamou uma vez de 'ideal', no sentido do capitalismo médio, normal, típico"¹.

Na realidade empírica, uma produção social se apresenta entrelaçada com muitas formas econômicas de produção. Do ponto de vista do conceito, o modo de produção capitalista é exclusivo, o capital subsumiu toda a produção social, mas na realidade empírica não vamos encontrar este monismo estrutural, muito pelo contrário; a realidade histórica imediata se nos apresenta não de forma monista, nem mesmo dualista, mas pluralista na maior parte das vezes. O exemplo típico deste pluralismo estrutural, tão lembrado nos anos recentes, é o da realidade russa pós-revolucionária, em que, como Lênin salienta, coexistiam cinco modos de produção, a saber, a economia natural, a produção simples de mercadorias, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo². Afirmar simplesmente o pluralismo estrutural numa determinada economia nacional é chegar a uma constatação tão óbvia que não tem valor científico nenhum. O problema reside no relacionamento entre os diversos modos de produção. Está em voga na sociologia afirmar-se a pluralidade estrutural com *dominância* de um dos modos de produção. O problema então se reduz à questão de como se manifesta esta dominância.

¹Lênin. "La Revolucion Proletaria y el Renegado Kautsky", em *Contra el Revisionismo*, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscú, s/data, p. 454.

²Lênin. "El Infantilismo 'Isquierdista' y el Espirito Pequeño Burgues", em *Obras Escogidas en tres tomos*, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscú, s/data, vol. II, p. 752.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer o que se entende por *processo de produção social*. Há produção social quando um indivíduo, de uma forma ou de outra, trabalha para outro, isto é, trata-se de uma relação entre a produção e o consumo. Em poucas palavras, pode-se dizer que há uma produção social quando se estabeleceu qualquer forma de divisão social do trabalho. A produção industrial moderna é uma produção social que implica basicamente numa economia mundial, visto que a divisão do trabalho se dá em escala planetária. O mais simples objeto consumido por qualquer membro de uma sociedade industrial contém parcelas de trabalho de todo mundo. Uma camisa de fio sintético, por exemplo; sua matéria prima é o petróleo extraído da Arábia, com tecnologia inglesa, capitais americanos, trabalho árabe, sonda fabricada no Canadá, transporte efetuado por um navio panamenho de propriedade americana, tripulado por chineses, fabricado no Japão, que importou minério de ferro da Austrália, e assim podemos ir até o limite.

Mas esta noção tão geral de produção social encarada como uma economia mundial somente poderia adquirir um caráter mais concreto se fosse vista como um processo integrado pelo mercado mundial. No entanto, o que nos interessa é algo de uma dimensão menor e num grau inferior de complexidade, a *economia nacional*. Simplesmente partimos do pressuposto de que, de uma forma ou de outra, a economia nacional está ligada à economia mundial como uma de suas partes; mas, por outro lado, ela também se constitui numa unidade social, embora de dimensões mais restritas. Abstraindo-se os nexos da economia nacional com a economia mundial, vemos que a economia nacional também se constitui num processo de produção social. Porém a noção de economia nacional por si só não explica nada e não nos permite apreender sua estrutura. Na realidade, a economia nacional também é uma totalidade viva integrada por uma divisão social do trabalho - isto é elementar. O problema todo está na *forma* pela qual se dá esta integração.

Na verdade, o primeiro grande sociólogo do desenvolvimento foi Lênin. Nele podemos encontrar um modelo metodológico. No entanto,

a problemática da sociologia do desenvolvimento atual nada tem a ver com a maneira pela qual a questão foi colocado por Lênin.

O Desenvolvimento do Capitalismo Segundo Lênin

Para a análise da economia nacional, podemos partir de uma construção teórica prévia que nos permite decompô-la nas suas partes componentes. Esta composição não está referida à substancialidade dos fatores econômicos, da produção, sua repartição na cidade, no campo e na beira-mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, a soma dos preços das mercadorias, etc. O que nos interessa são as determinações econômicas formais dos diversos elementos componentes da economia nacional. Foi partindo desta diversidade de determinações econômicas formais que Lênin pôde afirmar de forma imediata a existência dos cinco modos de produção existentes concomitantemente na Rússia de 1918.

A construção teórica prévia já nos dera o conhecimento de que cada modo de produção particular tem leis próprias que regulam o seu movimento. No caso dos cinco modos de produção, teríamos cinco leis distintas regulando cada um deles.

Deixemos, por enquanto, a complexidade da sociedade russa de 1918 e vamos buscar um outro momento histórico, em que a questão se apresenta de uma forma mais simples, para vermos como se dá o interrelacionamento de modos de produção diversos numa mesma economia nacional. Tomemos como exemplo de análise aquela que o próprio Lênin fez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, no final do século XIX.

Assumindo de forma consequente a teoria social do marxismo, Lênin estava basicamente preocupado com o movimento de transformação de uma forma de produção em outra forma de produção. O seu ponto de partida é o modo de produção mercantil simples e a sua transformação em produção capitalista: "Devemos tomar como

ponto de partida a simples economia mercantil e seguir sua transformação gradual em economia capitalista”³.

Desde que, no seu processo de desenvolvimento, a produção simples de mercadorias transforma-se em produção capitalista, esta última passa a atuar sobre os resíduos daquela e sobre todas as demais formas de produção pré-capitalistas. A forma de produção mercantil pré-capitalista entra em contradição com a forma capitalista mercantil. Esta contradição é formulada por Lênin como uma lei: “A lei da produção capitalista é a transformação perpétua dos modos de produção e a extensão ilimitada das escalas de produção”⁴.

Na verdade, a preocupação de Lênin é precisamente a de verificar como ocorreu, historicamente, na Rússia, o processo de expansão da produção capitalista, tal como Marx já havia assinalado teoricamente em *O Capital*:

“As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista - a existência de uma classe de operários assalariados -, exigem a passagem de toda a produção mercantil à produção mercantil capitalista. Na medida em que esta se desenvolve, exerce um efeito dissolvente e decompõe toda forma anterior da produção que, orientada em primeiro lugar para o consumo pessoal direto, converte em mercadoria apenas o excedente do produto. Ela faz da venda do produto o interesse principal: inicialmente sem atingir, aparentemente, o modo de produção (...), em seguida destrói todas as formas de produção mercantil que repousam sobre o trabalho pessoal do produtor, ou sobre a venda unicamente do produto excedente enquanto mercadoria. Ela começa por generalizar produção mercantil, depois transforma gradualmente toda produção mercantil em produção capitalista”⁵.

³Lênin. *Le Développement du Capitalisme en Russie*, Editions en Langues Etrangères, Moscou, s/data, p. 15.

⁴Ibid. p. 51.

⁵Marx. *Le Capital*, (livro II), Editions Sociales, Paris, 1960, vol. IV, p.

Vemos, assim, que o que existe, na teoria, não é uma incorporação das formas pré-capitalistas na forma capitalista, mas um antagonismo e uma contradição que desencadeiam um movimento que leva o capitalismo a dissolver as outras formas da produção social todas em produção capitalista.

O que Lênin queria era verificar como se formou e se desenvolveu o mercado interno russo e, para atingir o seu objetivo, ele acompanhou o desdobramento da produção mercantil:

“O mercado interno aparece quando surge a economia mercantil; ele é devido ao desenvolvimento desta economia mercantil, e o grau da divisão social do trabalho determina o nível de seu desenvolvimento; o mercado interno se estende quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho; e é somente na medida em que esta última se transforma em mercadoria que o capitalismo absorve toda a produção do país”⁶.

A primeira constatação de Lênin é a de que o meio econômico do campesinato é uma economia mercantil, *um banal regime pequeno burguês*. As contradições próprias da produção mercantil determinam a constante formação dos elementos do capitalismo no seio da própria “comuna”, os quais resultam na decomposição dos pequenos produtores provocando a diferenciação entre os camponeses, dando origem a uma burguesia rural e a um proletariado rural. Mas esta transformação da economia mercantil camponesa - lembra Lênin - se manifesta com grande lentidão e de maneira extremamente gradual, pois entre o campesinato têm um grande peso as tradições do regime patriarcal. Este gradualismo, entretanto, não significa a perpetuação do patriarcalismo, nem das formas mercantis pré-capitalistas.

“A separação entre o produtor imediato e os meios de produção, isto é, sua expropriação, marca a passagem da

37-8.

⁶Ob. cit. p. 54.

simples produção de mercadorias à produção capitalista (e constitui a condição necessária desta passagem)”⁷.

Além da desagregação da comuna camponesa, a emergência do capitalismo na economia agrícola russa tinha um outro foco de desenvolvimento. A propriedade senhorial, ainda ligada por muitos elos à servidão, se transforma lentamente numa exploração *puramente* capitalista ⁸. Esta transformação se realiza pelo que Lênin chamou de *sistema de transição*, que reúne ao mesmo tempo traços da corvéia e do capitalismo ⁹. Estas duas formas históricas distintas da exploração do trabalho se combinam “na vida real de uma maneira variada e bizarra”, gerando contradições e conflitos. Esta situação conflituosa não é uma característica deste quadro social particular, mas são fenômenos próprios a toda *época de transição*. Constatar a coexistência da corvéia e do capitalismo numa relação de trabalho e afirmar que ambos são formas contraditórias não é absolutamente suficiente. A partir da contradição o que se deve encontrar é o sentido do movimento. E o método que Lênin emprega para apreender a dialética da situação é a “análise econômica destes dois sistemas” (a corvéia e o capitalismo), para descobrir “qual entre eles tem a tendência, sob a pressão de toda a evolução econômica, vencer o outro”¹⁰. Não há uma harmonia, uma integração ou qualquer coisa do gênero, nem muito menos uma perpetuação do arcaico no moderno. Há, isto sim, um choque entre duas formas incompatíveis, que conjunturalmente se fundiram numa relação híbrida que não tem condições de se reproduzir; ou melhor, no seu processo de reprodução as formas pré-capitalistas são eliminadas, transformando-se lentamente toda a produção em produção *puramente* capitalista.

No contexto russo do final do século XIX, Lênin via nesta combinação “uma transição direta para o capitalismo”, isto porque o desenvolvimento da economia mercantil ia tirando as bases de sustentação de qualquer sobrevivência da corvéia.

⁷Ibid. p. 52.

⁸Ibid. p. 12.

⁹Ibid. p. 201.

¹⁰Ibid. p. 205.

Na análise do desenvolvimento industrial, Lênin procede da mesma maneira. A indústria capitalista se liga inicialmente a certas formas pré-capitalistas. O caso típico é o do domínio do capital comercial sobre o pequeno produtor independente de mercadorias, gerando o que ele chamou de “proletariado doméstico”, que daí evolui para a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria.

Estamos sempre em presença de uma *época de transição*, de um *sistema de transição*, da *passagem para o capitalismo*. A formação do capitalismo não poderia ocorrer de repente, e as razões pelas quais isto não acontece estão lá expostas abundantemente. Os pressupostos da produção capitalista não estavam todos presentes. Havia a economia mercantil, mas não havia ainda uma quantidade suficientemente grande de dinheiro acumulado, nem havia ainda se completado a separação entre o trabalhador e os meios de produção. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia foi precisamente um processo pelo qual os elementos da economia mercantil foram gerando as condições da sua evolução para a produção capitalista. As condições para que pudesse emergir o capitalismo se realizaram de pouco em pouco. A economia capitalista não podia brotar pronta, nem o pré-capitalismo desaparecer repentinamente. O sistema econômico que surgiu foi um *sistema de transição*, reunindo traços do pré-capitalismo e do capitalismo. Os elementos do pré-capitalismo tiveram uma função na acumulação; mas como Lênin não era um funcionalista, não se satisfaz apenas com a descoberta da função social e econômica do pré-capitalismo no capitalismo, como fazem os nossos sociólogos subdesenvolvimentistas, por exemplo, que se limitam a afirmar uma tolice como a perpetuação dos elementos tradicionais na produção moderna para daí deduzir um suposto “novo modo de acumulação”. Lênin, isto sim, tratou de encontrar a tendência, o movimento, o sentido da evolução. É claro que ele só pode encontrar resposta a esta questão porque estava armado conceitualmente com uma teoria do modo de produção capitalista (Marx: “Só podemos compreender o movimento aparente dos astros se conhecermos seu movimento real”¹¹). O que Lênin afirmou e demonstrou com exaustiva abundância de fatos foi que “a tendência geral do capita-

¹¹Marx. *Le Capital* (livro I), Costes, Paris, 1949. vol. II, p. 211.

lismo consiste em que todas as forças de trabalho da economia nacional somente sejam aplicadas à produção depois da venda e compra”¹².

A idéia básica de Lênin era a de que o capitalismo, pelas suas próprias contradições internas, estava em constante expansão. Não interessa, no momento, a discussão sobre a questão da *realização* e como Lênin a interpretou. O fato é que, em virtude do desenvolvimento desigual e da desarticulação das proporções dos ramos da produção, o capitalismo é impelido a se expandir, tanto em profundidade como em extensão. É este movimento do capitalismo que lhe dá a tendência de transformar todo o trabalho social em trabalho assalariado. Em poucas palavras, o que encontramos em Lênin é a afirmação da tendência do modo de produção capitalista a se tornar exclusivo, e não da sobrevivência ou da perpetuação de formas pré-capitalistas no capitalismo.

Num outro texto da mesma época - *O Conteúdo Econômico do Populismo*¹³ - a idéia de que o modo capitalista de produção tende à exclusividade aparece de maneira admirável. O que Lênin quer refutar é o subdesenvolvimentismo da sociologia populista. É que os populistas não entendiam precisamente o fato de que a introdução do capitalismo na economia russa gera um movimento, próprio do capital, que tende a eliminar quaisquer vestígios das formas pré-capitalistas. Eles pensavam que se poderia “manter o capitalismo nas suas formas medievais”¹⁴.

Aliás, é realmente notável a maneira como a atual sociologia do desenvolvimento, que se pretende vinculada ao marxismo, se mantém, paradoxalmente, na problemática populista, não obstante se julgar inspirada no leninismo. A tese básica de Lênin era a de que o capitalismo “é um fato progressivo”¹⁵. É a progressividade, o desenvolvimento, o movimento, a evolução do capitalismo que interessa. Inicialmente, o capitalismo subordina o pré-capitalismo sem alterar aparentemente o modo de produção. A economia mercantil furta ao camponês patri-

¹²Ob. cit. p. 663.

¹³Lênin. *Oeuvres*, Editions en Langues Etrangères, Moscou, 1958, vol. I, p. 361-547.

¹⁴Ibid. p. 523.

¹⁵Ibid. p. 410.

arcal e ao artesanato sua independência *natural*; ele se torna dependente do mercado quando se transforma em um produtor de mercadorias. A situação de mercado distribui desigualmente o dinheiro criando camponeses ricos e pobres. O dinheiro se transforma em capital desde que passa a ser meio dos ricos explorarem os pobres. O capital pode explorar os camponeses pobres "deixando-os trabalhar como precedentemente, sobre as antigas bases". Mas a pobreza e a riqueza são progressivas, o que obriga o camponês pobre a abandonar completamente sua produção própria. Como ele já não pode vender o produto do seu trabalho, mesmo proporcionando mais valia ao capital, ele passa a vender sua própria força de trabalho. Então "o capital toma a exploração das terras em suas mãos"; ele "não explora mais o camponês trabalhando por sua conta, mas o assalariado agrícola"¹⁶. É assim que Lênin vê o *andamento do processo*.

Há, evidentemente, estas formas primeiras de *subordinação* do trabalho ao capital, mas elas são devidas a "um *desenvolvimento menor*, a numerosos vestígios de formas medievais, semi-feudais, do capital"¹⁷. O capitalismo ao se constituir *subordina* a imensa maioria dos produtores. Mas,

"antes de chegar ao seu *desenvolvimento superior*, a seu ponto culminante, esta subordinação passa por várias escalas. (...) Começa com o capital comercial e usurário; em seguida vem o capital industrial que, por sua vez, também tem um começo muito primitivo do ponto de vista técnico e não se distingue em nada dos antigos sistemas de produção; ele organiza depois a manufatura, baseada ainda no trabalho manual, e principalmente nas indústrias artesanais, sem separar da terra o trabalhador assalariado, e acaba seu desenvolvimento pela grande indústria mecânica. Somente este último estágio, superior, representa o ponto culminante do desenvolvimento do capital"¹⁸.

¹⁶Ibid. p. 521.

¹⁷Ibid. p. 410.

¹⁸Ibid. p. 473.

A crítica de Lênin não se limita ao populismo. Critica também o *marrismo legal*. A discussão entre Lênin e Struve, por exemplo, é extremamente instrutiva para podermos esclarecer algumas das questões teóricas fundamentais da atual sociologia do desenvolvimento. Struve reconhece a existência de um capitalismo *evoluído* e de um capitalismo *não evoluído*. Lênin o critica porque ele separa, como se fossem dois fenômenos particulares, o primeiro do segundo, não vendo o que é fundamental, isto é, a progressividade; Struve não consegue perceber a relação entre o capitalismo não evoluído e o evoluído “como dois estágios sucessivos do desenvolvimento de um mesmo fenômeno”¹⁹.

A atual sociologia do desenvolvimento vê o subdesenvolvimento como um fenômeno particular do capitalismo em que a progressividade do capital é bloqueada pela introdução do capital estrangeiro e pela inserção da economia nacional retardatária na economia mundial. Mas convém lembrar que o desenvolvimento industrial da Rússia, no final do século XIX, estava todo ele dependente da importação de capitais dos países já desenvolvidos industrialmente, e que, para Lênin, isto não se constituía em fato bloqueador da progressividade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, e nem mesmo se constituía em *problema* de espécie alguma, visto que ele não menciona sequer uma vez a penetração do capital estrangeiro no capitalismo russo. Isto vem a se constituir em problema somente muitos anos depois, quando a questão da revolução mundial é substituída pela da revolução nacional. Apenas quando as questões do imperialismo e da libertação nacional passaram a dominar os programas dos partidos da Komintern, foi que a sociologia se pôs a serviço da burocracia partidária, procurando demonstrar, através de sofismas elaborados com a terminologia marxista, que o capitalismo dos países retardatários é inviável como solução para o desenvolvimento industrial, porque o capital estrangeiro impede que ele manifeste seu caráter progressivo. Assim, a sociologia do desenvolvimento se transformou numa ideologia nacionalista²⁰.

¹⁹Ibid. p. 524.

²⁰Cf. Luís Alfredo Galvão. “O Nacionalismo na Sociologia do Desenvolvimento”, em *Ciências Políticas e Sociais*, vol II, no 2, Escola de Sociologia e Política, S.P., 1973.

Sobre o Conceito de Formação Econômica da Sociedade

O significado dos primeiros trabalhos sociológicos de Lênin precisa ser examinado no seu contexto histórico e político para podermos compreender perfeitamente os conceitos econômicos que lá aparecem.

O surgimento do marxismo revolucionário na Rússia foi provocado pelo fracasso das concepções populistas. O ideal populista era fazer na Rússia uma revolução baseada nas tradições comunitárias, que permitisse dar um salto sobre o período capitalista. Plekanov se encarregou da refutação política do populismo²¹ e Lênin, da visão do mundo e das idéias econômicas.

A refutação das idéias econômicas do populismo encontra-se precisamente nos textos que acabamos de examinar, e o seu sentido era o de demonstrar que o capitalismo havia lançado raízes na sociedade russa e que aquilo a que chamavam *economia popular* - a economia camponesa com base na vida comunitária das aldeias, e o artesanato - estava sendo desagregado inelutavelmente pelo desenvolvimento do capitalismo. A própria base da concepção populista, a sobrevivência da economia pré-capitalista, já não havia mais. O capitalismo não estava nem perpetuando, nem apenas subordinando formas do pré-capitalismo, mas estava desagregando inteiramente toda forma de pequena produção, e constituindo os elementos do capitalismo *puro*. A Rússia vivia uma *situação de transição*, cujo destino já estava selado pela tendência do modo de produção capitalista se tornar exclusivo.

Por outro lado, a Vontade do Povo (*Naradnoia Volia*) não poderia intervir no processo e alterar sua direção porque ele estava condicionado não por relações subjetivas, mas por relações materiais de produção, cujo movimento era regido por leis objetivas que podem ser assimiladas à natureza e à sua história. Refutar a *vontade do povo* foi o propósito de outro texto de Lênin do momento: *Aqueles que são os*

²¹Plekanov. "El Socialismo y la Lucha Política", em *Obras Escogidas 2*, Quetzal, B.A., 1966.

*amigos do povo e como eles lutam contra os sociais democratas*²². Na verdade, o que Lênin tinha de afirmar era a concepção materialista da história para fazer frente ao subjetivismo populista.

Lênin busca apenas reproduzir a concepção materialista da história tal como Marx a havia formulado. Sob todos os títulos este é um dos textos mais importantes do marxismo. Em primeiro lugar porque foi escrito em 1894, antes, portanto, da morte de Engels, quando a questão do revisionismo ainda não estava em discussão. Trata-se, portanto, de uma obra em que a teoria do materialismo histórico aparece, por assim dizer, de forma *pura*, podendo ser tomado como *típico*. Depois da morte de Engels e da publicação das *Premissas do Socialismo Teórico e do Socialismo Prático*, e, sobretudo, depois de 1917, a problemática do materialismo aparece de forma alterada. Em segundo lugar, porque nele vamos encontrar exposta, de maneira magistralmente clara e simples, o método de uma sociologia materialista. E, finalmente, porque, a partir da interpretação distorcida de um dos seus conceitos fundamentais, feita por um autor de bastante renome e prestígio - Henri Lefebvre²³ -, uma corrente do pensamento marxista, muito em moda ultimamente (o althusserianismo), distorceu a distorção prévia a ponto de levar o materialismo a se transformar num vulgar funcionalismo.

À sociologia subjetiva do populismo, Lênin contrapõe a sociologia materialista. O criador desta sociologia foi Marx: "ele foi o primeiro a fundamentar a sociologia numa base científica analisando a formação econômica da sociedade como um conjunto de relações dadas, e estabelecendo que o desenvolvimento destas formações é um processo de história natural"²⁴. Marx chegou a esta idéia fundamental "estudando à parte, entre as diversas esferas da vida social, a esfera econômica; estudando à parte, entre todas as relações sociais, as relações de produção, consideradas como fundamentais, primordiais

²²Lênin, *Oeuvres*. Editions en Langues Etrangères, Moscou, 1958, vol. I, p. 143-360.

²³Lefebvre. *La Pensée de Lenine*, Bordas, Paris, 1957.

²⁴Ob. cit. p. 157.

e determinando todas as outras relações”²⁵. A sociologia subjetiva - a dos populistas - ficava sem rumo para apreender a realidade social porque se atinha “à análise das formas políticas e jurídicas”. Estava presa às *relações sociais ideológicas*, isto é, relações que antes de se formar passam pela consciência dos homens²⁶, acreditando, consequentemente, que as relações sociais teriam sido estabelecidas conscientemente pelos homens. Nestas condições, aqueles sociólogos não conseguiam descobrir a repetição e a regularidade dos fenômenos sociais dos diferentes países, não passando sua ciência “de uma descrição dos fenômenos ou de uma acumulação de fatos brutos”.

A sociologia materialista, tendo por base as relações sociais materiais, as que se formam sem passar pela consciência dos homens, pode verificar a repetição e regularidade das relações sociais e generalizar os sistemas dos diversos países para chegar a uma só concepção, a de *formação social*²⁷. Assim, afirmando em primeiro lugar o materialismo - “o curso das idéias depende do curso das coisas” -, abandonando as relações ideológicas, afirmando as relações materiais e mostrando como as relações sociais materiais de produção são independentes da vontade dos homens, são necessárias, determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, Marx pode descobrir que o desenvolvimento das formações sociais acontece como um *processo de história natural*.

A maneira como Lênin nos apresenta a noção de formação econômica da sociedade é de fundamental importância para qualquer eventual desenvolvimento da sociologia materialista. O dilema entre estrutura e história, que está revolvendo o materialismo contemporâneo, se torna um falso problema diante do conceito de formação econômica da sociedade. Nele encontramos a síntese entre gênese, estrutura e história. A repetição e a regularidade das relações sociais de produção nos dão a estrutura independentemente de sua forma empírica de manifestação. Para Lênin, Marx não se limitou a caracterizar o regime existente, julgá-lo e condená-lo; ele “o definiu cientificamente, estabelecendo que este regime, que varia segundo os países

²⁵Ibid. p. 152.

²⁶Ibid. p. 154.

²⁷Ibid. p. 155.

da Europa, possui uma base comum: a formação social capitalista”²⁸. Assim Marx, ao destacar as relações de produção como a estrutura da sociedade, estabeleceu um critério que permite generalizar este sistema de relações sociais para muitos países.

Por outro lado, a noção de formação econômica da sociedade implica ela mesma na idéia de movimento. Como lembra Lênin, a formação social implica num desenvolvimento que pode ser encarado como um processo de história natural. Como sistema de relações de produção, a noção de formação nos permite “ver a sociedade como um organismo vivo, no seu funcionamento e na sua evolução”²⁹. Como exemplo da utilização da noção de formação econômica da sociedade, Lênin lembra que Marx estudou o sistema de economia mercantil como uma formação econômica da sociedade, apreendendo o seu funcionamento e o seu desenvolvimento.

“Prendendo-se unicamente às relações de produção entre os membros da sociedade, sem jamais recorrer nas suas explicações a fatores situados fora das relações de produção, Marx viu como se desenvolve a organização mercantil da economia social, como ela se transforma em economia capitalista e cria classes antagônicas; como desenvolve a produtividade do trabalho social e introduz em consequência um elemento que entra em contradição irreductível com os próprios princípios da organização capitalista”³⁰.

Vemos, assim, como a noção de formação econômica implica no reconhecimento do fato de que há um desenvolvimento como se fora um processo de história natural; mostra-nos a gênese, a maturidade e a caducidade de uma forma de produção social e demonstra a futilidade da discussão do dilema ser e devir ou gênese e estrutura no materialismo histórico. A noção de formação econômica da sociedade contém a estrutura e a história. Por outro lado, ela substitui com vantagem

²⁸Ibid. p. 173.

²⁹Ibid. p. 206.

³⁰Ibid. p. 156.

a expressão *modo de produção*, eliminando as ambiguidade presentes nesta última.

A um leitor que se iniciou nos *mistérios* do materialismo pelo catecismo de Marta Harnecker³¹ pode parecer muito estranho que Lênin tenha empregado desta maneira o conceito de formação econômica da sociedade. Afinal de contas, os althusserianos dizem que foi Lênin que formulou e usou a noção de formação, não para designar um modo de produção, mas para se referir a uma sociedade empiricamente determinada, onde coexistem muitos modos de produção com dominância de um deles. Há aí uma grande confusão, mas ela não é originária diretamente dos althusserianos. Ela começou com H. Lefebvre. Este autor encontrou três significados distintos para a expressão formação econômica da sociedade. A primeira refere-se ao conjunto da história e do desenvolvimento da sociedade; é o que ele chama da *formação econômica-social tomada como um todo*³². Além da formação econômica-social como um todo, teríamos em Lênin - sempre segundo Lefebvre - as formações econômicos-sociais, definidas por ele como "momentos ou etapas sucessivas, modos de produção, estruturas sociais, regimes"³³. É neste último sentido que Lênin, de fato emprega o termo. Contudo, haveria ainda um terceiro significado, que é exatamente aquele que causou a confusão althusseriana, e cuja crítica é importante para os nossos propósitos.

Trata-se do conceito de formação econômica-social implicando em sobrevivências³⁴. E isto Lefebvre designa como sendo o sentido *profundo* do conceito:

"Da interação entre o econômico e o social sai uma formação no sentido pleno: não uma 'estrutura' fixa, mas uma realidade que se desenvolve como um organismo vivo. Esta formação implica, ao lado daquilo que representa seu presente atual, num imenso passado e na história

³¹Harnecker. *Los Conceptos Elementales del Materialismo Historico*, Siglo XXI, Mexico, 1971.

³²Ob. cit. p. 217.

³³Id., ibidem.

³⁴Ibid. p. 213.

toda; da mesma forma como um organismo diferenciado e complexo contém partes, tecidos ou células do começo de seu desenvolvimento e outros tecidos ou células surgidos no fim. A formação econômica-social mostra assim uma sedimentação, uma série de camadas sucessivas, datando de todas as épocas; arcaísmo, feudalismo e semi-feudalismo, estruturas pré-capitalistas (artesanato, pequena produção), indústria média e pesada... As 'estruturas sociais' bem determinadas, logo descontínuas, que a análise destaca, são por assim dizer envolvidas em todas as espécies de transição"³⁵

Neste sentido, *formação* implica em sobrevivências, arcaísmos e sedimentos. "A noção de formação econômica-social retomada e aprofundada por Lênin - afirma Lefebvre - envolve a de sobrevivências na estrutura capitalista de formações e estruturas anteriores"³⁶. Mas estas sobrevivências, é claro, não vamos encontrar no sistema de relações de produção que se pode aplicar a diversos países. Estes sistemas de relações é apreendido, não pelas particularidades, mas pela repetição e regularidade. As sobrevivências são uma particularidade de cada economia nacional.

O que surpreende é que Lefebvre diz ter encontrado esta noção de formação como sobrevivência em *Aqueles que são os amigos do povo e como eles lutam contra a social-democracia*, e que o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* teria sido precisamente o estudo de como o pré-capitalismo estaria integrado no capitalismo. Segundo Lefebvre, Lênin "se encontrando diante de uma sociedade que não é 'puramente' capitalista, onde o feudalismo domina ainda", mostra como o arcaico cai sob a dominação do capital, mas mantendo traços do pré-capitalismo"³⁷. A idéia é a de que as formações sucessivas da história que coexistem atualmente com o grande capital, "não lhe são exteriores", isto é, elas estão *subordinadas* ao grande capital. Assim, para

³⁵Ibid. p. 219.

³⁶Ibid. p. 231.

³⁷Ibid. p. 213.

Lefebvre, na opinião de Lênin, o capitalismo penetra inisidiosamente, corroendo mas não destruindo, subordinando as formas econômicas pré-existentes. A isto Lefebvre chama de *lei de subordinação* das formas anteriores.

Lefebvre, no entanto, encontrou em Lênin algo mais. Esta subordinação não seria uma *situação de transição*, mas alguma coisa de muito mais grave. Lênin teria descoberto “que o capitalismo seria incapaz de liquidar as sobrevivências, de integrar na produção capitalista a totalidade ou mesmo a maioria da população”. O capitalismo se contentaria em *subordinar* e explorar, de maneira mais ou menos indireta, os trabalhadores submetidos a formas pré-capitalistas.

O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia foi publicado em 1899, no mesmo ano em que Bernstein também publica o seu famoso livro. Para Lefebvre, parece não haver muitas divergências entre um e outro. Lênin também seria um revisionista. A lei da concentração e da proletarianização seria apenas uma superstição.

Na verdade, as concepções de Lênin do século XIX, na sua luta contra o populismo, eram todas elas no sentido de afirmar o desenvolvimento do capitalismo e o seu caráter progressivo. O que os populistas afirmavam era exatamente isto que Lefebvre atribuía a Lênin. A base da doutrina *norodnik* era a de que o capitalismo seria incapaz de liquidar inteiramente a *economia popular*, e que a revolução deveria ser fundamentalmente popular, isto é, camponesa.

Dada esta situação específica - a sobrevivência - as contradições não se manifestariam por uma quebra nem por uma paralisação do desenvolvimento, mas por uma *situação revolucionária*. E para justificar esta forma *sui generis* de contradição, Lefebvre afirma aquilo que um althusseriano diria ser uma contradição sobredeterminada: “O condicionamento econômico das relações sociais não é simples, imediato, direto; é profundamente dialético”. Trata-se de uma contradição muito mais complexa e profunda do que havia visto Marx. Para Lênin - afirma Lefebvre - a tônica recairia sobre o social antes que sobre o econômico da formação, e neste *social* o político estaria incluído. No entanto, já vimos que, em *Aqueles que são os amigos do povo e como eles lutam contra a social-democracia*, a noção de *formação econômica*

da sociedade e a luta é para afirmar a primazia das relações sociais materiais sobre as relações jurídicas e políticas, sendo estas últimas definidas como relações ideológicas.

Lefebvre claramente distorce o pensamento do Lênin do século XIX. Neste tempo o que importava era fazer frente ao populismo. No século XX, o populismo já não era a preocupação de Lênin. Sua atenção se desviou para o "marxismo legal" e o revisionismo, depois para o menchevismo - os conceitos e as teorias de Lênin iam se alterando ao sabor do inimigo ocasional e da conjuntura do momento. Para conciliar os diversos Lênin, e estes com Stálin, foi preciso fazer alguns malabarismos; quando Lefebvre escreveu este trabalho sobre o leninismo ele ainda era um stalinista de quatro costados. E o althusserianismo tem em Lefebvre o seu ponto de partida (pelo menos nesta questão do conceito de formação econômica da sociedade).

Uma coisa é certa: pelo menos para o Lênin anti-populista, o capitalismo tende a se tornar exclusivo. Lênin chama a atenção para o "desenvolvimento rápido do sistema fabril na Rússia", que cria de maneira crescente um "imenso mercado para os meios de produção, aumenta com uma rapidez particular a parte da produção destinada a produzir artigos de consumo produtivo". Com efeito,

"a produção para um imenso mercado nacional e internacional, o desenvolvimento de estreitas relações comerciais com as diferentes regiões do país e com os diferentes países para a compra de matérias primas, a concentração da produção e da população em empresa gigantes, a destruição das velhas tradições do regime patriarcal, a criação de uma população móvel, a elevação do nível das necessidades e da cultura do operário: tais são os elementos deste processo que socializa mais e mais a produção do país e, ao mesmo tempo, aqueles que dela participam"³⁸.

Porém a noção leninista de formação econômica da sociedade foi de tal modo distorcida e empobrecida que chegou a se transformar no seu contrário. Poulantzas, por exemplo, define formação social

³⁸Lênin. *Le Développement du Capitalisme en Russie*, ed. cit., p. 629.

como sendo um objeto real-concreto, "sempre original porque singular, presente"³⁹. Onde está a *singularidade* da formação para Lênin? Vejamos outra vez o que ele diz a este respeito:

"A análise das relações sociais materiais permite logo constatar a repetição e a regularidade, e generalizar os sistemas dos diversos países para chegar a uma concepção fundamental, a de formação social"⁴⁰.

Para Poulantzas, formação não seria a repetição e a regularidade, mas a particularidade e a singularidade. Este althusserianismo pode certamente acreditar que *formação* seja isto; mas dizer que era assim que Lênin via o conceito, extravasa o campo da seriedade intelectual. Mas Poulantzas vai mais longe, toma *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* como exemplo de *formação social*, e diz que lá o que vemos é "uma combinação particular, um imbricamento específico de muitos modos de produção 'puros'"⁴¹. Depois de uma leitura, mesmo que rápida do livro de Lênin, ainda que fosse apenas do primeiro e do último capítulos, ninguém de boa fé poderia dizer que nele encontramos uma combinação de *modos de produção puros*. Somente um estrábico poderia não ver ali uma *situação de transição*, onde nenhum dos modos de produção aparece de forma pura, mas há um envolvimento complexo de uns pelos outros, onde o modo de produção capitalista de produção tende, não apenas subordinar todos os demais, mas subsumir toda a produção social, tornando-se exclusivo⁴².

³⁹Poulantzas. *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Maspero, Paris, 1970.

⁴⁰Lênin. *Ce qui sont les 'Amis du Peuple' ...*, ed. cit., p. 155.

⁴¹Ob. cit.

⁴²É escusado entrarmos aqui na crítica da formulação do conceito de formação segundo Sereni. Para este autor, formação está referida não apenas à esfera econômica, mas abarca a totalidade da vida social, na unidade de todas as esferas (econômica, social, política e cultural), na continuidade e, ao mesmo tempo, na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico (Sereni. "La categoria de 'Formacion Economica-Social', em *El Concepto de 'Formacion Economico-Social'*", PyP, Cordoba, 1973, p.70). Para Lênin, formação é a formação econômica (sistema de relações de produção) da sociedade, e

Isto posto, o problema pode ser formulado de maneira sintética da seguinte forma: como se dá o encontro do modo capitalista de produção, que se expande, com as formas de produção pré-capitalistas?

Esta questão encontrou na sociologia materialista duas respostas. A primeira delas, que poderíamos chamar de *ortodoxa*, vê neste encontro aquilo que Lênin designou, com muito propósito, de *situação de transição*; o capitalismo ao se defrontar com formas pré-capitalistas dissolve-as gradualmente pela *subordinação*, inserindo, em seguida, seus elementos na produção capitalista, isto é, o modo de produção tende a se tornar exclusivo, subsumindo toda a produção ao capital. A segunda, que poderia ser chamada de *subdesenvolvimentismo permanente*, foi expressa de maneira típica por Lefebvre, quando este pretendia interpretar Lênin:

“O capitalismo é incapaz de liquidar as sobrevivências, de integrar à produção capitalista a totalidade ou mesmo a maioria da população; ele se contenta em subordiná-las e assim explorá-las de maneira mais ou menos indireta”⁴³.

Já analisamos em outros trabalhos⁴⁴ o que estamos chamando *subdesenvolvimentismo permanente* e não é o caso de voltar ao assunto. No momento o que interessa discutir são as *situações de transição*.

Os *ortodoxos* aceitam inteiramente a análise feita por Marx do modo de produção capitalista e de seu movimento. A hipótese de que eles partem é a de que, uma vez estabelecida a produção capitalista,

o que esta noção fornece é exatamente um critério objetivo “destacando as relações de produção como estrutura da sociedade”. Como o que nos interessa é a relação entre formações (modos de produção), o conceito de Sereni, ou mesmo a sua crítica, não nos auxiliaria em nada. Entre os comentaristas do conceito de formação econômica da sociedade que reproduz mais fielmente o pensamento de Lênin é Gerratana (“Formación Económico-Social y Proceso de Transición”, em *Teoría del proceso de Transición*, PyP, Córdoba, 1973), mas ele distingue formação de modo de produção, atribuindo a este último uma conotação mais política do que econômica.

⁴³Ob. cit., p. 222.

⁴⁴“Crítica Acrítica da Razão Dualista”, em *Debate e Crítica*, no 3, S.P., 1974; “O Nacionalismo na Sociologia do Desenvolvimento”, em *Ciências Políticas e Sociais*, vol. II, no 2, Escola de Sociologia e Política, S.P., 1973.

ela não se limita a reproduzir simplesmente a separação entre trabalhadores e meios de produção, mas, ao contrário, a reprodução é vista como uma reprodução ampliada.⁴⁵ A ampliação da população assalariada não se dá pelo crescimento demográfico dos trabalhadores, mas pela dissolução de formas de produção pré-capitalistas. Na medida em que o capitalismo se desenvolve, ele “exerce um efeito dissolvente sobre a forma anterior da produção”. Transforma inicialmente a economia natural numa economia mercantil, depois transforma, gradualmente, toda economia mercantil que tem por base o trabalho pessoal dos produtores em produção capitalista.⁴⁶

Contrariamente ao subdesenvolvimentismo - que vê a integração de formas pré-capitalistas no capitalismo de maneira a constituir uma estrutura da economia nacional integrada, estando o pré-capitalismo subordinado e tendo uma função permanente no processo de acumulação -, Rosa Luxemburg, tal como Lênin, vê na relação entre o pré-capitalismo e o capitalismo uma relação de contrários. Capitalismo e pré-capitalismo não se harmonizam, nem muito menos se integram. O capitalismo contém um movimento que o leva, necessariamente, a entrar em choque com as formas pré-capitalistas. Para Rosa Luxemburg não há integração possível. Há, isto sim, uma luta contra a economia natural e uma luta contra a economia mercantil simples.

O primeiro esforço do capitalismo - ainda segundo Rosa Luxemburg - é o de dissolver a produção natural, inserindo-a no processo de circulação de mercadorias. A economia natural por ela mesma não serve em nada aos propósitos do capitalismo. A necessidade de novos mercados para os seus produtos só pode ser satisfeita pela dissolução da economia natural por meio de sua inserção na circulação de mercadorias.

⁴⁵Marx. *Le Capital* (livro II), Editions Sociales, Paris, 1960, vol. IV, p. 35: “Uma vez estabelecida, a produção capitalista não se limita, no curso de seu desenvolvimento, a reproduzir esta separação, mas ela a amplia em proporções sempre crescentes, até que se torne a condição universalmente dominante.” - “A produção capitalista não produz somente a mercadoria e a mais valia: ela converte a enorme maioria dos produtores diretos em operários assalariados.”

⁴⁶Ibid., p. 37-8.

O confronto entre o capitalismo e o pré-capitalismo começa, na verdade, a partir do momento em que já foi dissolvida a economia natural. É no relacionamento entre a produção mercantil simples e a produção capitalista que se manifesta toda a complexidade da situação de transição. A luta contra a economia natural é apenas um elemento na constituição do dualismo fundamental das formas de desenvolvimento capitalista.⁴⁷ O desenvolvimento do capitalismo é essencialmente um processo em que vemos um dualismo estrutural, onde coexistem o capitalismo e o pré-capitalismo. Não se trata, de forma alguma, da integração numa mesma estrutura econômica nacional, mas da luta, da guerra, do choque, da contradição, do antagonismo, entre duas estruturas da produção social. Não nos encontramos em face de uma visão dualista que pretende integrar o arcaico no moderno, mas diante de uma contradição que gera um movimento que leva o modo de produção capitalista a “estabelecer - como lembra Rosa Luxemburg - a dominação absoluta e geral da produção capitalista em todos os países e em todos os ramos da economia”⁴⁸.

É claro que esta linearidade do processo, tal como nos apresentam Marx, Lênin e Rosa Luxemburg, se justifica teoricamente pelo fato de que a economia mercantil é a base primordial sobre a qual surge a produção capitalista. Histórica e empiricamente, dependendo do contexto, a transição pode se fazer por saltos, como ocorria, por exemplo, com os negros destribalizados da África, que, sem passar pela produção mercantil, se transformaram diretamente em trabalhadores produtores de mais valia nas plantações comerciais da América. No

⁴⁷Rosa Luxemburg. *L'Accumulation du Capital*, Maspero, Paris, 1967, vol. II, p. 75: “O capitalismo combate e elimina, em todas as partes, a economia natural, a produção apenas para a satisfação das necessidades domésticas, a combinação do artesanato com a agricultura é substituída pela economia mercantil simples. Ele tem necessidade da economia mercantil como mercado para sua própria mais valia. A produção mercantil é a única forma geral sob a qual pode se desenvolver o capitalismo. Mas desde que a economia mercantil é instalada sobre as ruínas da economia natural, o capitalismo lhe declara guerra. O capitalismo entra em concorrência com a economia mercantil.” 48.

Ibid., p. 89.

⁴⁸Ibid., p. 89.

concreto empírico, a transição pode se manifestar das mais variadas maneiras, cumprindo etapas sucessivas, saltando, regredindo. Somente análises concretas de situações concretas podem deslindar cada caso particular e o sentido de seu movimento conjuntural.

Contudo, do ponto de vista conceitual, abarcando consequentemente todas as formas de manifestações empíricas da situação de transição, o que vamos encontrar é um processo de *acumulação primitiva* gerando um processo de *reprodução ampliada*.

A Acumulação Primitiva na Transição para o Capitalismo

Acumulação primitiva é uma expressão extremamente ambígua. Marx a tomou emprestado da economia clássica, mas usou-a ampliando de tal forma o seu significado que podemos mesmo por em dúvida a adequação da expressão ao conceito. Adam Smith fala em uma *acumulação prévia*, necessária para que se pudesse estabelecer uma economia mercantil (a divisão do trabalho). Isto porque, com a divisão do trabalho, um homem não satisfaz pelo seu próprio trabalho a todas as suas necessidades. A maior parte delas é satisfeita pelo produto do trabalho dos outros, que cada um compra com o produto de seu próprio trabalho. Porém, para que esta aquisição possa se efetivar, é preciso que durante o tempo de trabalho o produtor tenha os meios de subsistência para sua manutenção, e que tenha já instrumentos e materiais para a produção. Como condição da divisão do trabalho (da mercadoria), tem de haver a acumulação primeira de um fundo suficiente para que o produtor possa manter-se e se prover de instrumentos e materiais para a produção. "A acumulação deste fundo - como lembra A. Smith - deve ser prévia e antecedente à divisão do trabalho"⁴⁹.

De maneira inteiramente homóloga a Adam Smith, Marx tomou esta mesma idéia de acumulação prévia, antecedente, originária

⁴⁹Adam Smith. *Riqueza de las Naciones*, Bosch, Barcelona, 1949, vol. II, p. 6-7.

ou primitiva, não para encontrar a origem da economia simplesmente mercantil, mas sim para verificar de que modo a produção mercantil se transforma em produção capitalista. O capital, na sua manifestação mais geral, pode ser reduzido à fórmula D-M-D' (dinheiro-mercadoria-mais dinheiro). Esta fórmula é geral e abstrata porque serve tanto para o capital em suas formas pré-capitalistas - o capital usurário e o capital comercial - como para a produção capitalista propriamente dita. Marx não estava absolutamente interessado na acumulação prévia deste capital pré-capitalista, mas tão somente na maneira como, num certo momento de seu desenvolvimento, o mais dinheiro - que era resultado de imperfeições do processo de circulação simples - só pode ser realizado num processo de circulação capitalista. A abstração primeira (D-M-D') ganha nova determinação desencadeadora do conceito de processo de produção capitalista. O dinheiro inicial do capital usurário ou comercial transforma-se em capital industrial (capital propriamente dito). Na forma primeira de surgimento do capital (no capital comercial) a produção imediata não aparece como momento do processo de circulação. Depois de produzida é que a mercadoria entra em circulação. O modo capitalista de produção se define pelo fato de que o capital passa a dominar a produção e esta passa a ser envolvida pelo processo de circulação. O dinheiro não se transforma em mais dinheiro imediatamente (D-D') como no capital usurário, nem pela mediação da circulação simples (D-M-D'), como no capital comercial. Com a produção capitalista, o mais dinheiro se obtém pela mediação da produção. O dinheiro inicial não se transforma em qualquer mercadoria, mas em duas mercadorias especiais, meios de produção (Mp) e força de trabalho (T), isto é, nos fatores objetivos e subjetivos da produção. O trabalho reproduz o seu valor e cria um novo valor, de tal sorte que a mercadoria resultante da produção capitalista contém um mais valor para o capitalista, cuja venda lhe proporciona uma quantidade de dinheiro maior do que aquela posta inicialmente na produção. O mais dinheiro resultante da produção capitalista ganha forma de capital pela sua acumulação como novo capital. O novo capital, resultante da capitalização da mais valia, é um capital produzido pelo próprio processo de produção capitalista. Sua origem não implica em

nenhum mistério. Mas... e aquele primeiro dinheiro, aquele capital prévio ou capital primitivo - como diz Marx -, qual é a sua origem?

Tal como Adam Smith, Marx reconhece que foi preciso haver uma acumulação prévia à acumulação capitalista propriamente dita. Aquele capital primitivo não foi resultado da produção capitalista. Ele teve de ser acumulado a partir de formas não capitalistas de produção, da mesma forma como para Adam Smith a acumulação prévia à mercadoria não foi resultado da divisão do trabalho. Até aqui, estamos numa problemática que poderíamos chamar de *clássica*. Para Marx, a discussão da origem do capital primitivo é na verdade um problema menor. O capital, enquanto capital dinheiro, nas suas formas primeiras, é anti- diluviano, como tantas vezes ele lembra. O problema real da acumulação primitiva para Marx não está no dinheiro, mas no trabalho assalariado. Para que o dinheiro possa vir a se transformar em capital industrial ele tem de encontrar no mercado uma mercadoria especial, uma que não só reproduza seu valor mas crie um mais valor. Esta mercadoria é a força de trabalho, o trabalho assalariado. Como surgiu o trabalho assalariado? O que determinou a separação entre o produtor e os meios de produção? Eis o problema *marxista* da acumulação primitiva.

“Na base do sistema capitalista há uma separação radical entre o produtor e os meios de produção. Esta separação *se produz numa escala progressiva*, desde que o capitalismo esteja estabelecido. (...) Para que ele venha ao mundo, é preciso que, pelo menos parcialmente, os meios de produção já tenham sido tirados dos produtores. (...) O movimento histórico que provoca o divórcio entre o trabalho e suas condições exteriores, eis a última palavra da acumulação chamada ‘primitiva’ porque ela pertence à pré-história do mundo burguês”⁵⁰.

⁵⁰Marx. *Le Capital* (livro I), Costes, Paris, vol. IV, p. 233-4. Ainda sobre a questão da acumulação primitiva, cf. Luís Alfredo Galvão. *Capital ou Estado?*, Cortez Editora, S.P., 1984, cap. III, 3, “O Estado e a Acumulação Primitiva”.

Marx, na verdade, inovou teoricamente mas manteve a antiga terminologia. Isto fez com que muitos autores, aqueles que usam o vocabulário marxista mais do que os seus conceitos, se prendessem às palavras e utilizassem a expressão *acumulação primitiva* apenas no sentido de uma acumulação de capital cujos valores não foram produzidos de maneira capitalista. Samir Amin⁵¹, por exemplo, usa a expressão *acumulação primitiva* apenas para designar a transferência de valores produzidos em formas não-capitalistas para o capitalismo. E para ele o subdesenvolvimento e a acumulação em escala mundial seriam formas renovadas e persistentes de acumulação primitiva em benefício do centro capitalista. Mas o problema todo reside no fato de que para ele a acumulação primitiva se reproduz porque os sistemas de produção por ele chamados de periféricos tem sua *transição bloqueada*. O modo de produção periférico reproduz as formas pré-capitalistas de produção. A acumulação primitiva não leva à reprodução ampliada, mas perpetua o pré-capitalismo. E, em escala mundial, também o capitalismo tem todo o seu processo de reprodução alterado, visto que grande parte dos novos valores acumulados não foram gerados pelo capital, mas por formas de produção pré-capitalistas, isto é, o capital não é produzido pelo capital.

Esta forma de acumulação, chamada primitiva, integra o sistema econômico mundial. O capitalismo central resolve suas contradições internas pela exploração das sobrevivências pré-capitalistas periféricas. A acumulação primitiva não é aqui a pré-história do capitalismo, mas a sua própria história presente, isto é, não é um suposto histórico do capitalismo, mas um momento da produção e da reprodução do capital. O pré-capitalismo encontra aí uma função integradora do sistema. As contradições do capitalismo central acham seu ponto de repouso, e o sistema periférico não contém nele mesmo contradições, visto que a transição (a contradição interna entre o capitalismo e o pré-capitalismo) teve o seu desenvolvimento bloqueado pela inserção do país subdesenvolvido na economia mundial.

Não apenas Samir Amin, mas toda a sociologia do desenvolvi-

⁵¹Samir Amin. *L'Accumulation à l'Echelle Mondiale*, Anthropos, Paris, 1971.

mento que se pretende vinculada ao materialismo histórico, é muito mais funcionalista do que dialética. O funcionalismo provocou um verdadeiro descalabro na sociologia. O vocabulário funcionalista foi substituído pelo da dialética, mas a visão das coisas continua sendo funcionalista. Com palavras tomadas da terminologia da dialética marxista pretende-se apreender o mundo de modo funcionalista.

Onde há contradição vê-se integração, este é o busílis da questão. O conceito que nos poderia permitir apreender a contradição e o movimento consequente é inteiramente esvaziado de seu conteúdo para servir de instrumento para demonstrar a integração e o imobilismo. A maneira como está sendo usado o conceito de acumulação primitiva é prova desta funcionalização do marxismo. Este funcionalismo *marxista* lança mão da expressão acumulação primitiva para provar como as formas arcaicas são perpetuadas pela formação econômica moderna, isto é, as formas arcaicas ganham uma função de acumulação, o que dá ao subdesenvolvimento uma forma estrutural harmoniosa e integrada entre o arcaico e o moderno, tendo como núcleo funcional e integrador o que Francisco de Oliveira - aliás, um típico funcionalista marxista - chamou, com a mais absoluta impropriedade, de uma *super-acumulação* propiciada por uma *super-exploração*⁵².

Para este tipo de sociologia a contradição não é interna à formação econômica da sociedade, mas se dá apenas no nível da riqueza e da pobreza. Os autores se dão a licença de usar palavras de sabor ideológico marxista, pouco se importando com os conceitos. Deste *imbroglio* resulta um ecletismo verbal, em que o funcionalismo se mimetiza sob uma terminologia dialética e uma verborragia revolucionária⁵³.

⁵²Francisco de Oliveira. "Crítica à Razão Dualista", em *Cebrap* 2, S.P., 1972. Cf. Luís Alfredo Galvão. "Crítica Acrítica da Razão Dualista", em *Debate & Crítica*, nº 3, S.P., 1974.

⁵³Na verdade, toda a corrente que pode ser chamada de *subdesenvolvimento permanente* é antes uma ideologia do que uma teoria. O que ela pretende provar é que os países retardatários não podem se desenvolver industrialmente mantendo seus vínculos com a economia mundial capitalista. Esta apenas os *subdesenvolve*. O desenvolvimento industrial somente se poderia dar pela revolução nacional libertadora. Era tão aberrante este

A este ecletismo pode-se opor uma sociologia materialista e dialética que nos permita realmente compreender o movimento das economias retardatárias pela contradição das formas econômicas, e não pela integração. Ora, é precisamente o conceito de acumulação primitiva, no seu sentido marxista, que nos vai permitir esta apreensão.

Ernest Mandel, de forma um pouco mais precisa do que os subdesenvolvimentistas, também tentou usar o conceito de acumulação primitiva para compreender a industrialização dos países subdesenvolvidos. Segundo ele a acumulação de dinheiro pode ocorrer normalmente nestes países; o problema surge porque o dinheiro não consegue transformar-se em capital industrial. O capital-dinheiro dos países subdesenvolvidos busca valorizar-se somente na circulação, jamais atingindo a produção. "Os proprietários indígenas de capital-dinheiro não têm interesse em transformar seu capital-dinheiro em capital industrial"⁵⁴. Estes países foram inseridos na economia mundial por iniciativa do capital ocidental, que não encontrava neles um mercado interno suficientemente desenvolvido, nem tinha interesse em criar uma indústria local que pudesse concorrer com a sua própria indústria. Os países subdesenvolvidos deviam produzir mercadorias, é verdade, mas de forma a complementar a indústria capitalista ocidental. Este é o argumento básico de Mandel, mas ele reconhece também que já ocorrera a desintegração das comunidades tribais e aldeãs em consequência da penetração da economia mercantil, como também ocorrera um processo de separação entre o camponês e a

teoricismo subdesenvolvimentista que, oficialmente, se tirou o termo *subdesenvolvimento* de circulação sendo substituído pela expressão *economias em desenvolvimento*. Isto vem demonstrar que, mesmo aquilo que se poderia chamar de sociologia burguesa, se colocou na frente da pretensa sociologia marxista. Esta última, em vez de tentar apreender o movimento real, quis apenas demonstrar a necessidade da revolução nacional para promover o desenvolvimento. Sobre esta questão: Luís Alfredo Galvão. "O Nacionalismo na Sociologia do Desenvolvimento", ed. cit.

⁵⁴Mandel. "La acumulacion primitiva y la industrializacion del tercer mundo", em *Leyendo el Capital*, Fundamentos, Madrid, 1972, p. 148.

terra⁵⁵. Mandel vai até este ponto e para, não dá um passo além. Houve um bloqueio no processo de acumulação primitiva; juntou-se dinheiro, a economia natural foi dissolvida pela introdução do dinheiro, o camponês foi separado da terra, produziu-se mercadoria para o mercado mundial, mas a economia permanece subdesenvolvida porque ela parou aí. A economia mercantil cria um mercado; a separação dos trabalhadores dos meios de produção, também; produzem-se mercadorias sob a forma capitalista para o mercado externo, mas o movimento da economia mercantil está paralisado. Eis o subdesenvolvimentismo manifestando-se outra vez.

Na verdade, Mandel está envolvido num falso problema. Quando ele se refere à não formação do capital industrial está pensando no que ela chama de "capital indígena". Mas este capital local é, evidentemente, de menor importância. Os capitais industriais investidos nos países subdesenvolvidos não são capitais-dinheiro locais atuando como capitais primitivos, mas são capitais já resultantes de um processo de produção capitalista localizado nos países desenvolvidos. Este capital industrial⁵⁶ precisa apenas encontrar sua contrapartida subjetiva, isto é, o trabalho, para efetivar-se como valor que se valoriza. Assim sendo, o desenvolvimento do capitalismo nos países retardatários necessita, é claro, uma acumulação primitiva, mas aí não se trata de um capital prévio, e sim do trabalho livre, que deve ser disponível no mercado, com o qual se possa concretizar como capital industrial. Se o problema for posto em termos de capital indígena ou capital alienígena, a questão ganhará caráter de ideologia nacionalista, situação em que o subdesenvolvimentismo poria a questão em termos de desenvolvimento nacional autônomo ou subdesenvolvimento permanente gerado pela dependência externa, a qual condiciona a estrutura interna, que somente poderia ser rompida por uma revolução nacional-popular.

⁵⁵Ibid. p. 144 e 146.

⁵⁶O conceito de *capital industrial* é aqui empregado, não em contraposição ao capital agrícola, mas no sentido marxista, isto é, como o conceito que engloba o ciclo completo da circulação capitalista: capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital-produtivo, capital-mercadoria valorizada e capital-dinheiro valorizado. Cf. Marx, *O Capital* (livro II), 1ª seção.

O que deve ficar claro é que toda a questão da acumulação primitiva para Marx gira em torno, não da formação do capital original, mas do surgimento do trabalhador livre dos meios de produção e de subsistência, de modo que ele possa vir a valorizar o capital-dinheiro. Em outras palavras, o dinheiro por ele mesmo, sem trabalho para valorizá-lo, é incapaz de sair do âmbito exclusivo da circulação e vir a condicionar a produção. O sentido do modo de produção capitalista é valorizar-se pela mediação do processo produtivo, o que, na ausência de trabalho à disposição do capital, torna-se impossível. Assim sendo, se se trata do problema do desenvolvimento do capitalismo, então tudo deveria girar em torno do trabalho e não exclusivamente do dinheiro, porque é o trabalho que vai condicionar a circulação do capital produtivo, ao passo que o dinheiro sem o trabalho só pode condicionar a circulação do capital comercial.

Toda esta questão aparece de maneira notável num dos capítulos mais significativos da seção sobre a acumulação primitiva de *O Capital*, naquele em que é tratada a questão da colonização. Lá encontramos o problema colocado com extrema simplicidade. De nada adianta o dinheiro se ele não encontra sua contrapartida que lhe permite valorizar-se. No seu processo genético, a acumulação prévia do dinheiro e a separação entre o trabalhador e os meios de produção têm de ocorrer num mesmo processo para que o capital possa subsumir a produção. Mas no seu processo de expansão, o dinheiro pode aparecer como capital industrial em situações em que o trabalho ainda se encontra unido aos meios de produção. Nestas circunstâncias o que vamos encontrar é a luta contra as formas pré-capitalistas.

Porém o capitalismo, na sua expansão normal, chega primeiro, nas sociedades pré-capitalistas, sob a forma de capital-mercadoria que busca sua transformação em capital-dinheiro. Convém lembrar que o capitalismo está sempre, por uma razão ou por outra, em busca de novos mercados para seus produtos. O primeiro contacto do capitalismo com o pré-capitalismo se dá sob a forma de mercadoria; mas para que a sociedade pré-capitalista possa servir de mercado ela já deve ter sido transformada previamente em economia mercantil. Esta condição prévia Rosa Luxemburg chama de "luta contra a economia

natural". Transformada a economia natural em economia mercantil, aquela economia pode servir de escoadouro para a produção capitalista. Mas nesta relação entre uma economia simplesmente mercantil e outra mercantil capitalista, o que vemos é somente um mercado que serve para *realizar* a mais valia criada na produção capitalista. A economia para onde o capitalismo se expande não produz mais valia, apenas realiza a mais valia criada fora dela. Contudo, a mercantilização da economia tem uma dinâmica que a leva a transformar-se necessariamente em economia capitalista, como tão bem demonstraram Marx, de maneira teórica, e Lênin, na formação do capitalismo russo. O simples contacto da economia mercantil simples com a capitalista acelera o movimento de sua transformação. Mas a este movimento interno, da própria economia mercantil, vem somar-se o movimento externo do modo de produção capitalista. Outra vez, não importa qual a causa primeira, o fato é que à exportação de mercadorias sucede a exportação do capital. Se num primeiro momento o modo capitalista de produção tem excesso de mercadorias, num segundo passa a ter excesso de capitais, o que, no fundo, vem a dar no mesmo, pois de uma forma ou de outra significa sempre um excesso de valores que tem de encontrar um canal de escoamento. No entanto, o fato de os valores entrarem nas economias retardatárias sob forma de mercadoria ou sob forma de capitais faz muita diferença. A importação de mercadorias vem apenas acelerar o processo de mercantilização da economia, enquanto que a importação de capitais de empréstimo provoca uma aceleração muito maior.

Quando estávamos no estágio da exportação de mercadorias pelo modo de produção capitalista para as formações pré-capitalistas, o problema da acumulação prévia de uma determinada quantidade de dinheiro estava sempre presente. Agora, com o crédito, esta acumulação encontra um caminho que pode criar um curto-circuito no processo de acumulação prévia. O dinheiro que os países retardatários recebem sob forma de empréstimo já é resultado do processo de produção capitalista, é trabalho cristalizado, não dos trabalhadores locais, mas dos trabalhadores dos países de desenvolvimento capitalista evoluído.

Aliás, todo este deslocamento de capitais de uns países a outros

foi algo que surgiu com os primórdios da economia mercantil evoluída, e foi também fator que acelerou o desenvolvimento capitalista, como foi admiravelmente destacado por Marx:

“Com as dívidas públicas nasce um sistema de crédito internacional que esconde na maioria das vezes fontes de acumulação primitiva em tal ou qual povo. É assim, por exemplo, que as rapinas e as violências venezianas formaram uma das bases da riqueza em capital da Holanda, a quem Veneza em decadência emprestava somas consideráveis. Por sua vez, a Holanda, decadente lá pelo fim do século XVII na sua supremacia industrial e comercial, se viu constrangida a valorizar seus enormes capitais emprestando ao exterior, e especialmente à Inglaterra, sua rival vitoriosa. O mesmo ocorre no presente em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos. Grande parte do capital que faz aparição nos Estados Unidos, *sem certidão de nascimento*, é apenas o sangue das crianças das fábricas capitalizado na Inglaterra”⁵⁷.

O fato é que o capital de empréstimo atua como sucedâneo da acumulação prévia do capital-dinheiro na economia local.

Se o capital aparece sob forma de crédito, o agente importador tem de encontrar uma forma qualquer de fazer com que o capital importado se valorize para poder cumprir suas obrigações de juros e amortizações. Os Estados Unidos no século XIX, por exemplo, foram um grande importador de capitais de empréstimo. Como sua produção já se encontrava suficientemente modernizada pela economia mercantil, aqueles valores puderam atuar como capitais permitindo um notável desenvolvimento capitalista. O Egito, por sua vez, também foi um grande tomador de empréstimos dos países desenvolvidos. No entanto, pelo fato de lá não haver uma estrutura de produção suficientemente evoluída para a produção capitalista, estes capitais não conseguiram se valorizar. O despotismo oriental egípcio quis produzir para o mercado

⁵⁷Marx. *Le Capital* (livro I), ed. cit., vol. IV, p. 300.

mantendo formas asiáticas de produção. O resultado foi o fiasco da modernização da economia egípcia, a insolvência do déspota oriental e a ocupação colonial do Egito (esta é a situação típica do imperialismo econômico tal como o concebiam os velhos marxistas ⁵⁸). O Brasil também foi um grande importador de capitais estrangeiros no século XIX. Contudo, a economia brasileira, que não estava tão adiantada como a norte-americana e nem era tão atrasada como a do Egito, já tinha, no entanto, um grau de desenvolvimento mercantil que tornou possível a valorização dos capitais. Construíram-se estradas de ferro e portos permitindo uma maior aceleração da circulação do capital destinado a produzir café, aumentando o lucro e a rentabilidade do capitalismo.

Como lembra Rosa Luxemburg, os Estados Unidos tomavam dinheiro emprestado na Europa para expandir externamente sua economia e para assegurar certas posições no mercado mundial. Nunca é demais lembrar que o Brasil também se utilizou deste mecanismo para atuar à maneira de cartel na economia mundial. Refiro-me à política de valorização do café que, financiada por bancos europeus, tinha por finalidade controlar a oferta de café no mercado mundial e estabelecer um preço de monopólio para este produto tropical de exportação (Dependência?!).

O fato é que, tanto a exportação de mercadorias, como a exportação de capitais de empréstimo impulsionam de maneira progressivamente acelerada a mercantilização da economia nacional retardatária, vinculando-a cada vez mais à economia mundial. Na exportação do capital-dinheiro sob a forma de crédito, o problema da valorização já aparece, mas somente de forma indireta para aquele capital. A valorização é um problema do devedor e não do credor. Com a exportação direta do capital-industrial o problema toma nova forma. A valorização se coloca de maneira imediata para o próprio exportador.

É na exportação de capital industrial que o problema *marxista*

⁵⁸Sobre o marxismo e o conceito de imperialismo, cf. Luís Alfredo Galvão. "Marxismo, Imperialismo e Nacionalismo", em *Debate e Crítica*, nº6, S.P., 1975.

da acumulação primitiva aparece de maneira palpável. O dinheiro aí está, *sem certidão de nascimento*, mas para que ele se realize como capital tem de se inserir numa economia onde o homem de dinheiro possa encontrar aquela mercadoria especial que reproduz o seu valor e cria um novo valor. Todo o problema deste capital é encontrar trabalho livre. Aqui, agora, voltamos a toda aquela questão discutida no início do trabalho, quando analisamos a sociologia de Lênin. O capital pode encontrar várias formas intermediárias até chegar ao seu ponto culminante. O caso do capitalismo escravista brasileiro nas plantações comerciais e a sua história quatro vezes secular, até o surgimento do trabalhador inteiramente livre dos meios de produção e de subsistência, é um exemplo significativo desta luta para que o capitalismo se implante nas suas formas mais acabadas⁵⁹.

Todo este processo de expansão do capitalismo deve ser visto como um movimento progressivo, assumindo numa mesma economia nacional as mais diversas nuances, indo desde simples formas de subordinação até a subsunção real do trabalho ao capital. Contudo, se formos pensar no grande capital dos países desenvolvidos que se desloca para as economias retardatárias sob forma de capital-industrial, veremos que ele precisa encontrar nestas sociedades um certo grau de amadurecimento da forma econômica. O pequeno capital pode se dar ao luxo de subordinar formas pré-capitalistas, como é o caso do capital comercial subordinando gradativamente o pequeno produtor constituindo proletariado doméstico. É claro que o grande capital também pode se utilizar de formas não desenvolvidas de relações de trabalho, seja nas plantações tropicais, seja na construção de meios de

⁵⁹Está na moda falar-se a propósito do Brasil, em capitalismo tardio. Creio que a afirmação correta seria precisamente a inversa: capitalismo precoce. Isto porque, desde o século XVI, sempre tivemos uma luta pela valorização de um capital de origem externa, e este capital, por razões notórias, não pode se realizar aqui como capital comercial, só podendo se valorizar aqui pela intermediação da produção. O capital originário era o comercial acumulado na Europa, que aqui realizou sua determinação por meio da produção, de tal sorte que, na Europa tivemos a acumulação primitiva, e aqui no Brasil, a reprodução ampliada do capital, embora ainda sob formas não plenamente capitalistas.

comunicação. Neste último caso temos o exemplo da construção do canal de Suez, onde o trabalho servil foi preponderante, mas para isto foi preciso contar com a intermediação do despotismo asiático. Mas o caso muda de figura inteiramente quando se trata do grande capital industrial aplicado na produção de mercadorias para o mercado interno. Neste a estrutura econômica já deve ter atingido um grau muito maior de evolução, não só no que se refere ao mercado interno para os produtos e para a demanda de mão-de-obra, como também no que diz respeito à existência de uma ordem institucional que lhe dê segurança jurídica. Conforme o capitalismo vai se expandindo, a luta contra o pré-capitalismo vai refluindo para setores cada vez mais marginais da produção social.

O problema é o da luta do capitalismo contra as formas pré-capitalistas. A tese da sociologia marxista funcionalizante é a de que há uma integração, o capitalismo se serve das formas pré-capitalistas para acelerar o seu processo de acumulação, integrando-as funcionalmente, ao sistema. A origem do erro integracionista, que não permite ver a contradição entre o capitalismo e o pré-capitalismo, é o fato de que este tipo de sociologia tem como ponto de vista o capitalista individual e não o capital social total. Da perspectiva do capitalista individual, por exemplo, o sistema do colonato, na produção comercial de café, é inteiramente racional. Em face da escassez de dinheiro, da abundância de terras e da intermitência do tempo de trabalho na produção de café, é perfeitamente razoável, nestas circunstâncias, que parte do salário do trabalhador seja pago com o direito de uso da terra pelo colono. No caso, o trabalho global do colono, como todo trabalho assalariado, pode ser dividido em duas partes, trabalho necessário e sobretrabalho. Mas dado o fato de que ele recebe parte do salário em terras, para que produza alguns de seus meios de subsistência e eventualmente mercadorias para vender no mercado local, o seu trabalho necessário também pode ser dividido em duas partes, a parte que recebe em dinheiro, correspondente à que trabalha na plantação capitalista, e a parte que trabalha na terra que lhe foi cedida, na sua própria roça. Assim sendo, três quartas partes de seu tempo de trabalho o colono trabalha no modo capitalista de produção e uma quarta parte trabalha,

seja sob a forma de economia natural, seja sob a forma de economia mercantil simples. O sobretrabalho do capitalista empregador não foi prejudicado pelo sistema misto. Pelo contrário, sua taxa de lucro subiu, visto que empregou menos dinheiro na produção. Seu capital variável diminuiu pela metade sem prejudicar a mais valia.

Agora, se passarmos do ponto de vista do capitalista individual para o ponto de vista da produção social, veremos que uma determinada quantidade do produto da economia nacional global não permitiu a produção de mais valia nem a sua realização. Se todo o trabalho necessário do colono fosse efetivado no modo de produção capitalista ele estaria produzindo mais valia para o capitalista e produzindo uma maior quantidade de valores suportes de mais valia. Por outro lado, o produto de seu trabalho efetuado na própria roça, seja sob forma de economia natural, seja sob forma de economia mercantil simples, é um tempo de trabalho que, em última instância, foi furtado ao modo capitalista de produção. Se o colono, em vez de produzir meios de subsistência, tivesse de comprá-los, e eles tivessem sido produzidos no modo de produção capitalista, aquele tempo de trabalho da sociedade estaria produzindo mercadorias e mais valia. Em poucas palavras, o tempo de trabalho do colono efetuado na roça não é produtivo, nem para aquele capitalista, nem para a sociedade capitalista. Se de um lado ele aumentou a taxa de lucro do capitalista individual, por outro gerou trabalho improdutivo para o capital.

No caso presente, a acumulação primitiva marxista vai se manifestar, no desenvolvimento do processo, pela separação integral entre o trabalhador e os meios de produção e de subsistência, quando então todo trabalho será destinado ao capital e todos os meios de consumo deverão ser adquiridos a dinheiro, no mercado, realizando a mais valia neles contida. Assim o capitalismo, no seu ponto de maior evolução, faz com que o trabalhador produza mais valia para o seu capitalista e realize a mais valia de outros capitalistas no processo de consumo.

Se o sistema misto de relação social de produção permitiu a produção capitalista numa situação de escassez de mão-de-obra e abundância de terras, num certo ponto de seu desenvolvimento os aspectos pré-capitalistas daquela relação capitalista de produção se

transformam em estorvo para o desenvolvimento ulterior da acumulação de capital. O colono se transforma em diarista morador, para depois se transformar em trabalhador volante morando nas cidades e trabalhando como assalariado integral na lavoura.

Todo este movimento nada mais é do que um processo de acumulação primitiva, em que o trabalhador, gradualmente, vai se separando cada vez mais dos meios de produção e de subsistência.

O problema reside na análise do valor e do mais valor. O trabalho imediato produz valor de uso ou valor de troca? Se produz valor de troca, produz também mais valor para o capital? Se produz mais valia, qual é a forma concreta desta produção? Nunca é demais lembrar que o conceito de capital somente ganha caráter concreto na medida em que passa do capitalista individual para o capital social total, eis aí *O Capital* para confirmar esta proposição. E é somente do ponto de vista do capital social que se pode perceber que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista é uma permanente luta contra as forças pré-capitalistas, luta esta que vai dar ao desenvolvimento capitalista o caráter de uma revolução permanente das formas de produção, onde o capitalismo vai gradualmente expulsando as formas pré-capitalistas da produção social, não sem antes subordiná-las ao capitalismo. Não é a subordinação que é permanente, mas a luta, a transformação, até que todo trabalho social esteja subsumido à produção capitalista. Assim, o processo de desenvolvimento é basicamente um entrechoque na economia nacional de duas formas distintas de produção, a capitalista e a pré-capitalista.

Se inicialmente é a circulação que congrega formas pré-capitalistas e formas capitalistas, este amálgama pode se dar também na produção imediata pela subordinação de formas de produção pré-capitalistas. Porém estas formas de coexistência do pré-capitalismo e do capitalismo na produção imediata não se reproduzem, ou melhor, no processo de reprodução das relações sociais, as formas pré-capitalistas são gradualmente eliminadas para ceder seu lugar ao capitalismo puro. Pelo menos é esta a tendência que encontramos teoricamente em *O Capital*, na análise feita por Lênin do desenvolvimento do capitalismo na

Rússia, e que agora encontramos, praticamente, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A crítica do dualismo estrutural não é teórica, mas prática. É o próprio desenvolvimento do capitalismo que dela se encarrega, demonstrando a todos os momentos sua tendência a eliminar o pré-capitalismo e a tornar o modo de produção exclusivo.

Dualismo Mercantil-Estatal

O dualismo estrutural, aliás, é próprio de todas as situações de transição. No início deste trabalho lembramos a visão pluralista de Lênin em relação à Rússia de 1918, onde ele encontrou cinco modos de produção coexistindo na mesma economia nacional. Mas, dada a transformação do quadro político-econômico, em meados dos anos vinte, a situação se apresentava ligeiramente alterada. Os cinco modos de produção apontados por Lênin podem ser basicamente reduzidos a dois.

Colocar na lista a economia do patriarcalismo camponês foi, na verdade, um exagero. Este tipo de economia não se caracteriza como economia social, visto que produz domesticamente para consumo doméstico. Há trabalho social, mas apenas no seio da família. A sociedade não trabalha para esta economia nem ela para a sociedade. Podemos, conseqüentemente, riscá-la da lista.

Durante a guerra civil e o comunismo de guerra, o capitalismo foi eliminado. Sobram apenas três dos cinco modos de produção iniciais. Porém o capitalismo de Estado, segundo o conceito leninista, não é propriamente um modo de produção, e sim uma forma de subordinação. Para Lênin, capitalismo de Estado é a forma de controle pelo Estado da economia privada capitalista. Trata-se, na verdade, de uma subordinação da forma menos desenvolvida pela forma mais desenvolvida. O capitalismo de Estado, pela concepção leninista, é perfeitamente homólogo àquelas formas de subordinação do pré-capitalismo pelo ca-

pitalismo, tal como encontramos em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

Restam apenas dois modos de produção. De um lado temos a produção agrícola, toda ela composta de pequenos produtores independentes, e de outro, a produção industrial urbana, basicamente estatizada. No meio está o capitalismo de Estado, que é mais uma política econômica do que uma forma de propriedade e de intercâmbio. A economia social da Rússia dos anos vinte é aquela que poderíamos chamar de exemplarmente dual. E é pensando a economia social russa deste período que podemos realmente nos dar conta do significado histórico e teórico do dualismo estrutural.

O grande e insuperável teórico do dualismo estrutural foi Preobrajenski. O problema que se colocava durante o período da NEP era precisamente o da coexistência, numa mesma economia nacional, de um setor estatal claramente delimitado (a indústria urbana) e um setor privado de pequena produção mercantil (a agricultura). A idéia fundamental de Preobrajenski era a de que entre ambos havia um conflito irreduzível que se manifestava na luta de vida e de morte entre as duas formas de produção. Se a pequena produção se fortalecesse e se desenvolvesse, ela levaria fatalmente a uma restauração capitalista, que se manifestaria politicamente por uma reação termidoriana. Se a economia de Estado conseguisse se afirmar e se desenvolver, iria suplantiar a economia de mercado derivada da pequena produção camponesa.

Para poder conceptualizar tal conflito, Preobrajenski teve de fazer uma *nova teoria econômica*, que está exposta na sua *A Nova Econômica*. A teoria da produção mercantil, Marx já havia realizado. No entanto, não havia nenhuma teoria para o setor estatal - da economia planificada - nem muito menos uma teoria da transição da economia privada à economia de Estado. Este foi o trabalho pioneiro que empreendeu Preobrajenski.

Se atendo estritamente aos princípios gerais do método marxista, que ele chama de "método sociológico universal do materialismo histórico", Preobrajenski formulou a teoria do relacionamento da economia de Estado com a economia de mercado. O problema deste

relacionamento reside no fato de que o princípio do planejamento e a lei do valor, nenhum deles em estado puro, atuam no interior de uma economia nacional única. Estes dois modos de produção se relacionam por meio de um regulador próprio, da acumulação primitiva, mais precisamente pela *lei da acumulação estatal primitiva*. Trata-se de uma lei porque se refere à recorrência das consequências que decorrem da reprodução de um tipo dado de relações de produção⁶⁰.

O problema está na emergência de novas relações sociais de produção que devem se reproduzir num processo em que se encontram formas antagônicas de sistemas de relações sociais de produção. As novas relações de produção têm de lutar pela sua existência e pela sua consolidação. Esta luta pela existência é a sua reprodução ampliada, isto é, uma reprodução interna ao setor estatal. Mas para que possa ocorrer esta reprodução ampliada de novo tipo de relações de produção, ela tem de manifestar-se pela ampliação dos meios de produção pertencentes ao Estado. Esta *tendência* à ampliação do setor estatal da economia nacional se apresenta como uma necessidade, “como uma lei coercitiva de existência e crescimento” da economia de Estado. Não importa que esta necessidade se manifeste de forma consciente ou semi-consciente. A consciência ou a inconsciência desta necessidade pode apenas “alterar a forma de manifestação da lei, mas sem a suprimir”⁶¹.

Assim, pois, desde que na economia nacional emergiu um novo modo de produção (a economia de Estado), ela gera um movimento próprio que independe da vontade dos homens, ganhando, portanto, o caráter de uma *lei objetiva*. Foi precisamente devido ao seu caráter objetivo, necessário, determinado, independente da vontade dos homens, que Preobrajenski pode separar, por meio da abstração, a economia de Estado da política do governo. Aquela é regida por leis objetivas e esta pode variar segundo as conjunturas. Justificando-se nas proposições básicas do método sociológico universal de Marx, tal como foi exposto no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Preobrajenski afirma que é preciso “começar a análise a partir da base.

⁶⁰Preobrajensky. *La Nouvelle Economique*, EDI, Paris, 1966, p. 102.

⁶¹Ibid. p. 104.

a partir das regularidades da vida econômica, e explicar em seguida a necessidade de uma política determinada”⁶². É a própria concepção materialista da história que exige que se faça abstração da política: “A necessidade econômica abre o seu caminho sob a aparência de opções exteriormente livres de uma política determinada”.

A questão que Preobrajenski quer deslindar refere-se à maneira como é regulada a vida econômica nacional num sistema misto, estatal e mercantil, e como aí está determinada a vontade dos participantes da produção coletiva. Mas para cumprir este propósito “é preciso fazer abstração da política econômica real do governo, que é resultante da luta de dois sistemas econômicos e das classes correspondentes, estudar sob seu aspecto puro o movimento da acumulação socialista primitiva em direção ao seu ponto ótimo, esclarecer, se possível sob seu aspecto puro, a ação das tendências em luta, e enfim compreender porque a resultante da vida real segue precisamente tal linha e não outra”⁶³. A hipótese de base, da qual parte Preobrajenski, é a de que as leis fundamentais estão em luta - elas são antagônicas. Esta hipótese é contestada por aqueles que consideram a NEP como uma variante da economia capitalista burguesa, e não como uma situação de transição da produção social anárquica, regida pela lei do valor, para a economia de Estado, cuja produção social é organizada e planejada. Estas duas leis, contudo, não se integram nem se harmonizam. O que regula seu relacionamento é a luta entre elas, e é desta contradição que resulta o movimento histórico, determinado materialmente. Estas duas leis, que coexistem antagonicamente na economia nacional, representam dois modos de produção distintos; cada um deles luta para que o seu tipo de regulação econômica, próprio a um sistema dado de relações de produção, assuma uma forma cada vez mais pura. Cada um dos modos de produção tende para a exclusividade.

A contradição entre os dois modos de produção se manifesta concretamente na maneira como a quantidade total de valores criados pela economia nacional se reparte entre os dois setores. Uma coisa é a reprodução ampliada no interior do setor de Estado. Os novos valores

⁶²Ibid. p. 107.

⁶³Ibid. p. 108.

aí produzidos se transformam em novos fundos de acumulação e novos fundos de trabalho. A pequena produção mercantil também tem uma tendência interna à acumulação do seu valor excedente. Se os dois modos de produção estivessem isolados um do outro, toda a questão se resumiria numa corrida para ver qual acumularia mais rapidamente. Ocorre que ambos estão ligados a um mesmo sistema econômico nacional. Um produz produtos agrícolas e pecuários e o outro está restrito à indústria. Há um intercâmbio entre os dois setores e, consequentemente, uma constante transferência de valores nos dois sentidos. Ora, a luta se manifesta de maneira concreta no intercâmbio entre os setores, pela apropriação do sobrevalor de cada um deles. O modo de reprodução das relações de produção e dos valores no interior de cada um dos setores não implica em maiores problemas. O problema todo reside na maneira como aqueles dois modos de produção se relacionam. E precisamente para compreender como, objetivamente, se dá a transferência de valores entre o setor privado e o setor estatal é que Preobrazjenski formulou a *lei da acumulação socialista primitiva*.

Como substância, o sistema econômico nacional tem de se reproduzir de uma forma ou de outra. A proporcionalidade entre a produção agrícola, proveniente do setor privado, e a produção industrial, resultante do setor estatal, deve ser permanentemente reestabelecida. Num sistema de economia nacional que seja inteiramente regulado pela lei do valor, o equilíbrio da vida produtiva seria dado por mecanismos resultantes das oscilações dos preços no mercado. Caso contrário, se todo o sistema econômico nacional fosse regulado diretamente pelo Estado, o princípio consciente da planificação é que estabeleceria o equilíbrio interno. Mas numa economia dual, não encontramos um só regulador. O setor privado está dependendo do preço para produzir, enquanto no setor estatal a produção depende de uma ordem emanada do comitê de planificação. A economia nacional está na dependência de ambos os setores para a sua reprodução, num sistema de divisão do trabalho.

Admitindo-se o dualismo no sistema econômico nacional; admitindo-se a luta, o conflito, o antagonismo, a contradição entre os dois modos de produção; admitindo-se também que é da contradição que o movimento será gerado, todo o problema se resume em saber qual

o destino do excedente criado em cada um dos setores. A lei da acumulação socialista primitiva é aquela que mostra que é de importância vital para o setor estatal apropriar-se, de uma forma ou de outra, do sobretrabalho do setor privado da economia, para que ele possa crescer, não somente pela sua reprodução ampliada interna, mas também pela acumulação de valores criados pelo seu parceiro antagônico na divisão nacional do trabalho. Os mecanismos econômicos do processo de acumulação, no setor estatal, do sobretrabalho gerado no setor privado, são, evidentemente, os mais variados possíveis. Tendo em vista o fato de que, na Rússia da NEP, o Estado detinha praticamente o monopólio da produção industrial, do comércio exterior, das finanças - o mecanismo básico da acumulação primitiva era uma política de preços. O Estado podia estabelecer, por exemplo, um determinado preço tanto para os produtos agrícolas (o Estado era praticamente o comprador monopolista), como para os produtos industriais e, pelo intercâmbio desigual de valores entre os dois setores, desviar o excedente do setor agrícola privado para o setor industrial estatal. O limite máximo do preço do produto industrial e o limite mínimo do preço do produto agrícola era o ponto ótimo da acumulação estatal primitiva. Estes limites tinham um caráter objetivo. Se a desigualdade do intercâmbio ultrapassasse aquele ponto, o setor agrícola deixaria de produzir para a venda, acumulando estoques de mercadorias, ou passaria a produzir somente para o autoconsumo. Neste momento o intercâmbio entre a cidade e o campo iria se interromper e todo o sistema econômico nacional entraria em colapso.

A apropriação do excedente do setor privado não era a única função da política de preços. Na situação de transição entre a economia privada e a economia de Estado, o que está em choque são dois princípios de regulação da produção social: a lei do valor e o princípio do planejamento, e a arena desta luta é inicialmente a economia nacional. Por meio de uma política de preços, a economia de Estado consegue impor os germens de uma economia nacionalmente planificada. Se o comitê central do plano econômico nacional quer diminuir a produção de um certo ramo econômico para estimular a produção em outro setor estatal, basta que ele dê uma ordem: produza-se tanto

disso e tanto daquilo. Por outro lado, o grau de poder do Estado sobre o setor privado não é tão elevado assim. Mas pela política de preços ele ganha uma substancial dose de poder econômico. O produtor privado não está sob as ordens diretas do Estado, ele é livre para produzir o que quiser. No sistema de mercado ele vai produzir este ou aquele produto conforme o preço, visto que o seu objetivo é obter a maior quantidade de dinheiro pela troca de menor dispêndio de trabalho. Ora, se num sistema misto estatal-mercantil, o Estado tem poder para estabelecer uma política econômica, por meio dela, pode *subordinar* o setor privado à economia de Estado e introduzir o princípio do planejamento na própria economia de mercado.

Preobrajenski chama muito a atenção para o fato de que os limites do poder econômico do Estado são dados pela própria lei do valor. No sistema misto, a lei do valor não é suprimida, mas apenas subordinada a uma política econômica, que, nos seus limites extremos, pode bloquear a produção do setor privado ou pode propiciar a acumulação no setor privado do excedente criado na economia de Estado.

Um outro instrumento da acumulação estatal primitiva são os impostos que gravam o setor privado da economia. Os impostos são necessariamente valores subtraídos da economia privada em benefício do Estado. As possibilidades da acumulação primitiva por meio de impostos ou de uma política de preços, ou da conjugação de ambos os meios, é uma questão puramente circunstancial. Em determinadas situações, talvez seja conveniente à política econômica do Estado estabelecer, enganosamente, um preço alto para determinado produto do setor privado e tomar muitos valores sob a forma de impostos, ou baixar impostos e elevar os preços dos produtos industriais. Enfim, os administradores da economia nacional podem estabelecer as mais diversas combinações entre preços dos produtos industriais, preços dos produtos agrícolas e impostos, mas de forma a que o excedente se encaminhe para o Estado e mantendo a proporcionalidade necessária à reprodução da economia nacional.

Evidentemente, num sistema misto estatal-mercantil, a economia de Estado tem uma certa dose de poder sobre o setor privado; mas este pode reagir à imposição de um preço muito baixo, ele tem sempre

a possibilidade de não produzir. O poder do Estado está precisamente limitado pela lei do valor. Este sistema dual tem sua substância em dois sistemas de relações de produção distintos, mas a contradição entre modos de produção no seio da economia nacional se manifesta sob forma política. O setor privado somente garantiria sua existência pela reprivatização da produção industrial, e o setor de Estado apenas teria certeza absoluta de seu futuro histórico com a estatização completa - ao estatismo não basta a subordinação da economia de mercado à economia de Estado, ele só termina sua fase de acumulação primitiva no momento em que subsumir toda a economia nacional ao Estado.

Na Rússia soviética, a crise da NEP encontrou a solução na estatização completa da economia. Paradoxalmente, este não foi o resultado da supremacia da economia estatal sobre a economia privada, mas precisamente o inverso. O setor industrial não conseguiu crescer no mesmo ritmo que o setor agrícola, provocando um agravamento da desigualdade do intercâmbio a tal ponto que o Estado teve de expropriar, não apenas o sobretrabalho do camponês, mas também uma parte do trabalho necessário. Houve uma paralisação da produção agrícola (a "greve dos cereais", como foi chamada na época), e a crise econômica assumiu uma forma aguda de luta de classes. A reação termidoriana vinha no bojo da vendéia e, como resposta, os administradores da economia de Estado decretaram a abolição da propriedade camponesa pela coletivização forçada.

O que a NEP demonstra é precisamente a impossibilidade de uma coexistência pacífica entre dois sistemas econômicos distintos. É claro que a forma de manifestação histórica deste conflito pode ganhar configurações muito variadas. O mérito da análise de Preobrajenski está em ter mostrado que a economia de Estado tem leis objetivas próprias de funcionamento que independem da política do governo. Estas leis podem estar presentes ou não na consciência dos agentes políticos do Estado. Porém, consciente ou inconscientemente, elas continuam atuando como se fossem leis naturais.

A liberdade é a consciência da necessidade. Se os administradores da economia de Estado atuarem no sentido da lei da acumulação estatal primitiva, isto é, se eles forem cada vez mais estreitando o

campo de manobra da economia privada, tudo corre bem para a nova classe dirigente. Caso contrário, será preciso esperar que o movimento econômico natural cumpra o seu curso.

A dificuldade para a afirmação do poder político e econômico dos administradores da economia de Estado na Rússia revolucionária foi o não amadurecimento das forças produtivas. Eles tiveram de assumir a missão de acabar com a economia capitalista-mercantil numa sociedade em que o grau de evolução da produção material exigia uma produção capitalista e não uma produção estatal. Durante a NEP, a nova classe dirigente perdeu a batalha econômica. Como a economia estatal não pode vir à luz pela força econômica das coisas, a força econômica foi substituída pela força nua, e o agente básico da consolidação da economia de Estado não foi o poder da indústria centralizada, mas os esbirros da GPU⁶⁴.

⁶⁴Convém lembrar que o processo de estatização da economia foi pensado como o resultado do amadurecimento limite da produção capitalista. Engels, em *O Anti-Dühring* (Claridad, B.A., s/data), lembra que o capitalismo desenvolve de tal maneira as forças produtivas que num certo estágio a estatização surge como uma necessidade econômica ("A nacionalização somente representará um progresso econômico, um passo adiante para a conquista pela sociedade de todas as forças produtivas, ainda que esta medida seja tomada pelo Estado atual, quando os meios de transporte ou de produção transbordem já realmente os limites de uma sociedade anônima, quando, portanto, a medida de nacionalização seja já economicamente inevitável." p. 305). À nacionalização progressista, Engels contrapõe uma forma reacionária de nacionalização, que é aquela realizada por razões meramente políticas, isto é, cujo sentido é apenas fortalecer certo governo, como foi o caso daquelas realizadas por Bismark. A estatização final da economia russa, na década dos trinta, foi efetivada por razões puramente políticas. Com a ruptura do equilíbrio entre a cidade e o campo, iria ocorrer um efeito político necessário: a perda do poder político pelo partido bolchevique. O poder da burocracia partidária-estatal somente poderia ser consolidado no campo econômico, cortando pela raiz a força social da classe que lhe era antagonista, pela expropriação policial da pequena produção camponesa. A fragilidade da economia estatal-industrial teve de ser compensada pela ação política. Aliás, como lembra Merleau-Ponty, a política é a negação da necessidade. A ação política quer transformar o necessário em contingente e o contingente em necessário: e, se a história é contingência, a política é terror.

É interessante notar que, no debate sobre a industrialização, durante da década de 1920 na Rússia revolucionária, vamos encontrar um outro teórico bolchevique, da mesma envergadura intelectual de Preobrajenski, que defendeu um ponto de vista oposto. Trata-se de Bukárin. Metodologicamente, e é isto que nos interessa aqui, a perspectiva de Bukárin é a da economia nacional como um todo, e não a do modo de produção. Para ele o importante era o crescimento da renda nacional, e para isso seria necessário que o intercâmbio entre o setor privado e o setor estatal se desse de forma harmônica e não de forma conflituosa. Segundo Bukárin não haveria uma luta de classes entre a economia de Estado (proletariado) e o setor privado (campe sinato), mas uma aliança de classes, em que o proletariado exerceria a supremacia. Esta aliança se manifestaria de forma concreta na circulação, e o crescimento da renda nacional somente poderia acontecer numa acumulação simultânea dos dois setores. O setor industrial deveria produzir bens de consumo e bens de produção, o mais barato possível, para o setor agrícola, cuja produtividade somente poderia aumentar se houvesse uma acumulação no próprio setor. A indústria ganharia na economia de escala, aumentando também a produtividade e a sua acumulação. Assim a acumulação estaria reciprocamente condicionada, e a política do governo deveria ser a de estimular o mais possível a acumulação no setor camponês, que, por sua vez, possibilitaria a acumulação no setor estatal, porque ambos estavam funcionalmente integrados. Decorre daí a palavra de ordem de Bukárin aos camponeses: "Enriquecei-vos". Mas o enriquecimento do camponês quer dizer sua kulakização. A concentração da propriedade e o regime assalariado não eram coisas que assustavam a Bukárin, visto que a acumulação no setor estatal estava condicionada pela acumulação no setor privado. O socialismo para ele não viria como resultado da luta entre o setor privado e o setor estatal, mas pela circulação de mercadorias através das cooperativas de comercialização e de consumo constituídas no setor privado.

Bukárin reprovava Preobrajenski e os trotskistas em geral pelo fato de temerem política e economicamente os camponeses. Por que ter medo da pequena burguesia, se os bolcheviques detinham o monopólio

do poder político? Por que temer os camponeses se o Estado concentrava em suas mãos os instrumentos básicos de poder econômico: a indústria, o crédito, os bancos, o comércio exterior, a política de preços, os meios de transporte, etc.? O que era importante, de seu ponto de vista, era manter a circulação, e por meio dela a harmonia da economia nacional e a aliança de classes.

A isto Preobrajenski respondia que, para que o setor estatal da economia pudesse produzir bens de consumo para o setor privado era preciso inicialmente constituir um fundo primitivo de acumulação de meios de produção e de meios de subsistência para os trabalhadores do Estado⁶⁵. Qual a forma possível da constituição deste fundo primitivo da produção estatal senão a expropriação do excedente do setor privado?

O significado teórico da discussão entre Bukárin e Preobrajenski está precisamente na questão metodológica do monismo ou do pluralismo estrutural na análise de uma economia nacional. Bukárin via monisticamente a questão, pois para ele o que havia era a economia nacional estruturada num modo de circulação. Preobrajenski, ao contrário, via um sistema de economia nacional dualista, em que coexistiam, antagonicamente, dois modos de produção. O conflito e a luta entre os dois modos de produção se manifestavam no intercâmbio entre eles.

De fato, o ponto de vista do monismo estrutural está na circulação e o do dualismo ou pluralismo estrutural está nas formas de produção.

O trabalho de Preobrajenski é exemplar. Ele se defrontou com uma situação histórica concreta de uma simplicidade notável. A economia nacional dividida em dois modos de produção correspondentes aos dois ramos fundamentais de qualquer produção: a indústria e a

⁶⁵Recorde-se que o modo capitalista de produção na Rússia ainda não havia se desenvolvido suficientemente a ponto de ter gerado, pelo seu próprio desenvolvimento natural, um fundo primitivo de acumulação estatal que permitisse alguma forma de reprodução ampliada da economia de Estado. Ademais, se a indústria estava estatizada, ela também estava destruída. Durante a guerra civil houve um processo de "reprodução ampliada negativa", que depauperou inteiramente o setor estatal.

agricultura. No setor industrial encontramos a forma mais amadurecida de organização da economia, a produção de Estado; no setor agrícola, a forma elementar da economia mercantil, a produção mercantil simples. Se esta situação não tivesse existido historicamente, deveríamos tê-la criado abstratamente para compreender como se dá o relacionamente entre o princípio da planificação e a lei do valor. Alí a situação de transição se manifesta de forma a mais clara possível precisamente em virtude de que os dois fatores em conflito se encontram no seu limite.

Ademais, devemos sempre lembrar que o Estado para Preobrajenski aparecia, inicialmente, de modo desideologizado, abstraindo-se do Estado a política, tornando possível, deste modo, encará-lo como uma categoria econômica e encontrar na economia de Estado leis objetivas, determinadas, necessárias, independentes da vontade dos homens. O modo de produção estatal definia-se por relações materiais de produção, independentemente da política do governo. Assim sendo, o que Preobrajenski descobriu foi que a economia de Estado se constitui numa *formação econômica da sociedade* - no sentido leninista do conceito - visto que se trata de um sistema de relações materiais (não ideológicas), cuja repetição e regularidade nos permitem generalizar tal sistema para diversos países. Na verdade, é em Preobrajenski que vamos encontrar os elementos teóricos para uma análise generalizada da penetração do Estado na economia e uma explicação para o seu crescimento contínuo, independentemente da política dos governos.

Salta aos olhos que a situação de um país como o Brasil da atualidade não é, de forma alguma, tão simples como a da Rússia da NEP. Os mecanismos de controle do Estado sobre a economia são extremamente mais complexos e são postos em prática de maneira totalmente inconsciente. Além do mais, paralelamente à situação de transição entre o capitalismo e a economia de Estado, encontramos também outra situação de transição, a que acontece entre o pré-capitalismo e o capitalismo. Contudo, a complexidade da situação não nos impede de usar os conceitos de acumulação capitalista primitiva e de acumulação estatal primitiva para compreender o complexo da economia nacional brasileira. Pelo contrário, somente por meio destes instrumentos

conceituais é que poderemos, realmente, compreender o movimento objetivo da produção social.

Não foi apenas na Rússia e nos países que fizeram a revolução socialista que o Estado penetrou e passou a dominar a economia. No Brasil e em todos os demais países houve um processo de estatização da economia. Trata-se, agora, de graus de estatização. Há a situação em que a emergência do Estado não altera substancialmente o modo capitalista de produção, apenas dá ao Estado a possibilidade de *subordinar* a produção capitalista, do mesmo modo como, no processo de constituição do capitalismo, o capital, inicialmente, subordinou o artesanato, sem alterar o modo de produção. Na Rússia, contudo, o processo foi, desde o início, caracterizado por uma *subsunção*, se não real, pelo menos formal, da produção industrial ao Estado, e por uma *subordinação* da pequena produção mercantil. Mas sempre encontramos uma *situação de transição*, embora em graus distintos de amadurecimento, do modo capitalista para o modo estatal de produção.

Em condições como a brasileira, o quadro se apresenta de forma muito mais complexa, onde os fenômenos aparecem com uma multiplicidade enorme de formas. Temos ainda resíduos de destribalização, a passagem do pré-capitalismo ao capitalismo, ao mesmo tempo temos também a passagem do capitalismo ao pós-capitalismo.

O setor estatal da economia brasileira surgiu de maneira extremamente ambígua, no bojo da acumulação capitalista primitiva. Dada a situação de economia retardatária, o Brasil iniciou o seu processo de industrialização no momento em que os países já industrializados tinham atingido um grau de desenvolvimento das forças produtivas extremamente elevado. Como a quantidade de dinheiro necessária para que possa haver a transformação qualitativa do dinheiro em capital está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, esta situação impediu que a burguesia nacional pudesse assumir o papel hegemônico no processo de industrialização, dado o baixo nível de concentração do capitalismo nacional.

Todos os países retardatários tiveram de se defrontar com este problema. Na Alemanha foram os bancos que tiveram de agrupar o dinheiro necessário para sua transformação em capital, surgindo deste

contexto o “capital financeiro”. No Brasil, uma parte do capital prévio veio dos países já desenvolvidos e, com respeito à outra parte, coube ao Estado o papel de reuni-lo para permitir a formação de capital. Ocorre que, se o Estado tinha intenções de realizar uma acumulação capitalista prévia, o resultado objetivo foi uma acumulação estatal primitiva.

Além de uma substancial parte da economia já estar nas mãos do Estado, deve ainda se considerar que se trata de setores estratégicos, como a energia elétrica, o petróleo, a siderurgia, a grande extração mineral, etc. Há também o formidável controle que o Estado exerce sobre a economia privada, e uma política monetária e uma política fiscal, que canalizam quantidades crescentes de valores para o Estado, que não somente cobre os gastos do Estado, mas constitui também fundos de acumulação primitiva para a produção estatal. Aqui encontramos fundos de acumulação estatal primitiva com as mais variadas camuflagens, como as diversas loterias, o FGTS, o PIS, o INPS, etc.

Evidentemente tudo isto somente poderia ser demonstrado concretamente quando se realizasse uma pesquisa homóloga à que Lênin fez para a Rússia no final do século XIX: “O Desenvolvimento do Estatismo no Brasil”. Acontece que Lênin tinha base teórica e metodológica que lhe permitiu realizar tal pesquisa. Como disse Marx, “só podemos compreender o movimento aparente dos astros se conhecermos seu movimento real”. O movimento real Lênin pode conhecer em *O Capital, a crítica da economia política*. Mas nós não temos ainda formulada a teoria do movimento real do Estado. Ainda está para ser escrito *O Estado, a crítica da política*.

II A PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS EM O CAPITAL

A Construção do Conceito

Como salientam os althusserianos com muito propósito, certos conceitos da teoria marxista acham-se em estado latente nos textos básicos de Marx e Engels. Na verdade o que se poderia dizer é que toda uma série de conceitos encontram-se *en creux* em *O Capital*, e é lá que devemos procurar as soluções para todas elas.

A questão das questões é a que se refere ao método, e nela o grande problema que nos interessa é a relação entre o desenvolvimento lógico da exposição e o desenvolvimento histórico. A divergência fundamental pode se resumir no historicismo ou ahistoricismo da exposição. No entanto, o historicismo da exposição está expresso claramente como intenção de Marx no próprio prefácio da 2ª edição: "O movimento do pensamento é o reflexo do movimento real". O que se poderia dizer é que esta reflexão ficou apenas na intenção e que não se realizou na obra, isto é, em *O Capital* não encontramos esta correspondência entre o movimento do conceito e o movimento real. Em outras palavras, Marx teria fracassado ao aplicar o seu método; pretendia pelo movimento do conceito expressar o movimento real, e não conseguiu, realizando tão-somente a apreensão do movimento do capitalismo, mas não captando sua gênese. Que era esta sua intenção fica também comprovado na transcrição da notícia da publicação de *O Capital* pelo *Correio Europeu*, que teve a inteira aprovação de Marx, tanto que é reproduzido, naquele mesmo prefácio, o trecho referente

à questão do método, e o próprio Marx afirma que se trata de uma excelente descrição do método dialético. O que lá se diz é que

“um único ponto importa a Marx: descobrir as leis dos fenômenos que estuda. Mas o que lhe importa, não é somente a lei que rege os fenômenos enquanto tenham uma forma acabada e se encontrem numa conexão que se pode observar num momento dado. O que lhe importa sobretudo - continua o *Correio Europeu* - é a lei de sua modificação, de sua evolução, isto é, da passagem de uma forma para outra, de uma ordem de relação a outra.”

O problema, agora, está em se saber se, em *O Capital*, encontramos apenas as leis que regem o movimento daquela forma determinada da produção social ou se lá encontramos a lei de sua evolução, da passagem de uma forma para outra. Em outras palavras, em *O Capital* encontramos a transição para o capitalismo, a lei da passagem da formação que imediatamente o antecedeu para o modo de produção capitalista?

Na intenção de Marx, como já salientamos, estava presente esta tentativa de explicação. Foi ele bem sucedido? Com Lênin, Hilferding, Bukárin, Kautski, Lapidus & Ostroviatinov e tantos outros autores que poderíamos chamar de ortodoxos, acreditamos que foi. E é precisamente este êxito teórico de *O Capital*⁶⁶, que faz de Marx um autor da dimensão e envergadura que lhe são próprias. Contudo, os estruturalistas ahistoricistas vêem os méritos de Marx no fracasso da exposição de *O Capital*.

Se o problema é a história, o que devemos perguntar é se ela aparece na exposição. A história aparece na 1ª seção de *O Capital*, que se intitula “Desenvolvimento da Produção Capitalista”. Desenvolvimento, aqui, não é o processo de acumulação, mas é apenas a

⁶⁶A transição do pré-capitalismo ao capitalismo foi o êxito de *O Capital*, ao passo que a apreensão conceitual da caducidade do sistema capitalista foi precisamente o fracasso de *O Capital*. Cf. Luís Alfredo Galvão, “O Fracasso d’*O Capital*”, em *Cadernos PUC - Ciências Sociais*, n° 2, S.P., 1980.

constituição das premissas do capitalismo⁶⁷. E é precisamente esta história que é uma das características do método: "Nosso método põe de manifesto os pontos nos quais se deve introduzir a análise histórica, ou nos quais a economia burguesa como mera forma histórica do processo de produção aponta além de si mesma para os precedentes modos de produção históricos". Se não é preciso escrever a história real das relações de produção, "a correta concepção e dedução das mesmas, enquanto relações originadas historicamente, conduz sempre a primeiras equações que apontam para um passado que jaz por trás deste sistema"⁶⁸.

A 1^a seção refere-se precisamente àquele passado imediato da produção burguesa, isto é, diz respeito não ao capitalismo propriamente dito, mas à produção mercantil simples. O modo capitalista de produção vai aparecer somente na 2^a seção, quando vemos a transformação do dinheiro em capital pelo surgimento do trabalho assalariado.

A presença do conceito de produção mercantil simples não é geralmente negada. O que se discute é a realidade ou irreabilidade do modo de produção mercantil simples. É assim, por exemplo, que Balibar, referindo-se ao modo de produção mercantil simples, encara a questão: "Podemos mesmo, numa certa medida, engendrar desta maneira modos de produção que jamais existiram sob forma independente"⁶⁹. Esta

⁶⁷Marx, *El Capital, Libro I, Capítulo VI (inédito)*, Signos, B.A., 1971, p. 109: "Mercadoria e dinheiro são ambos premissas elementares do capital, porém somente sob certas condições se desenvolvem até chegar a capital. A formação do capital não pode ocorrer se não é sobre a base da circulação de mercadorias (que inclui a circulação monetária), isto é, fundando-se num estágio dado, e desenvolvido até certo ponto, do comércio; entretanto, inversamente, a produção e circulação de mercadorias de nenhum modo pressupõem para sua existência o modo capitalista de produção; antes, como já assinalamos anteriormente, também pertencem a formas de sociedade pré-burguesas. São a *premissa histórica* do modo capitalista de produção."

⁶⁸Marx, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*, Siglo XXI, B.A., 1971, p. 422.

⁶⁹Balibar, "Sur les Concepts Fondamentaux du Materialisme Historique", em *Lire de Capital II*, Maspero, Paris, 1966, p. 21.

forma de estabelecer ahistoricamente o conceito, antes como ficção do que como expressão do real, torna-o apenas um instrumento, com uma função metodológica mais próxima do *tipo ideal* weberiano do que de uma forma específica de apreensão do real pelo pensamento.

Se em Balibar a intenção de tornar o conceito uma ficção está inteiramente clara (como aliás em todo althusserianismo), em Rubin, por seu turno, a questão se torna bastante confusa. Inicialmente ele reconhece que “estamos numa sociedade de produtores de mercadorias, na chamada ‘economia mercantil simples’, diferente da economia capitalista mais complexa”⁷⁰, e assume inteiramente a idéia de que se trata de uma produção social de produtores independentes que se relacionam pela troca de mercadorias. Reconhece também que, segundo Marx, “um conceito se transforma em outro, não em termos do poder do desenvolvimento lógico imanente, mas pela presença de uma série de condições sócio-econômicas concomitantes. (...) Um conceito surge de outro somente em presença de determinadas condições sócio-econômicas. O fato é que todo conceito posterior leva, na teoria de Marx, a marca do anterior”⁷¹. Não obstante o reconhecimento de que a dialética do conceito está determinada por alterações nas condições sócio-econômicas, Rubin afirma que “esta sociedade de produtores iguais de mercadorias é apenas uma abstração e uma generalização das características básicas da economia mercantil em geral, e da economia capitalista em particular”⁷².

Mais do que as diferenças, Rubin pretende salientar as identidades entre as economias mercantil simples e a mercantil capitalista. No entanto, estas identidades são menos significativas do que as diferenças, é pelo destaque destas últimas que podemos apreender a correlação entre o movimento do conceito e o movimento real. E, por outro lado, se o que buscamos é a identidade, corremos, no mínimo, o risco de tangenciarmos o que Engels chamava de método metafísico, aquele em que as coisas e suas formas nos são apresentadas como imutáveis e idênticas a si mesmas.

⁷⁰Rubin, *Ensayos sobre la Teoría Marxista del Valor*, PyP, Córdoba, p. 116.

⁷¹Ibid., p. 143.

⁷²Ibid., p. 142.

A mercadoria, tal como a vê Marx, é a premissa do capitalismo. Tanto na produção mercantil simples como na capitalista, as unidades de produção, sendo privadas, independentes, estão separadas umas das outras, o nexos social entre elas somente se poderia dar pela transformação dos produtos em mercadorias. No entanto, a unidade de produção no primeiro caso é basicamente diferente da outra. Na produção mercantil simples temos o produtor individual, o trabalhador é proprietário dos meios de produção e do produto; na produção capitalista temos o produtor coletivo, o trabalhador está separado dos meios de produção e o trabalho, portanto, aparece como trabalho assalariado. A presença do trabalho assalariado altera a estrutura da produção imediata e da produção social. Aparentemente, a produção social numa e noutra forma é a mesma, visto que o produto se transforma em mercadoria para perder o seu caráter privado e ganhar o âmbito da sociedade. Mas na produção simples a mercadoria é unicamente portadora de valor, ao passo que no capitalismo é portadora de valor-capital, isto é, do valor já enriquecido por um mais valor. A presença da mais valia, por sua vez, vem alterar a relação de intercâmbio imediato pela transformação do valor de troca em preço de produção. Em outras palavras, o que há de comum entre a produção mercantil simples e a produção mercantil capitalista é o caráter mercantil de ambas as formas econômicas da sociedade. Mas a mercadoria tem em cada uma delas determinações diferentes.

Um outro aspecto da identidade que se pode salientar é o referente à compra e venda de força de trabalho, que não está regulada pelo preço de produção, mas pelo valor de troca. A relação entre a força de trabalho e o salário é algo inteiramente assimilável à circulação simples, mas é precisamente esta característica do salário que vai provocar a alteração da estrutura da produção social.

Marx é suficientemente claro nas suas indicações de que a 1ª seção está referida a um período histórico anterior ao capitalismo. O que é estranho é o fato de Rubin citar precisamente a passagem decisiva para se compreender o contexto histórico da 1ª seção para dela inferir exatamente o contrário. Trata-se do trecho em que Marx afirma que "até aqui, a única relação entre os homens que conhecemos é a de

possuidores de mercadorias, relação na qual o homem somente entra na posse dos produtos do trabalho alheio entregando os de seu próprio⁷³. Estamos, pois, diante de uma forma de produção social em que os

trabalhos são trocados por meio de seus produtos, em que não há compra e venda de força de trabalho, num momento da exposição e da própria história em que “a categoria salário ainda não existe”⁷⁴ como determinante das relações sociais de produção; isto é, no momento em que “o comerciante podia comprar toda espécie de mercadorias, exceto o trabalho”, porque “em geral, o trabalhador e os meios de produção permaneciam soldados juntos como o escargot à sua concha”⁷⁵.

Não obstante, Rubin afirma, logo em seguida à citação de Marx referente à troca de produtos, que “a teoria do valor não nos dá uma descrição dos fenômenos de uma sociedade imaginária oposta à capitalista; nos oferece uma generalização de um aspecto da sociedade capitalista”⁷⁶. E isto porque, para Rubin, “o capital é uma variedade do valor, porque a relação de produção entre o capitalista e os operários adota a forma de uma relação entre produtores iguais de mercadorias, isto é, entre agentes econômicos autônomos”⁷⁷. Afirmar-se que o salário é uma forma de relação entre agentes econômicos autônomos somente é possível se a relação entre o capital e o trabalho assalariado for uma relação entre produtores formalmente iguais de mercadorias. É precisamente esta idéia que Rubin faz do trabalho assalariado: o capitalista e os operários se “vinculam e entram em acordos mútuos como produtores formalmente iguais de mercadorias”⁷⁸. É tão absurdo este conceito de Rubin da relação trabalho-capital como uma relação entre *produtores formalmente iguais de mercadorias* que se poderia cogitar num erro de impressão, e que onde se lê produtores, dever-se-ia ler portadores. No entanto, na página 145, a idéia dos operários como

⁷³Id. ibid. Marx, *Le Capital*, Costes, Paris, 1949, vol. I, p.145.

⁷⁴Ob. cit., p. 53.

⁷⁵Ibid., p. 271.

⁷⁶Ob. cit., p. 142.

⁷⁷Ibid., p. 144.

⁷⁸Ibid., p. 142.

“produtores formalmente iguais e independentes de mercadorias” reaparece.

Não resta dúvida de que os trabalhadores no capitalismo são *portadores* de mercadoria, formalmente iguais e independentes de todo e qualquer outro mercador, mas de forma alguma produtores livres e independentes de mercadorias. Ao apresentar o trabalhador assalariado como um produtor independente de mercadorias, Rubin dissolve toda a diferença entre a economia mercantil simples e a capitalista. Deixa de haver qualquer oposição entre uma e outra, e a produção mercantil simples passa a ser vista, malgrado ele mesmo, apenas como uma *sociedade imaginária*.

A tese de Rubin é a de que a teoria do valor oferece a generalização de um aspecto da sociedade capitalista. Mas, como já foi observado, o caráter mercantil da economia capitalista é tão geral e abstrato que não nos permite apreender as diferenças especificamente definidoras da forma capitalista da economia mercantil. Este caráter geral da produção capitalista ganha, no entanto, determinações diferentes segundo as condições sócio-econômicas. Sem mercadoria não podemos conceber nenhuma produção capitalista, mas é preciso distinguir as determinações que valem para todas as formas de economia mercantil, *a fim de que a unidade não nos faça esquecer a diferença essencial*, daquelas específicas do capitalismo. Não fazer esta distinção é o pecado de Rubin, a unidade mercantil o faz esquecer a diferença entre o produtor independente e o trabalhador assalariado, entre a economia mercantil simples e a economia capitalista.

Como não se pode abandonar inteiramente o conceito de produção mercantil simples, ele passa a ser visto como mera abstração de uma sociedade imaginária.

O Conceito e a Realidade

O problema da existência ou inexistência de uma sociedade, cuja formação econômica seria a produção mercantil simples, tem sua ori-

gem na incompreensão da conexão entre o conceito e a realidade para o marxismo. Na verdade, pode-se encontrar um paralelismo entre a maneira como tais autores encaram o conceito de produção mercantil simples e a maneira como Conrad Schmidt, por exemplo, via a lei do valor. Para ele a lei do valor era somente uma hipótese científica necessária para a formulação da teoria do modo de produção capitalista, sem nenhuma correspondência com a realidade da própria produção capitalista, constituindo-se, deste modo, no que ele chamava de ficção. A mesma resposta que Engels dá a Schmidt também pode ser dada àqueles que não vêem nenhuma correspondência entre o conceito de produção simples de mercadorias e a realidade: eles não levam em conta o fato de que “não se trata de um processo puramente lógico, mas histórico, e de seu reflexo explicativo no pensamento, da pesquisa lógica de suas relações internas”⁷⁹.

Numa carta a Schmidt, Engels discute a relação entre o conceito e a realidade lembrando de que se trata de uma relação semelhante à de duas assíntotas que se aproximam uma da outra sem, contudo, nunca se tocarem. E é precisamente aí que está o conceito de conceito:

“Esta diferença que os separa, é justamente aquela que faz com que o conceito não seja imediatamente a realidade, e que a realidade não seja imediatamente seu próprio conceito. Do próprio fato de que o conceito possua o caráter essencial de um conceito, portanto não coincida de chofre, à primeira vista, com a realidade, que foi primeiro necessário abstrair - deste fato decorre que o conceito é mais do que uma simples ficção, a menos que se chame de ficção todos os resultados do pensamento, porque a realidade somente corresponde a estes resultados por um longo rodeio e, mesmo assim, aproxima-se deles somente à maneira da assíntota”⁸⁰.

⁷⁹Engels, “Prefácio”, Marx, *Le Capital* (livro III), E.S., Paris, 1957, vol. VI, p. 31.

⁸⁰Engels, carta a Conrad Schmidt, de 12 de março de 1895, em Marx e Engels, *Lettres sur “Le Capital”*, E.S., Paris, 1964, p. 417.

Ainda segundo Engels, as leis econômicas em geral somente existem como aproximação, média, tendência, mas “não na realidade imediata”. A lei aparece na realidade como aproximação porque sua ação é contrabalançada pela ação de outras leis, e ainda por causa de “sua natureza enquanto conceito”. Mas a realidade se aproxima, tende, para o conceito. A lei do valor e a repartição da mais valia por meio da taxa média de lucro, por exemplo, apenas se realizariam completamente na hipótese de uma produção capitalista pura, com o desaparecimento de todas as outras classes, ficando apenas os proprietários fundiários, os capitalistas e os operários. “Semelhante situação não existe nem mesmo na Inglaterra” - recorda Engels. Mas isto não significa que o conceito seja uma ficção nem que a realidade não se aproxime mais e mais do conceito.

Como lembra Balibar, muitas vezes Marx identifica lei e tendência, chama leis de “tendências que se manifestam e se realizam como uma necessidade de ferro”. Nós não podemos ficar brigando com as palavras. Todo o problema reside na relação entre a lei e as suas formas de manifestação no real. A lei - o conceito - pretende apreender o movimento real, mas despojado de suas formas históricas e dos acasos perturbadores. No entanto, a lei se realiza praticamente, não de forma pura, mas sob forma histórica, empiricamente.

O movimento determinado pela lei é chamado também de tendência, tal como a tendência à queda da taxa de lucro ou a tendência da acumulação de capital. Estas tendências podem ter seu movimento bloqueado temporariamente por outras leis. É a isto que se pode chamar de leis tendenciais ou, mais simplificada, leis do movimento. Outra coisa são as formas pelas quais estas leis tendenciais se manifestam praticamente, isto é, no concreto real.

Aliás, falar-se em leis tendenciais é tautológico, porque as próprias noções de lei e de conceito implicam necessariamente em movimento; caso contrário, não estaríamos mais no campo da dialética, mas daquilo que Engels chamava de método metafísico. Se as coisas estão em permanente devir, o conhecimento delas é a apreensão pelo pensamento de seu movimento. E é precisamente para estabelecer de uma maneira clara e insofismável a especificidade da apreensão dialética da

história que Marx diz que o objetivo de *O Capital* é a captação da “leis naturais da produção capitalista (...) tendências que se manifestam e se realizam como uma necessidade de ferro”. Logo em seguida, Marx acrescenta que “o país mais desenvolvido industrialmente mostra àqueles que o seguem na escala industrial o seu próprio futuro”. Mas se o exemplo tomado foi a Inglaterra, isto não significa que todos os demais países vão seguir estritamente o caminho já traçado por ela nos seus detalhes. Isto não significa que a forma política, por exemplo, terá, necessariamente, de ser uma monarquia parlamentar. O que se deve entender é que, nas suas linhas gerais, na sua conexão interna e necessária, no que se refere à formação econômica da sociedade, os demais países deverão seguir a Inglaterra. E é por esta razão que a eles Marx proclama: “*De te fabula narratur*”.

Mais concretamente, a base do desenvolvimento da produção capitalista é a separação radical entre o produtor e os meios de produção, e esta separação se produz numa escala progressiva desde que o sistema capitalista esteja estabelecido⁸¹. Na época em que era escrito *O Capital*, esta separação havia ocorrido de uma maneira decisiva na Inglaterra. “Mas todos os demais países da Europa ocidental - acrescenta Marx - percorrerão o mesmo movimento, se bem que segundo o meio ele tenha alterada sua cor local, ou se feche num círculo mais estreito, ou apresente uma característica menos pronunciada, ou siga uma ordem de sucessão diferente”⁸². A lei tendencial nos diz somente que, para que o capitalismo se constitua e se desenvolva, é necessário que haja a separação entre trabalhadores e meios de produção, mas não nos diz uma só palavra sobre como este processo acontecerá empiricamente em tal ou qual país. No entanto, somente poderemos compreender o movimento da formação e do desenvolvimento do capitalismo se conhecermos o seu movimento real. Tal como já havia afirmado Marx, somente podemos conhecer o movimento aparente das coisas se conhecermos seu movimento real.

Há, portanto, a lei ou o conceito, e suas formas de manifestação.

⁸¹Marx, *Le Capital*, Costes, Paris, 1950, vol. IV, p. 233 (livro I, 8ª seção, cap. XXVI).

⁸²Ibid., p. 236.

É aqui que radica todo o problema. De um lado temos a lei que nos indica a tendência do modo de produção capitalista a separar progressivamente o produtor dos meios de produção, segundo a qual o capitalismo, na sua forma pura, se constituiria quando todas as demais classes sociais além dos proprietários fundiários, capitalistas e proletários fossem eliminadas. De outro lado, temos aquela côr local de que nos fala Marx, que pode entrar ou bloquear a separação entre os produtores e os meios de produção. É o caso, por exemplo, da resistência que a pequena propriedade camponesa impõe ao processo de concentração, a que se refere Kautski. Mas isto não significa que a posse dos meios de produção pelos produtores diretos tenha se harmonizado com a produção capitalista. A lei da concentração não foi abrogada por esta resistência, mas se trata de uma forma de contradição provocada pela sobrevivência desta forma pré-capitalista de produção. De um lado temos a lei tendência da concentração, e de outro a realidade que tende a se aproximar do conceito.

Isto não significa, evidentemente, que é o conceito que rege o movimento real. O conceito está fora da realidade, é apenas sua expressão teórica; é - como diz Marx - "a representação do concreto pela via do pensamento". O concreto real não é o resultado do pensamento, não é produto do conceito. Antes como depois da elaboração do conceito "o sujeito real subsiste na sua independência fora do espírito"⁸³. As leis são objetivas, o pensamento somente as apreende sob forma de "concreto pensado".

O que a lei de movimento da produção capitalista indica é que graças ao progresso da produção capitalista todas as relações econômicas tendem a se subsumir a esta forma de produção. Mas para a construção conceitual supõe-se "que as relações econômicas reais correspondam ao seu conceito ou, o que dá no mesmo, as relações reais serão expostas na medida em que traduzam o seu tipo geral"⁸⁴.

Na teoria admiti-se que "as leis que regem a produção capitalista se desenvolvem com todo rigor. Na realidade, existe apenas uma apro-

⁸³Marx, *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*, E.S., Paris, 1957, p. 166.

⁸⁴Marx, *Le Capital* (livro III), E.S., Paris, 1957, vol. VI, p. 160.

ximação; mas ela é tanto mais exata quanto o modo de produção capitalista é mais desenvolvido, e se encontram mais completamente eliminadas sua contaminação e sua complicação pelos vestígios de condições econômicas anteriores”⁸⁵. Assim, no conceito, o modo de produção capitalista é exclusivo, e na realidade ele se aproxima mais e mais da sua forma pura. Mas dada a relação mediata entre o conceito e a realidade, não podemos explicar a lei pela distância entre eles, e sim, inversamente, a distância pela lei⁸⁶.

A noção de *aproximação* fica mais clara quando se leva em conta a relação entre a lei do preço e a oferta e a procura:

“As leis internas e efetivas que regem a produção capitalista não podem encontrar sua explicação na interação entre a oferta e a procura. Porque estas leis somente aparecem realizadas em toda sua pureza quando a oferta e a procura cessam de agir, a saber, quando elas coincidem. Na realidade elas não coincidem nunca. (...) Mas em economia política, será subentendido que elas coincidem. Por que? Para estudar os fenômenos na sua forma normal, adequada ao seu conceito, isto é, considerá-los fora das aparências produzidas pelo movimento da oferta e da procura; ademais, para poder descobrir e assim fixar a tendência real de seu movimento. Porque as desigualdades são de natureza oposta; como elas se sucedem sem cessar, elas se compensam, porque vão no sentido oposto; elas se neutralizam por sua contradição. Se, portanto, a oferta e a procura não coincidem em nenhum caso particular dado, suas desigualdades se sucedem de tal forma que, considerando o conjunto por um período mais longo, a oferta e a procura coincidem sempre, estando dado que uma distância num certo sentido provoca uma outra em sentido oposto. Mas o fato de que elas coincidem resulta

⁸⁵Ibid., p. 191.

⁸⁶Ibid., p. 203.

somente da média de suas variações passadas e do movimento contínuo de sua contradição”⁸⁷.

Assim, se, na sua formulação inicial, a oferta e a procura nunca coincidem, vemos que no seu desenvolvimento elas coincidem pela constituição da média das distâncias opostas. Mesmo neste caso, o princípio da formulação conceitual não é uma ficção, mas uma abstração de algo que se passa na própria realidade. Na verdade, pode-se dizer que a coincidência da oferta e da procura é uma lei da produção mercantil, na medida em que, no seu movimento, como média, elas se neutralizam mutuamente, como decorrência da *conexão interna e necessária* da lei do valor. Afinal de contas, se fazer ciência é reduzir o movimento visível, simplesmente aparente, ao movimento real⁸⁸, o pensamento não se pode deixar subordinar pelas formas de manifestação, mas tem de compreendê-las de maneira corrigida, corrigida pelas próprias leis⁸⁹.

Devemos considerar também a tendência da aproximação entre o conceito e a realidade. No conceito, a estrutura da sociedade aparece como sendo puramente econômica, isto é, a estrutura é a forma econômica da sociedade. Na realidade, no concreto real, no empírico, na história imediata, o econômico aparece somente como determinante em última instância. É aí que reside o fantástico *imbroglio* provocado pelas cartas do velho Engels, que serviram como ponto de partida do revisionismo bernsteiniano e do althusserianismo. A Bloch, Engels escreve:

”Segundo a concepção materialista da história, o fator determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida material. Nem Marx nem eu jamais

⁸⁷Ibid., p. 205.

⁸⁸Ibid., p. 322.

⁸⁹Ibid., p. 178: “No conjunto da produção capitalista, a lei geral somente se impõe como tendência dominante aproximativamente e de maneira complexa, e se apresenta como uma média de flutuações eternas que é impossível fixar rigorosamente.”

afirmamos nada além disso. Se, em seguida, alguém distorce esta proposição para fazer afirmar que o econômico é o único determinante, transforma-a numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da supra-estrutura (...) exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante a forma. Há ação e reação de todos estes fatores, no seio dos quais o movimento econômico acaba por abrir seu caminho como uma necessidade por meio de uma quantidade infinita de acasos⁹⁰.

Esta tão controvertida afirmação de Engels poderia ser traduzida com o auxílio da noção de *aproximação*: entre o real e o conceito há apenas uma aproximação progressiva à maneira assintótica. Na sua forma de manifestação, o conceito não é imediatamente visível⁹¹, podendo mesmo certos fatores não econômicos vir a determiná-la, mas o econômico (o conceito) acaba por abrir o seu caminho (por se aproximar do real) por meio de uma série de acasos. Na história imediata, o econômico (o conceito) aparece apenas como determinante em última instância, mas na teoria ele o é em primeira instância, isto é, sem mediações de fatores não econômicos.

Toda esta questão pode ser mais bem esclarecida se levarmos em conta a diferença estabelecida por Engels entre o método histórico e o método lógico. Pelo método histórico, a crítica da economia política deveria seguir o curso da história imediata, e como esta procede "por saltos e zigzags, seria necessário segui-la por toda parte, o que exigiria não somente a inserção de muito material de pouca importância, mas também a sequência das idéias seria muitas vezes interrompida; além do mais, não seria possível escrever a história da economia sem

⁹⁰Engels, carta a Joseph Bloch de 21 de setembro de 1890, em Marx e Engels, *Etudes Philosophiques*, E.S., Paris, 1961.

⁹¹Marx, *Le Capital* (livro I), Costes, Paris, 1949, vol. II, p. 210: "As tendências gerais e necessárias do capital devem ser distinguidas das formas sob as quais elas aparecem".

a da sociedade burguesa, e o trabalho não acabaria mais porque todos os trabalhos prévios faltam". Dadas estas dificuldades do método histórico, afirma Engels, o método lógico era o único de que a crítica da economia política podia lançar mão. E esclarece que este método lógico é o próprio método histórico,

"mas despojado da forma histórica e dos acasos perturbadores. O processo discursivo - prossegue Engels - deve começar por onde a história em questão começa, e o seu desenvolvimento ulterior seria o reflexo, sob uma forma abstrata e teoricamente consequente, do curso histórico; um reflexo corrigido, mas corrigido segundo as leis que o próprio curso real da história fornece pelo fato de que cada momento pode ser observado no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade, na sua pureza clássica"⁹².

Assim, do ponto de vista da história imediata, todos os fatores da supra-estrutura devem ser levados em conta, pois do contrário, "a aplicação da teoria, não importa qual período histórico, seria mais fácil do que a resolução de uma simples equação de primeiro grau". Mas no conceito, no processo discursivo, na exposição dialética do conceito, estes fatores extra econômicos não aparecem porque aí as relações reais são consideradas como correspondentes ao seu conceito.

A Produção Mercantil Simples Como Conceito

A produção mercantil simples deve ser encarada como um conceito marxista. Por um lado, há uma tendência da realidade a vir se manifestar como modo de produção mercantil simples, não de forma pura, mas como uma aproximação. Por outro lado, o próprio movimento da circulação simples em suas formas menos desenvolvidas (a

⁹²Engels, "La 'Contribution à l'Economie Politique' de Karl Marx", em Marx e Engels, *Etudes Philosophiques*, ed. cit., p. 110.

forma acidental e desenvolvida do valor) implica num processo que as transforma em formas mais evoluídas (forma geral e dinheiro do valor).

No conceito, a circulação simples de mercadorias se realiza *clássicamente* na produção mercantil simples. Na realidade, apenas existe uma aproximação. Ela pode aparecer encrustada sob relações feudais, por exemplo. Mas não é o feudalismo que vai dar a compreensão da formação econômica da sociedade que imediatamente antecedeu o capitalismo. As relações feudais, pela sua contradição interna, não vai gerar o movimento que desencadeou o processo de formação da produção capitalista. Este movimento é dado pela mercadoria.

Mas o movimento da mercadoria atua também como fator decisivo na dissolução das economias naturais. “Na sua origem, o processo de troca de mercadorias - salienta Marx - não aparece no seio das comunidades primitivas, mas nos seus limites, nos raros pontos em que elas entram em contacto com outras comunidade. Lá é que começa e é lá que repercute no interior da comunidade, sobre a qual exerce uma ação dissolvente”⁹³. Esta ação dissolvente é esclarecida por Engels como sendo a desagregação da comunidade, nas suas unidades familiares, que transformam unicamente o excedente de seu produto em mercadorias. Mas esta generalização da propriedade privada tem como consequência “a transformação dos produtos do trabalho em mercadorias produzidas, não já para o consumo próprio, mas para a troca”⁹⁴. E Engels prossegue afirmando que “Marx provou em *O Capital*, com a clareza da evidência, que em certo grau da evolução a produção mercantil se transforma em produção capitalista”.

Não se trata, pois, da transformação da produção feudal em produção capitalista, mas da produção mercantil simples em produção capitalista.

Para podermos discutir com mais propósito sobre a noção de produção mercantil simples na 1ª seção de *O Capital*, é preciso levar em conta outra questão metodológica. Como não temos uma *história em geral*, da mesma forma como não temos uma *produção em geral*, mas somente uma produção historicamente determinada, a exposição

⁹³Marx, *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*, ed. cit., p. 28.

⁹⁴Engels, *El Anti-Duhring*, Claridade, B.A., s/data, p. 184.

deve assumir uma forma peculiar a cada período. No caso do modo capitalista de produção, pelo fato de o núcleo estruturador desta forma de produção social ser a mercadoria, a exposição deve começar precisamente por ela. Por outro lado, como o que interessa na dialética é o movimento, e o movimento da sociedade capitalista é dado pelo da mercadoria, é nela que se deve centrar a análise. E ainda, a gênese da produção capitalista não repousa na luta de classes entre senhores e servos, mas numa formação econômica da sociedade em que não há diferenciação de classes sociais, nem muito menos luta de classes, numa sociedade em que todos são produtores independentes de mercadorias, e no movimento da própria mercadoria, que, ao encontrar determinadas condições históricas, transforma-se em capital. Como a mercadoria precede o capitalismo, prática e teoricamente, no primeiro momento de sua aparição, ela não se apresenta sob forma de capital, mas sob a forma de produção mercantil simples. A gênese do capitalismo está na mercadoria simples e não no antagonismo de classes da sociedade feudal.

Engels, por exemplo, ao nos apresentar a sociedade medieval, aponta como sua característica principal o fato de que, nos seus primeiros tempos, “a produção estava destinada principalmente ao próprio consumo” do produtor e de sua família. E onde, como acontecia no campo, subsistiam relações de vassalagem, a produção “contribuía também para satisfazer as necessidades do senhor feudal”. Nesta forma de economia natural, contudo, o que era tipicamente característico, decorria do fato de que ela estava baseada “na propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção”. Num estágio de seu desenvolvimento, esta economia natural se transforma em economia mercantil:

“Na produção de mercadorias, tal como havia se desenvolvido na Idade Média, não podia surgir o problema de a quem deviam pertencer os produtos do trabalho. O produtor os criava, com materiais de sua propriedade, produzidas não poucas vezes por ele mesmo, com os seus próprios meios de trabalho e elaboradas com o seu próprio trabalho manual ou o de sua família. Não necessitava, portanto, de

se apropriar deles, pois já eram seus pelo mero fato de os produzir. A propriedade dos produtos baseava-se, pois, no trabalho pessoal." E "nesta sociedade de produtores isolados, de produtores de mercadorias, veio a introduzir-se, mais tarde, o novo modo de produção"⁹⁵.

Foi precisamente porque esta sociedade de simples produtores de mercadorias é condição do capital, que Marx viu nela o ponto de partida:

"Em consequência - nos diz ainda Engels -, vê-se claramente porque Marx, no começo de seu 1º livro, parte da simples produção mercantil, que é para ele a condição histórica prévia, para vir em seguida, partindo desta base, ao capital; vê-se porque ele parte precisamente da mercadoria simples e não diretamente da mercadoria já modificada pelo capitalismo, que é, do ponto de vista histórico e conceitual, a sua forma secundária"⁹⁶.

Se o que interessa na dialética é o movimento que vai gerar o novo modo de produção, e se este movimento nos é dado pela mercadoria, é a produção mercantil que seria o aspecto determinante da formação que imediatamente antecedeu o capitalismo. Como já sabemos que é a anatomia do homem que vai nos permitir compreender a anatomia do macaco, e que somente podemos perceber na forma anterior os sinais anunciadores da forma superior quando a própria forma superior já é conhecida - é por esta razão que a sociedade burguesa nos dá a chave para compreender as sociedades que a precederam⁹⁷. Ora, o movimento que gerou a produção capitalista é que nos vai iluminar as sociedades pré-capitalistas. E é precisamente por esta razão da dialética que o foco para a compreensão da sociedade feudal somente poderia ser, para um marxista, o regime simples de produção

⁹⁵Ibid., p. 297.

⁹⁶Engels, "Prefácio", em *Le Capital* (livro III), E.S., Paris, 1957, vol. VI, p. 17.

⁹⁷Marx, *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*, ed. cit., p. 169.

de mercadorias. Todos os demais fatores desta sociedade podem ser considerados circunstanciais, fortuitos, não significativos. Se o método de exposição dialética corresponde à história, mas despojada de sua forma histórica, e se a história da sociedade capitalista nos é dada pelo movimento da mercadoria, é apenas este que nos interessa para podermos captar a lei do seu movimento genético.

Em Marx, a produção mercantil simples está implícita em toda a teoria do valor de troca. Na formulação clássica da lei do valor de troca, tal como foi enunciada na carta a Kugelman, a produção simples de mercadorias é a base:

“A forma sob a qual a repartição proporcional do trabalho se realiza, num estado social onde a estrutura do trabalho social se manifesta sob a forma de troca privada de produtos individuais do trabalho, esta forma é precisamente a valor de troca destes produtos”⁹⁸.

Na conceituação de valor de troca, o que surge é justamente a contraposição entre o trabalho privado e o trabalho social. Ora, o que é este trabalho privado, esta produção individual? O trabalho na produção capitalista é imediatamente social, decorrendo seu fundamento social da divisão industrial do trabalho e do processo de trabalho correspondente. O capitalismo socializa a produção imediata embora mantenha a apropriação privada do produto. Mas na produção simples de mercadorias, o trabalho é o do indivíduo isolado, e somente se transforma em trabalho social pela mediação da transformação do produto em mercadoria:

“O trabalho que se manifesta no valor de troca é, por hipótese, o trabalho do indivíduo isolado. É tomando a forma de seu contrário imediato, a forma da generalidade abstrata, que ele se torna trabalho social”⁹⁹.

⁹⁸Marx, *Lettres à Kugelman*, Editions Sociales Internationales, Paris, 1930, p. 100.

⁹⁹Marx, *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*, ed. cit., p. 13.

O ponto de partida de Marx “não é o trabalho de indivíduos sob a forma de trabalho coletivo, mas, ao contrário, trabalhos particulares de pessoas privadas, trabalhos que somente no processo de troca se revelam trabalho social geral, perdendo seu caráter privado”¹⁰⁰.

A sociedade que está presente na teoria do valor de troca da 1ª seção de *O Capital* é “uma sociedade onde todo produtor deve ser mercador”, na qual “os diversos gêneros de trabalhos úteis se executam independentemente uns dos outros por conta privada de produtores livres”¹⁰¹. A produção social se estabelece precisamente pelo fato de que os produtores privados independentes se relacionam pela troca de mercadorias, formando assim um sistema de divisão do trabalho social. A produção social surge justamente desta transformação do trabalho privado individual em trabalho social pela troca mercantil. Assim, “o conjunto destes trabalhos privados forma o trabalho social”.

A produção de mercadorias ao se desenvolver gera uma divisão social do trabalho que “restringe cada produtor mercador à confecção de um artigo que ele vende geralmente por atacado”¹⁰². Ora, o próprio fato de a mercadoria gerar uma forma específica de divisão social do trabalho ou, como diz Marx, uma determinada *estrutura do trabalho social*, significa que estamos em presença de um *modo de produção*.

“A propriedade privada do trabalhador sobre os meios de sua atividade - lembra Marx - é o corolário da pequena indústria, agrícola ou manufatureira. (...) Este modo de produção se encontra no meio da escravidão, da servidão e de outros estados de dependência. Mas ele somente prospera e desenvolve toda sua energia, somente se reveste de sua forma integral e clássica, onde o trabalhador é proprietário livre das condições de trabalho”¹⁰³.

Sobre a base deste modo de produção mercantil simples, o capital não faz ainda sua aparição como regulador da produção social. Na

¹⁰⁰Ibid. p. 24.

¹⁰¹Ob. cit., p. 49.

¹⁰²Ibid., p. 148.

¹⁰³Marx, *Le Capital* (livro I), Costes, Paris, 1949, vol IV, p. 309.

1ª seção não temos nem proletariado, nem salário, nem capital, mas tão somente mercadorias simples. “A categoria salário não existe no ponto em que nos encontramos de nossa exposição” - lembra Marx aos leitores menos atentos da 1ª seção¹⁰⁴. Na produção simples de mercadorias, “o mercador podia comprar toda espécie de mercadorias, exceto o trabalho, isto porque “o trabalhador e os meios de produção encontravam-se ligados como o escargot à sua concha”¹⁰⁵.

A diferença entre a produção mercantil simples e a produção capitalista é que nesta “a força de trabalho adquire para o trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, e seu trabalho adquire, em consequência, a forma de trabalho assalariado”¹⁰⁶. Assim sendo, à produção capitalista deve preceder uma época de acumulação primitiva do capital que no fundo “é a expropriação do produtor imediato, é a dissolução da propriedade fundada sobre o trabalho pessoal do possuidor”¹⁰⁷.

É a produção simples de mercadorias, como modo de produção que imediatamente precede a produção capitalista, que pode causar alguma discordância. Se tomarmos a expressão *modo de produção* no sentido de uma forma determinada de produção, veremos que a produção mercantil simples é uma forma especificamente social de produção, visto que a mercadoria é uma categoria econômica precisamente porque expressa conceitualmente uma relação social de produção. O que ocorre com a produção mercantil simples é que por meio dela o tempo disponível da sociedade é repartido, constituindo-se desta maneira uma forma determinada de divisão do trabalho social, e a produção social passa a ser regulada pelo movimento autônomo da mercadoria.

Por meio daquilo que Marx chamou de “lei da apropriação na circulação simples” podemos compreender melhor a produção simples de mercadorias como uma forma de produção social. A premissa da circulação simples, como já foi salientado, é que somente se pode apro-

¹⁰⁴Ob. cit., vol. I, pa 53.

¹⁰⁵Ibid., p. 271.

¹⁰⁶Ibid., p. 232.

¹⁰⁷Ibid., vol. IV. p. 309.

priar o trabalho alheio alienando o seu próprio. Ora, justamente como consequência desta troca de equivalentes, que se manifesta, na circulação simples, é que Marx pode afirmar que o modo de apropriação típico na simples produção de mercadorias é a “lei da apropriação primitiva por seu próprio trabalho”¹⁰⁸. Mas a apropriação pelo próprio trabalho não resulta necessariamente em uma forma de produção social. Um produto destinado ao uso do próprio trabalhador não resulta num trabalho social, mas permanece limitado no seu caráter individual. No entanto, se o produto do trabalho individual for apropriado por outra pessoa, aquele trabalho resulta ser social. Ora, a mercadoria é precisamente uma forma historicamente determinada de divisão social do trabalho ou de relação social de produção.

A hipótese da qual Marx partiu, que ele chamou de *hipótese de base*, e que estabelece o princípio de que

“os agentes do processo de circulação produziram valores de troca, produtos que são colocados imediatamente sob a determinação social do valor de troca, portanto que os agentes efetuaram sua produção no quadro de uma divisão do trabalho de forma historicamente determinada, esta hipótese inclui uma série de condições e relações históricas, que transformaram o indivíduo num ser social”¹⁰⁹.

Na crítica a Adam Smith, o que Marx destaca é que o erro deste reside no fato de querer localizar a forma adequada do valor na sua forma não desenvolvida, onde somente o produto do trabalho excedente é que se transforma em mercadoria. Para Marx esta é apenas a sua forma de aparição histórica no quadro de um sistema de produção em que a mercadoria ainda não se transformou em forma geral¹¹⁰. No entanto, a compreensão da forma desenvolvida do valor de troca implica também na forma desenvolvida da economia burguesa. A análise da forma específica da divisão social do trabalho tem de ter como

¹⁰⁸Marx, *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*, ed. cit., p. 213.

¹⁰⁹Ibid., p. 215.

¹¹⁰Ibid., p. 216.

suposto a sociedade burguesa, pois somente assim poderá aparecer a circulação simples como ponto de partida. Aqui estamos em presença da relação já exposta entre a estrutura mais evoluída e a menos evoluída, permitindo a primeira a compreensão da segunda. É a sociedade burguesa já constituída que nos vai permitir compreender a circulação simples como momento teórico e prático prévio do capital. Mas no confronto do conceito de produção simples de mercadorias e de circulação simples com a realidade, o que se verifica é que “para que os indivíduos possam se afrontar nas simples relações de compra e venda enquanto produtores privados livres, no curso do processo de circulação, e que aí sejam agentes independentes deste processo, isto supõe já outras relações de produção mais complexas, mais ou menos em conflito com a liberdade e independência dos indivíduos, outras relações econômicas prévias”. Na realidade, a forma desenvolvida do valor de troca, a produção simples de mercadorias, já implica em relações mais complexas, mas do ponto de vista do conceito de “circulação simples estas relações se esvanecem”¹¹¹. Do estrito ponto de vista da circulação simples “os agentes da troca produzem mercadorias diferentes respondendo a necessidades diferentes; assim, cada indivíduo depende da produção de todos, todos dependem da sua, porque elas se completam reciprocamente; desta maneira, graças ao processo de circulação, o produto de cada indivíduo torna-se para ele meio de participar na produção social geral, na proporção da grandeza do valor que ele possui”¹¹².

É evidente, portanto, que o conceito marxista de produção simples de mercadorias, como formação econômica da sociedade que imediatamente antecedeu a produção social capitalista, não está restrito ao produto excedente, mas ligado à própria forma do produto como valor de troca, resultado da produção individual: “O produto é valor de troca, trabalho geral materializado, não obstante ser ele imediatamente materialização do trabalho privado, do indivíduo”¹¹³.

Se não considerarmos a circulação simples de mercadorias como

¹¹¹Ibid. id.

¹¹²Ibid. id.

¹¹³Ibid. id.

uma forma econômica da sociedade, como poderemos compreender aquilo que o próprio Marx considerou que era o melhor do seu livro, o caráter duplo do trabalho: o trabalho individual e o trabalho social? Se a produção simples de mercadorias for considerada somente um artifício metodológico para se estabelecer o conceito de capital, o que há de melhor em Marx é uma ficção, nos termos de C. Schmidt. É uma decorrência do próprio conceito de valor de troca que o trabalho do produtor individual, livre e independente se transforme em trabalho geral, social, abstrato, no processo de troca. E é precisamente uma consequência do duplo caráter do trabalho apresentado pela mercadoria que “as relações sociais que dela resultam decorrem imediatamente do estudo da circulação simples”¹¹⁴.

O fato de a mercadoria ser uma categoria econômica não significa que ela não represente também uma relação social de produção. É justamente por meio da troca de mercadorias que os homens estabelecem relações sociais, e que a sociedade reparte o seu tempo de trabalho disponível. Mas a divisão do trabalho que a mercadoria estabelece na sociedade não se realiza sem contradição; de um lado temos a repulsão dos agentes do trabalho e o seu parcelamento em produtores livres, independentes uns dos outros, e de outro, estes diversos trabalhos independentes formam um todo e uma unidade em razão de uma necessidade interna. Quando o indivíduo produz como particular, o caráter social dos trabalhos independentes se manifesta no fato de que “o conteúdo do seu trabalho é determinado pelo complexo social, e ele somente trabalha na sua qualidade de membro deste complexo, isto é, trabalha para satisfazer a necessidade dos outros, existindo para ele, portanto, uma dependência social, mas é ele mesmo que escolhe segundo sua vontade tal ou qual trabalho”¹¹⁵.

Por outro lado, “quando o indivíduo produz seus meios de subsistência imediatos (...) sua produção não tem um caráter social e o seu trabalho não é trabalho social”¹¹⁶. Assim, a produção somente se torna social quando se produz para os outros, isto não significa,

¹¹⁴Ibid., p. 217.

¹¹⁵Ibid., p. 219.

¹¹⁶Ibid. id.

porém, que Marx estaria incorrendo numa robinsonada quando pensa na hipótese de um trabalho que não seja social. O trabalho pode ser social do ponto de vista da unidade produtiva da qual ele participa. Se se tratar de uma família componesa patriarcal, o trabalho é social no seio da família. Para Marx “produção é sempre produção num estágio determinado de desenvolvimento social”. Aqui a noção de trabalho social está referida à sociedade mercantil; o trabalho é somente trabalho social na medida em que é produtor de valores de troca. Trata-se de trabalho produtivo para a sociedade mercantil. Se o produto do trabalho do indivíduo for consumido por sua mulher e por seus filhos, ele é produtivo para a família, mas não para os demais homens. “Numa sociedade em que a estrutura social se manifesta sob a forma de troca privada de produtos individuais do trabalho”, o trabalho para ser produtivo para esta sociedade, seu produto tem de se transformar em mercadoria, pois somente por meio dela é que o trabalho individual se torna social. Assim sendo, do ponto de vista da sociedade mercantil, o trabalho individual que produz diretamente valor de uso, embora seja na sua forma imediata trabalho social (trabalho para os membros da família), não o é para a sociedade mercantil e, neste sentido, não participa da divisão social do trabalho. O que interessa não é a divisão do trabalho de forma imediata, isto é, toda e qualquer forma de trabalho existente, mas somente o trabalho cristalizado numa mercadoria, aquele que por meio do produto estabelece uma relação social sob a forma de valor de troca.

No entanto, esta noção de produção mercantil simples como formação econômica da sociedade imediatamente antecedente à produção capitalista e a maneira como ela aparece na 1ª seção de *O Capital* podem ser postas em dúvida por algumas afirmações marginais de Marx. Assim, por exemplo, encontramos a declaração de Marx de que é somente a partir do surgimento do trabalho assalariado que a “forma mercadoria dos produtos se torna forma dominante”¹¹⁷. No livro II, podemos ler que “a produção de mercadorias somente aparece como caráter normal, dominante, da produção na base da produção

¹¹⁷Marx, *Le Capital*, Costes, Paris, 1949, vol. I, p. 232.

capitalista”¹¹⁸. Ou ainda: “Logo que a produção por meio do trabalho assalariado se torna geral, a produção de mercadorias é a forma geral da produção”¹¹⁹. Mas, na mesma página, Marx faz uma afirmação contrária que vem corroborar o pressuposto da produção mercantil simples como forma prévia da produção capitalista:

“As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista - a existência de uma classe de operários assalariados -, requerem a passagem de toda produção mercantil à produção mercantil capitalista. Na medida em que esta se desenvolve ela exerce um efeito dissolvente sobre toda a forma anterior da produção que, orientada em primeiro lugar para o consumo pessoal, somente converte em mercadoria o excedente do produto. Ela faz da venda do produto o interesse principal: primeiramente, sem atingir, aparentemente, o próprio modo de produção; em seguida, lá onde ganha raiz, destrói todas as formas de produção mercantil que repousam, ou sobre o trabalho pessoal dos produtores, ou sobre a venda do produto excedente. Ela *começa por generalizar a produção de mercadorias, depois transforma gradualmente toda a produção mercantil em produção capitalista*”¹²⁰.

Aparentemente, a produção mercantil não altera o modo de produção. Mas se não considerarmos a produção imediata, mas o sistema de produção social, veremos que, com a mercadoria, emerge um novo modo de produção. Inicialmente, temos a produção independente, cujo produto é consumido diretamente pelo produtor e pelos membros da comunidade natural. O excedente é transformado em mercadoria. Neste caso é somente esta parte da produção que participa da nova forma de produção social. Mas como Marx e Engels não cansam de chamar a atenção, a mercadoria atua como fator dissolvente das formas de economia natural, intensificando a parte da produção

¹¹⁸Marx, *Le Capital*, E.S., Paris, 1957, vol IV, p. 35.

¹¹⁹Ibid., p. 37.

¹²⁰Ibid., p. 37-8.

que se destina à troca mercantil, tornando o trabalhador basicamente um produtor de mercadorias. Desta forma não só aumenta a porção de sua produção destinada à troca, mas também cresce a parte dos bens consumidos que são provenientes de relações de troca.

A produção imediata não se alterou, seja nas formas menos desenvolvidas ou mais desenvolvidas. Ainda estamos num mundo em que o produtor independente, livre proprietário dos meios de produção e do produto de seu trabalho, é agente básico da produção e da circulação. Aparentemente não houve uma alteração no modo de produção porque “o processo de criação de mercadorias, portanto seu processo de apropriação inicial, se situa fora do processo de circulação”¹²¹. O processo de apropriação real dos produtos pela transformação da natureza, isto é, o processo de produção imediata “se desenrola por trás das costas da circulação simples”¹²².

Mas do ponto de vista da produção social, tivemos uma alteração. A *estrutura do trabalho social* ganhou uma nova forma. Por meio da troca de mercadorias os homens estabelecem relações sociais de produção, por meio das quais o trabalho foi dividido entre os diversos produtores isolados e independentes. A produção social ganhou uma nova dimensão e passou a ser estruturada pelo movimento da mercadoria.

Na verdade, se não considerarmos a possibilidade da mercadoria poder articular uma determinada formação econômica da sociedade, transformamos a teoria econômica marxista num economismo sem maior significado sociológico. Afinal de contas, a grande contribuição do marxismo para a teoria social foi precisamente a de ter demonstrado, por meio de categorias econômicas, como se organiza a sociedade. Toda a teoria do fetichismo da mercadoria somente pode ser compreendida se ecararmos a mercadoria como núcleo estruturador da sociedade. E foi percebendo este caráter da teoria econômica marxista que Bukárin pôde afirmar que a teoria do fetichismo da mercadoria é “uma introdução sociológica brilhante à economia teórica”.

¹²¹Marx, *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*, ed. cit., p. 211.

¹²²Id. *ibid.*

Se na circulação simples virmos apenas uma forma destituída de conteúdo histórico e social, furtaremos ao marxismo o seu caráter sociológico.

Por outro lado, se da produção simples de mercadorias e da circulação simples tirarmos o seu caráter histórico e social, a própria metodologia marxista torna-se vazia. As categorias econômicas tornam-se pura forma, e a transformação e a movimentação do conceito passam a ser regidas pela contradição meramente formal, despojada de qualquer conteúdo histórico e social. A transformação das formas do valor e a formação do dinheiro deixam de ser a representação conceitual de um processo histórico que se passou na realidade. Em poucas palavras, o conceito de valor de troca passa a ser apenas uma abstração.

III SOBRE A PRODUÇÃO EM GERAL

“Não é suficiente rejeitar em bloco uma teoria desmascarando o plano subjacente de seu autor. O que é preciso é expor um sistema lógico diferente daquele que emprega o autor criticado.” Ludwig von Mises, *Human Action*

A História em *O Capital*

O objetivo imediato de Marx foi o de apreender, teoricamente, as leis que regem o movimento da sociedade capitalista. O que vamos encontrar em sua principal obra são os conceitos referentes a esta forma determinada de produção social. No entanto, subjacentes a toda exposição do modo de produção capitalista, temos implícitos uma série de conceitos gerais e abstratos, válidos para todas as formas de sociedades. Embora não expostos, estes conceitos existem como base dos conceitos determinados e concretos. Enquanto a preocupação era tão-somente a de expor o movimento da produção capitalista, o estatuto daqueles conceitos gerais parecia diminuído e sem importância. Parecia que, uma vez declarado que o *fio condutor* era a concepção materialista da história, não caberia mais nenhuma discussão criadora em torno dos conceitos gerais.

Hoje, contudo, não se trata mais somente de compreender e expor o movimento da produção capitalista. As sociedades pré e pós capitalistas passaram a ser objeto da preocupação da sociologia materialista. É precisamente neste momento - o da transposição do método

de *O Capital* para a análise de outras formações econômicas da sociedade - que os problemas atinentes aos conceitos gerais e abstratos da concepção materialista da história entram para a ordem do dia.

No período do marxismo clássico, encontramos alguns autores que, premiados exatamente pela realidade histórica em transformação, deixaram algumas obras de real mérito teórico que nos poderiam servir de ponto de apoio para o esclarecimento dos conceitos gerais e abstratos. Basta lembrar Hilferding, Bukárin, Preobrajenski, Pasukanis, Lapidus e Ostroviatnov entre outros. Nestes autores podemos encontrar uma base para dar uma determinação formal mais precisa àqueles conceitos gerais e abstratos, exatamente porque o que os preocupa não é imediatamente o capitalismo, mas a transição para formas superiores de produção social. Ora, é precisamente na transição que emerge a necessidade da compreensão exata dos conceitos mais gerais e abstratos, nos quais estão ausentes determinações históricas concretas. Na transição do capitalismo para formas pós-capitalistas o que emerge como determinante é a alteração da *forma social* do produto: a forma mercadoria do produto se dissolve numa nova forma social; a forma salário do trabalho desaparece; o sobreproduto perde sua característica de mais valor. É este momento que vemos o caráter histórico das categorias econômicas. O fato de o produto ter alterada a sua forma não significa que o produto tenha desaparecido; se a mais valia se dissolve em sua determinação mais simples, isto não quer dizer que esta - o sobretrabalho - tenha deixado de existir; se o valor não assume mais a forma do valor, isto não indica que o valor não seja ainda um concreto real.

Na verdade, mesmo os mais destacados autores ocidentais que em anos recentes têm realizado estudos sobre a transição podem ter suas obras criticadas radicalmente pelo fato de confundirem o geral com o historicamente determinado. Bettelheim, por exemplo, por não estabelecer claramente a diferença entre valor e forma do valor acaba chegando a conceitos absurdos como de "capitalismo de Estado" e de "burguesia de Estado". Pierre Naville, por sua vez, embora mais refinado teoricamente que Bettelheim, incorre no mesmo erro e fala num "salário socialista".

O fato é que parece que se perdeu de vista a dialética fundamental de *O Capital*, isto é, o caráter histórico das categorias econômicas. A mesma crítica feita por Marx aos economistas clássicos pode hoje ser revertida para a grande massa dos marxistas contemporâneos. O problema reside, portanto, em apreender o caráter histórico das categorias. Como, no entanto, fazê-lo? Somente seremos capazes de apreender a transformação histórica das categorias se tivermos como referência os conceitos gerais e abstratos, indeterminados historicamente; eles são condição para captar a determinação histórica formal. Todo marxista sabe citar de cabeça a famosa frase de Marx: uma máquina é uma máquina, mas somente em determinadas condições históricas uma máquina é capital. No entanto, uma coisa é ter de cor uma citação, outra coisa é apreender sua significação metodológica e saber aplicá-la para compreender as relações reais.

Enquanto a compreensão das formações econômicas das sociedades pré e pós-capitalistas, assim como a transição, não estavam na ordem do dia, liam-se os textos de Marx de tal maneira que permitisse uma afirmação como a de Gianoti: "Aliás é sabido que o famoso postfácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* não é mais do que uma longa discussão da impossibilidade de tomar a produção em geral como ponto de partida"¹²³ (1, p. 198). No entanto, num outro texto publicado mais recentemente, vemos o mesmo autor tentando estabelecer a razão do trabalho, partir precisamente da produção em geral para procurar esclarecer o conceito de modo de produção. Mas, ao mesmo tempo em que parte da produção em geral, Gianoti não reconhece o estatuto teórico da produção em geral, o que faz com que o seu trabalho esbarre em obstáculos intransponíveis, e compromete fatalmente o seu resultado.

O não reconhecimento explícito da produção em geral, no seu primeiro trabalho, teve como consequência tornar Gianoti impotente para apreender a dialética presente no movimento dos conceitos. Ora, o núcleo da revolução teórica de Marx foi precisamente o fato de apreender o conceito no seu movimento e na sua transformação, re-

¹²³ José Arthur Gianoti, 1) *Origens da Dialética do Trabalho*, Difel, S.P., 1966; 2) "O Ardil do Trabalho", em *Estudos CEBRAP 4*, S.P., 1973.

fletindo o movimento real. O conceito é o conceito porque é a síntese de múltiplas determinações. A forma imediata do capital é a de meios de produção (capital constante) e os meios de subsistência do trabalho (capital variável). Mas isto não significa que todos os meios de subsistência dos trabalhadores e todos os meios de produção sejam capital. Em determinadas circunstâncias históricas, os meios de produção e de subsistência assumem a forma de capital. Sob a aparência material da *coisa* vamos encontrar uma certa relação social entre o trabalho morto e o trabalho vivo, relação esta que define o capital. Capital, portanto, não é uma coisa, mas uma relação social mediada pela coisa. Na verdade, capital como coisa que suporta determinada relação social, tem exatamente na separação entre as condições objetivas e subjetivas da produção uma de suas determinações. Gianoti, no entanto, se deixa envolver pela mistificação do fetichismo próprio das sociedades regidas pela economia mercantil e nos apresenta o capital como coisa: nos diz que "o trabalhador não possui seus próprios meios de produção, isto é, capital necessário para efetuar as potencialidades inscritas em si" (1, 230)). Ora, se os trabalhadores possuissem seus próprios meios de produção possuiriam *seu* capital. Um pescador que possuisse sua canoa possuiria seu capital; um lavrador que possuisse sua terra e sua enxada possuiria seu capital; um índio que possuisse sua flecha possuiria seu capital.

Poder-se-ia pensar que se trata de uma frase solta, um ligeiro lapso de redação ou de revisão dos manuscritos, e nem seria o caso de se chamar a atenção para a um erro desta natureza. Contudo, a incapacidade de Gianoti de apreender a dialética do conceito e, consequentemente, os princípios elementares da teoria do valor é recorrente, transparecendo em toda sua obra.

É verdade que, se referindo à riqueza, Gianoti diz que a economia política marxista "parte exclusivamente das formas sociais de que aquele conteúdo se reveste" (1, 198). No entanto, de nada adianta fazer tal afirmação se sua própria elaboração conceitual a desmente a cada momento. O erro mais flagrante é a confusão entre forma e conteúdo, que reaparece com frequência e de maneira mais ou menos sutil.

A coisificação do conceito de capital de novo se apresenta no momento em que Gianoti fala do capitalismo na época da circulação simples: "No capitalismo, por exemplo, na fase da circulação simples, a propriedade vincula-se ao trabalhador, somente sendo permitida a apropriação do trabalho alheio por intermédio do próprio trabalho" (1, 239). Note-se que, aqui, capitalismo está referido a um momento em que a união entre produtores e meios de produção ainda ocorre. O capital não está definido como uma relação determinada entre trabalhadores e meios de produção e de subsistência, nem a uma forma determinada de apropriação do sobretrabalho.

Sem dúvida, Gianoti é um autor de bastante prestígio e influência nos meios intelectuais e editoriais paulistas, dotado em uma indisfarçável erudição e capaz de ler Marx e Hegel no original alemão. Não obstante, não conseguiu acompanhar Marx na sua crítica aos economistas clássicos.

Os laços que o prendem a Adam Smith e Ricardo permitem-no pensar um capitalismo em que não há separação entre as condições objetivas e subjetivas da produção, sem trabalho assalariado e sem a mais valia. Um sistema de produção, em que somente é permitida a apropriação do trabalho alheio por intermédio do próprio trabalho, é pensado também como capitalismo. O capitalismo existe sem sua determinação essencial, que é o trabalho assalariado e a mais valia. Se o capital fosse coisa e não uma relação social de produção, nada haveria a se questionar em tal afirmação.

O que levou Gianoti a coisificar o capital é a confusão que estabelece entre mercadoria e capital. Ao indentificar as duas categorias, ele tem de afirmar a existência do capitalismo na circulação simples. Desde o momento em que se estabelece tal identidade, a argumentação perde toda lógica interna, levando seu autor àquela regressão notável de Marx a Adam Smith e a Ricardo.

O fato de não ter conseguido captar a dialética da mercadoria, criou um verdadeiro campo de areias movediças, no qual o texto se afunda. Tudo começa pela desconsideração da problemática da produção em geral, levando o autor a uma leitura ahistórica de *O Capital*. Pela leitura de Gianoti, "de um só golpe somos lançados no

interior do modo capitalista de produção a indagar as formas pelas quais riqueza emerge neste sistema produtivo" (1, 198). Sim, o que temos de questionar à realidade histórica é a forma da riqueza. A economia política marxista não questiona sobre a riqueza das nações, mas indaga pela *forma* da riqueza. O marxismo não se interessa pela coisa, mas pela sua forma social. Se, por um lado, Gianoti faz a pergunta correta, por outro, acabou identificando a forma com a coisa. Isto porque pensa encontrar capitalismo onde há apenas produção simples de mercadorias, como se pelo fato de o capital ser mercadoria, toda mercadoria fosse capital.

No entanto, trata-se de uma questão elementar da economia política marxista o fato de que num certo ponto de seu desenvolvimento, a economia mercantil se transforma em economia capitalista. Vejamos o que diz Engels a este respeito:

"É evidente que, desde o momento em que as coisas e suas relações recíprocas são concebidas não como fixas, mas como variáveis, seus reflexos mentais, os conceitos, são eles também, submetidos à variação e à mudança; nestas condições, eles não serão fechados numa definição rígida, mas desenvolvidos segundo o processo histórico ou lógico de sua formação. Em consequência, vê-se claramente porque Marx no começo do livro 1º, parte da simples produção mercantil, que é para ele condição histórica prévia, para chegar, em seguida, partindo desta base, ao capital; vê-se porque ele parte da mercadoria simples e não diretamente da mercadoria já modificada pelo capitalismo, que é, do ponto de vista conceitual e histórico, a sua forma segunda" (Prefácio ao 3º livro de; *O Capital*, E.S., Paris,, p. 17-8).

É moda nos círculos do intelectualismo pedante afirmar-se que Engels é um teórico menor. Mas sua maneira de compreender a exposição de *O Capital* não é uma posição isolada, e sim uma constante nos mais renomados autores marxistas. Para Gianoti, no entanto, o capital não é um momento determinado do desenvolvimento da mercadoria, mas surge como algo existindo em si mesmo, sem nenhuma

determinação; não é síntese de múltiplas determinações, mas está presente desde o início: “desde o início a circulação simples está submetida ao império do capital” (1, 220).

É lugar comum dizer-se que é na primeira seção que está o segredo da leitura de *O Capital*. No entanto, compreendê-la não significa se fixar no seu dialeticismo verbal. O próprio Marx reconhece que em algumas passagens deixou-se envolver por “uma certa coqueteria tomando emprestado de Hegel o seu vocabulário particular”. Não é aí, portanto, que reside a verdadeira dialética marxista. Algumas linhas antes de fazer a auto-crítica pelo seu do vocabulário hegeliano, Marx diz que para ele, “o movimento do pensamento não é senão o reflexo do movimento real”. O segredo da dialética materialista está precisamente nesta correspondência. O movimento do conceito corresponde a um movimento histórico. Os conceitos são fluidos, como a própria vida, e refletem as transformações correspondentes.

Está dito à saciedade, em toda obra de Marx, que a mercadoria é uma categoria antidiluviana. Todavia, foi somente num momento histórico determinado que a mercadoria pode transformar-se em capital. Do fato de que a mercadoria é um pressuposto histórico do capital não podemos inferir a identidade entre ambas as categorias.

É verdade que o capital conserva a forma mercadoria, mas transformada. É precisamente esta transformação que Gianoti é incapaz de apreender, o que o leva a um caminho inverso àquele percorrido por Marx na exposição. Marx busca as sucessivas determinações para chegar ao concreto pensado. O caminho é do abstrato ao concreto pensado - ao conceito. Gianoti parte de uma categoria já num certo grau de concreção - o capital - e vai realizando uma série de abstrações a partir deste concreto pensado para, afinal, chegar ao concreto real - à coisa -, num processo de reificação do conceito, caminhando de trás para diante.

Neste movimento, todos os conceitos derivados da mercadoria e todas as determinações do capital se esvanecem. Vejamos, por exemplo, o tratamento dado ao valor de troca. A primeira determinação da mercadoria é o valor de troca, mas a mercadoria não se define exclusivamente pela forma do valor; no seu movimento, ao transformar-se em

capital, ela adquire novas determinações. Ora, como Gianoti identifica mercadoria com capital, a determinação da forma simples (mercadoria) acaba também se constituindo na determinação mais complexa (capital). Nesta identificação e neste enrolar-se, a determinação específica do capital - a mais valia - desaparece: "O sistema capitalista fabrica essencialmente valores sob a forma de valores de troca" (1, 201). Um pouco mais adiante está dito outra vez que "a produção visa sobretudo criar valores de troca, estando inteiramente subordinada ao capital" (1, 202).

Assim, portanto, pelo fato de a produção visar a criação de valores de troca, ela está subordinada ao capital. No entanto, o próprio título do 1º livro de *O Capital* desmente Gianoti: "Processo de Produção do Capital". A produção capitalista não visa *essencialmente e sobretudo* criar valores de troca. O objetivo da produção capitalista é produzir mais valia. A produção mercantil simples, efetivamente, visa a criação de valores de troca; mas a produção capitalista não tem por objetivo precípua a criação de valores de troca, e sim a de mais valor.

No momento em que a produção mercantil se subordina ao capital há uma alteração essencial na estrutura da produção social. O capital somente pode subordinar a produção pela separação entre as condições objetivas e as condições subjetivas da produção. A ligação entre o trabalhador e os meios de produção se rompe, e trabalho se transforma em trabalho assalariado e a mercadoria se transforma em capital (é claro que esta transformação da mercadoria em capital só é possível pela transformação mediadora da mercadoria em dinheiro). Na produção mercantil simples o trabalho era objeto de trocas mercantis, mas somente quando já cristalizado numa coisa. Com a separação entre o trabalhador e os meios de produção, é a própria força de trabalho que se constitui em elemento de troca. Desta maneira, o tempo necessário e o sobretrabalho, que não se distinguem formalmente na simples produção mercantil, assumem, agora, as determinações formais autônomas de salário e lucro do capital. A produção deixa de ter como objetivo a pura criação de valores de troca para buscar *sobretudo e essencialmente* a produção de mais valor.

Poder-se-ia pensar, contudo, que mesmo a produção social que visa a criação de mais valor ainda estaria determinada pelo valor de troca. Isto é o que parece ser. Na superfície da produção capitalista, a mercadoria portadora de valor e mais valor está ainda determinada pela troca de equivalentes e, portanto, pelo valor de troca. Mas isto ocorre somente na superfície da produção social capitalista, é uma aparência que não corresponde, nem ao conceito, nem à realidade. No seu desenvolvimento a produção capitalista supera o próprio valor de troca. O produto criado pelo capitalismo na sua troca imediata não assume mais a forma do valor (a troca de equivalentes) mas a forma de *preço de produção*. O capitalismo ao transformar o valor de troca em preço de produção, elimina a forma do valor na troca imediata da mercadoria produzida pelo capital, mas mantém apenas o valor como elemento determinante do preço de produção. O capitalista não visa a criação de valores de troca, mas a produção da mais valia. Produzindo a mais valia, e em virtude da determinação concreta da existência de capitais com diferentes composições orgânicas, o valor de troca perde a significação teórica imediata que tinha na simples produção mercantil. O produtor de mercadorias, agora não mais o trabalhador proprietário, mas o capitalista, visa a obtenção de no mínimo o lucro médio. Neste sistema não é o valor de troca que regula a produção social, mas a distribuição proporcional da mais valia entre os diversos capitais.

No entanto, como para Gianoti, de um só golpe somos lançados no interior do modo capitalista de produção, todas as determinações concretas do capitalismo se esfumam. Temos capitalismo sem trabalho assalariado, sem mais valia; por outro lado, podemos também encontrar o *lucro* na propriedade independente: "*Todos* põem-se a trabalhar com o intuito de apossar-se de um único produto: o valor de troca sob a forma de dinheiro. Com isso perde-se a bela particularidade do trabalho artesanal, porquanto vale a pena produzir qualquer produto, sejam quais forem os meios, desde que no fim apareça o *lucro*" (1, 209). Note-se que estamos numa sociedade em que todos trabalham. Não estamos numa sociedade em que há trabalhadores e não trabalhadores. Estamos precisamente naquela fase da circulação simples em que a propriedade vincula-se ao trabalhador, somente sendo permitida a

apropriação do trabalho alheio por intermédio do próprio trabalho" (1, 239). Nesta forma de sociedade, que os marxistas chamam de produção simples de mercadorias e Gianoti de fase capitalista na circulação simples, os produtos do trabalho assumem a forma de mercadoria, isto é, produz-se para troca e não para o consumo próprio. Temos aí o produto e uma forma social determinada que ele assume: o valor de troca. Ora, se se trata de uma sociedade em que a produção social se manifesta sob a forma de troca privada de produtos individuais do trabalho, como pode aparecer o lucro? Se nela somente é possível a apropriação do trabalho alheio pela intermediação do próprio trabalho, o que é lucro? Há o valor de troca, é claro; mas a existência do valor de troca é condição suficiente para que haja lucro? Aqui Gianoti não está se referindo ao lucro do capital comercial, e sim ao *lucro* do produtor independente que se apropria do trabalho de outrem entregando o produto de seu próprio trabalho. Um dos parceiros da troca entrega um certo produto contendo uma determinada quantidade de *seu* trabalho, por outro produto contendo a mesma quantidade de trabalho e, mesmo assim, Gianoti descobriu lucro?!

É evidente que ele não se detém em definir isto que chama de *lucro*. Na verdade, aqui, estamos em presença de outro momento de coisificação. O trabalho *em geral* tem a qualidade de criar riquezas e mais riquezas. Em um período de trabalho, o homem é capaz de reproduzir aquilo que consumiu na própria produção e na sua subsistência e criar uma nova riqueza. Não fosse esta qualidade do trabalho humano *em geral* de poder criar mais riquezas, jamais teríamos saído do estado de natureza. Estas duas propriedades do trabalho *em geral*, de reproduzir a riqueza consumida na produção e criar nova riqueza, podem ser designadas por dois conceitos específicos: tempo necessário e sobretrabalho. Pode-se, portanto, dizer que o trabalho *em geral* - qualquer que seja sua forma social - pode ser dissecado nestes dois tempos: um que reproduz a riqueza consumida na produção e outro que cria uma nova riqueza. Na Idade Média, por exemplo, como lembram Marx e Engels, o tempo necessário era aquele tempo em que o servo trabalhava para ele mesmo, e o sobretrabalho assumia a forma de corvéia ou de renda *in natura* para o senhor feudal. No capitalismo, o tempo necessário

ganha a forma de salário e o sobretrabalho a de lucro do capital. No entanto, existem formas de sociedade em que, embora haja a criação de novas riquezas, o sobretrabalho não assume forma autônoma e independente, como é o caso das sociedades em que não há uma divisão em classes sociais. Assim ocorre também na produção simples de mercadorias. O sobretrabalho não assume uma forma independente, mas isto não significa que não haja criação de novas riquezas. Poder-se-ia dizer que neste tipo de produção, pelo fato de estar sob o domínio do valor de troca, o produtor independente cria novas riquezas sob a forma do valor. Mas esta nova riqueza, mesmo ganhando a forma do valor, não se constitui em mais valia propriamente dita, pois não assume forma independente, o que vai acontecer, no entanto, no capitalismo com o lucro do capital. O tempo necessário e o sobretrabalho na produção mercantil simples não têm ainda uma determinação econômica formal, como irão ter no capitalismo com o salário e o lucro. A menos que se diga que o produtor independente reúne em sua pessoa o capital e o trabalho, o que é um absurdo conceitual.

Se nesta situação de simples circulação de mercadorias Gianoti descobriu uma forma de lucro, sem que haja exploração do trabalho nem que o sobretrabalho tenha adquirido forma autônoma, só pode ser porque ele está, outra vez, coisificando as categorias econômicas e confundindo o geral com a sua forma historicamente determinada. Se o lucro capitalista é uma forma determinada de sobretrabalho, isto não significa que todo sobretrabalho é lucro.

Não se levando em conta, como pressupostos da teoria social, os conceitos gerais, válidos para todas as épocas históricas, corre-se o risco de, no transcorrer da análise, deixar-se levar na direção de tais abstrações ocas, que no fundo se constituem em formas ideológicas da produção capitalista, pretendendo demonstrar a universalidade e eternidade das categorias do capitalismo. E neste caminho Gianoti vai longe, chega mesmo a afirmar que o capital é o fundamento da essência humana:

“Esta universalidade - escreve Gianoti - é para Marx formada pela soma das forças produtivas, de *capitais* e de formas sociais de circulação que cada um e cada geração

encontra como um dado. É ela, no final das contas, o fundamento real das categorias filosóficas de 'substância' e de 'essência humana'" (1, 189).

Chegamos à apoteose do engano. Não estamos nem mesmo na tradução ricardiana do marxismo, mas diante de um marxismo que quer fazer de Marx um economista vulgar que vê no capital o fundamento da essência humana.

Gianoti efetua uma regressão verdadeiramente chocante em relação ao marxismo, e isto em nome do marxismo, da dialética, do materialismo e da razão do trabalho, e com um dialeticismo interminável, pedante e cabotino.

Temos de reconhecer que, em Marx, há muitos *vazios, brancos, silêncios*. A função do crítico e do analista está precisamente em localizá-los e criar as pontes necessárias para integrar o sistema. Os vácuos existentes são percebidos precisamente no momento em que se quer fazer avançar a teoria social materialista. Os conceitos precisam ser esclarecidos tendo em vista sua função no sistema, para que a teoria possa dar um passo à frente e nos auxiliar no desvendamento dos enigmas do mundo contemporâneo. Se o materialismo histórico vai se constituir em apenas mais um capítulo da história das idéias sociais, ou se permanecerá como uma teoria capaz de apreender e expressar conceitualmente o mundo atual, isto vai depender do trabalho de crítica e de análise de seus fundamentos.

O vazio que Gianoti não conseguiu perceber, e que o faz enveredar pelo caminho já assinalado é o da *produção em geral*. E não seria necessário um esforço muito grande para que se o percebesse; bastaria uma leitura atenta dos *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política*. Lá notamos que está faltando um primeiro capítulo em *O Capital*, o capítulo sobre a produção em geral, que deveria versar sobre a "relação do trabalho com sua objetividade, com sua substância" (Siglo XXI, B.A., 1971, p. 239). Este capítulo ausente, que deveria "anteceder ao do valor de troca", seria precisamente aquele que nos iria demonstrar a astúcia do trabalho, sistematizando a teoria materialista da história.

É básico preencher este vazio, pois a *produção em geral* é a primeira determinação do capital, posta antes do valor:

“Mediante a incorporação do trabalho ao capital, este se torna processo de produção; porém, em primeiro termo, processo de produção material; processo de produção em geral, de tal sorte que o processo de produção do capital não se diferencia do processo de produção em geral. Sua determinação formal permanece completamente extinta. Havendo intercambiado o capital uma parte de seu ser objetivo por trabalho, sua própria existência objetiva se divide em objeto e trabalho; a relação entre ambos constitui o processo de produção ou, mais exatamente, o *processo de trabalho*. Com o qual processo de trabalho - que devido ao seu caráter abstrato, a sua substancialidade pura, é inerente a todas as formas de produção por igual - como *ponto de partida posto antes do valor* se apresenta *nova-mente dentro do capital*, como processo que ocorre dentro de sua substância, que constitui seu conteúdo” (Ibid. 245).

Para Marx, “o capital pressupõe o processo de produção em geral, característico de todas as situações sociais, carente, portanto, de caráter histórico”. E, como pressuposição primeira, a produção em geral deveria estar presente na exposição como primeiro capítulo antecedente ao do valor de troca (Ibid. 261).

Este primeiro capítulo ausente seria precisamente aquela dissertação completa sobre o materialismo histórico, cuja falta tanto se lamenta.

Gianoti, além de não notar tal ausência, esvazia o pressuposto primeiro do capital desprovido-o de “qualquer peso ontológico”. Ao contrário do que são efetivamente, afirma apenas que os conceitos derivados da produção em geral seriam puro *formalismo* e *exterioridade*. Produto, meios de produção, tempo necessário, sobre trabalho não são mera exterioridade, mas o conteúdo de formas sociais. O que é capital constante senão a forma que assumem os meios de produção num determinado momento histórico e sob determinadas condições sociais? O

salário nada mais é do que uma forma social determinada do fundo de consumo do trabalhador. O lucro é a determinação econômica formal do sobre-trabalho. O valor de troca, do trabalho em geral¹²⁴.

¹²⁴Segundo Gianoti, as condições gerais da produção não exprimem “um momento autônomo do real, (...) não constituem tendências ou forças gerais determinantes, pois somente vêm habitar o real em contextos mais amplos onde se dissolve sua autonomia conceitual. Configuram uma série de condições necessárias para pensar a produção existente, mas, de forma nenhuma, o conjunto das condições suficientes para que um sistema produtivo venha a existir”. As condições gerais da produção são abstrações filosóficas, e estas

“não são do tipo das abstrações da economia política; em virtude do formalismo e da exterioridade de seu processo constitutivo, as primeiras estão desprovidas de qualquer peso ontológico, ao contrário das segundas que exprimem universais concretos (...). Isso posto, torna-se impossível atingir um modo particular de produção a partir das determinações enfeixadas no conceito de produção em geral” (1, 192).

Erigindo-se uma muralha da China entre as condições gerais da produção e as formas históricas da produção social, torna-se impossível pensar-se o socialismo. A teoria econômica do socialismo tem, precisamente, como ponto de partida “as determinações enfeixadas no conceito de produção em geral”. A economia política do socialismo radica naquilo que Bukárin chama de “naturalização” do pensamento econômico”, isto é, o socialismo é pensado como a superação das “categorias ideológicas” (o resultado do trabalho humano não se apresenta mais como mercadoria, mas diretamente como produto; o fundo de subsistência do trabalho não se apresenta mais como capital variável, mas diretamente como bens de consumo; o valor não se exprime mais sob a forma do valor - dinheiro -, mas imediatamente como tempo de trabalho social, etc.). Deste modo - continua Bukárin - “surge para a teoria do processo econômico a necessidade de passar ao pensamento econômico natural, isto é, ao tratamento tanto da sociedade como de suas partes como sistemas de elementos em sua forma natural” (*Teoria Económica del Periodo de Transición*, PyP, Córdoba,, 1972).

Sobre as categorias econômicas no socialismo, veja-se também, entre outros, Lapidus e Ostroviatínov, *Princípios de Economia Política*, Edições Cultura Brasileira, s/data.

Negando qualquer "peso ontológico" aos conceitos derivados da produção em geral, foi possível a Gianoti confundir a coisa com a forma, encontrar capital onde havia união entre o trabalho e os meios de produção e ver lucro sem que o sobretrabalho assumisse forma econômica determinada.

Ao não reconhecer o estatuto teórico que é devido à produção em geral, Gianoti não soube estabelecer a distinção entre os conceitos derivados da produção em geral e o que ele chama das "protocondições da história". Na verdade, estas protocondições da história é que são abstrações filosóficas. São certos postulados que implicam uma antropologia filosófica do homem saindo do estado de natureza e constituindo a história através do instinto consciente e da produção. Poder-se-ia dizer que aquelas abstrações filosóficas da protohistória se constituem numa teoria abstrata do homem e da história, que vem a constituir a premissa da produção em geral. Na produção em geral, contudo, não estamos lidando com abstrações filosóficas, mas com categorias econômicas, embora na sua forma mais simples e abstrata¹²⁵. O trabalho é uma categoria econômica existente em todas as formas de sociedade, assim como o produto, também é uma categoria econômica, existente em todas as formas de produção históricas; esta sua característica geral não lhe furta sua qualidade de categoria econômica. O produto, por exemplo, é a primeira, a mais simples e a mais abstrata determinação da mercadoria. Mercadoria é um momento de concreção social do produto, uma determinação econômica formal assumida por ele.

Os conceitos derivados da produção em geral não se constituem, como quer Gianoti, numa abstração filosófica, tanto que estava nos planos de Marx incluí-los como primeiro momento da exposição. Para Marx eles eram o pressuposto e o ponto de partida, tanto que o valor

¹²⁵ "Segundo Hegel, o abstrato se opõe à universalidade. O que é abstrato, é o que está separado da realidade, que é totalidade (e para ele, este real total é o conceito, único concreto). Marx, ao contrário, chama abstrato o que é comum a todas as realidades concretas, e que é então uma realidade e uma verdade universal, como lei. Abstrato é nele outra maneira de dizer 'social', 'geral', não especificado concretamente" (Pierre Naville, *Les Echanges Socialistes*, Anthropos, Paris, 1974, p. 15).

de troca só pode ser entendido como a *forma* do trabalho em geral - abstrato. Mas o autor, contudo, acredita ser "impossível atingir um modo particular de produção a partir das determinações enfiadas no conceito de produção em geral".

A Estrutura da Produção e a História

Prosseguindo na tentativa de buscar as raízes do viés metodológico de Gianoti, o que se vai encontrar é um seccionamento entre o *ser* e o *dever*. A coisificação e a deshistoricização do conceito de capital, confundindo-o, ora com os meios de produção, ora com a mercadoria, é, na verdade, a penitência do pecado estruturalista.

Uma coisa é a ilusão hegeliana "de conceber o real como resultado do pensamento", outra é o desenvolvimento do conceito reproduzir e expressar a gênese do concreto. Marx fez a crítica da ilusão idealista invertendo a dialética, isto é, vendo o movimento dos conceitos como um reflexo, uma reprodução, uma expressão do movimento real. Desta fora, na exposição encontramos também a apreensão conceitual da gênese do real-concreto. Não são suas determinações distintas, como quer Gianoti, uma em relação à *essência* e outra concernente ao *dever* (1, 194). O movimento de constituição do concreto pensado é precisamente a apreensão de seu desenvolvimento, do nascimento à caducidade.

Ao separar a *essência* do *dever*, Gianoti somente poderia fazer aquela leitura *sui generis* de *O Capital*, na qual se viu, de um só golpe, lançado no interior do modo capitalista de produção (1, 198). A partir de então não lhe foi mais possível distinguir o movimento dialético da mercadoria transformando-se, no seu desenvolvimento, em capital.

A especificidade do método de Marx em relação aos conceitos burgueses era precisamente o seu caráter *histórico*, e é aí, precisamente, que reside a dialética:

"Nosso método põe de manifesto os pontos em que tem que se introduzir a análise histórica, ou nos quais a econo-

mia burguesa como mera forma histórica do processo de produção aponta mais além de si mesma aos precedentes modos de produção históricos. Para analisar as leis da economia burguesa não é necessário, pois, escrever a *história real das relações de produção*. Mas a correta compreensão e dedução das mesmas, enquanto relações originadas historicamente, conduz sempre a primeiras equações que apontam para um passado que jaz por trás deste sistema. (...) Se por um lado as fases pré-burguesas se apresentam como supostos *puramente históricos*, ou seja, abolidos, por outro, as condições atuais da produção se apresentam como *abolindo-se a si mesmas* e, portanto, como pondo os supostos históricos para um novo ordenamento da sociedade" (*Elementos Fundamentais...*, p. 422).

Vemos assim os elementos históricos do capitalismo. A correta concepção e dedução das leis da produção capitalista tem suas raízes num passado que jaz por trás deste sistema. Ao mesmo tempo em que seu funcionamento nas condições atuais é também um abolir-se pela criação dos supostos históricos do modo de produção futuro. Sendo assim, como podemos encontrar em Marx determinações distintas, a da *essência* e a do *devenir*?

A separação entre a estrutura e a história foi encontrada por Giannotti no começo do parágrafo de onde tomamos a citação acima transcrita. Não importa a razão (o truque ?) que o levou a não tomar em consideração o parágrafo integral. Marx fala dos *supostos históricos* do capital, pertencentes, portanto, à *história de sua formação*, mas não à *história contemporânea*, isto é, não pertencentes ao sistema real do modo de produção dominado pelo capital (Ibid. 420; 1, 194). Teríamos, assim, a história distinta da estrutura, a história passada - os elementos *abolidos* -, e a estrutura - os elementos repostos pelo sistema na sua reprodução. Temos, portanto, uma gênese, seu funcionamento atual e, devemos acrescentar, o abolir-se que compõe, por sua vez, os pressupostos da nova sociedade. Mas este movimento de gênese, história atual e caducidade que é ao mesmo tempo gênese de um novo ordenamento da sociedade, constitui três momentos seccionados da

exposição, ou se trata de um *continuum*? Temos uma diversidade de determinações, como quer Gianoti, ou uma só unidade determinante?

Já lembramos que para Marx "o movimento do pensamento é reflexo do movimento real". Se assim for, tem de haver uma continuidade na exposição de uma unidade de determinação. O método de exposição de Marx caracteriza-se por esta continuidade. O método lógico de que fala Engels é o único adequado:

"Este é, na verdade, o método histórico despojado de sua forma histórica e das contingências perturbadoras. Onde começa esta história deve também começar o processo discursivo, e o desenvolvimento ulterior deste não será outra coisa senão a imagem reflexa, em forma abstrata e teoricamente consequente, da trajetória da história: uma imagem reflexa corrigida, mas corrigida de acordo com as leis que o próprio curso da história fornece; desta maneira, cada momento pode ser estudado no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade, na sua pureza clássica" ("Contribution à la Critique de l'Économie Politique" de Karl Marx", em *Etudes Philosophiques*, E.S., Paris, 1961, p. 188).

A ruptura entre a estrutura e a história proposta por Gianoti, como se este fôra o método marxista, é um verdadeiro *non sense*. O vínculo entre a *essência* e o *dever* é um dos princípios da dialética materialista, sem cuja compreensão a leitura de *O Capital* somente pode se ater às coqueterias do vocabulário que Marx tomou emprestado de Hegel e regredir a Ricardo.

Engels nos explica que, se Marx começou pela mercadoria, é porque ela é a história do capital. A compreensão das leis da produção capitalista aponta para formações econômicas puramente históricas (passadas), em cujo seio foi gerada a célula elementar da produção capitalista: a mercadoria. Toda a primeira seção de *O Capital* é exatamente o suposto histórico do capital, mas lá ainda não está presente o próprio capital. Temos somente uma forma de produção em que os trabalhadores estão ligados aos meios de produção, produtores independentes que trocam seus produtos sob a forma de troca privada.

Temos, portanto, o valor de troca. O valor de troca é apreendido por Marx desde a sua forma mais simples e acidental, que poderia ocorrer entre comunidades de tipo primitivo ou a partir de encontros casuais de produtores isolados. No seu desenvolvimento, esta forma acidental do valor de troca se transforma em forma total e em forma geral, correspondentes a momentos históricos concretos do incremento do intercâmbio mercantil. O dinheiro, não só é o desenvolvimento lógico necessário da evolução da forma do valor, mas também corresponde a um momento empírico da história. Poder-se-ia dizer que a primeira seção é a história do dinheiro na sua *pureza clássica*, a história despojada da historicidade e dos acasos perturbadores¹²⁶.

O valor de troca e o dinheiro constituem um capítulo da história do capital, mas ainda não o capital propriamente dito. São um suposto histórico no sentido de que a forma do valor e o dinheiro contêm as determinações cujo desenvolvimento irá resultar no capital. O valor de troca simples é puro passado do capital, assim como a circulação simples de mercadorias.

O capital faz somente sua primeira e tênue aparição na segunda seção, "Transformação do Dinheiro em Capital". Gianoti precisaria ler *O Capital* de trás para diante para se autorizar a falar que de um só golpe ele teria sido lançado no modo de produção. É gradualmente, no lento desenrolar da exposição, que vamos penetrando no modo de produção capitalista. Afinal de contas, o conceito é o conceito porque é a síntese de múltiplas determinações.

Para que o dinheiro pudesse se transformar em capital foi necessário que já tivesse ocorrido a separação entre o trabalhador e os meios de produção e de subsistência, e a consequente ruptura da unidade do trabalho vivo: o tempo necessário ganha uma forma autônoma, distinta do sobre-trabalho. Assumindo a força de trabalho a forma do valor com o aparecimento do salário, o sobretrabalho ganha também forma de valor no lucro do capital. O valor de troca nestas sucessivas determinações nos permite ver o capital como uma forma

¹²⁶Engels: "O método de Marx tem profundas raízes na história. Mas não se utiliza da história puramente descritiva e cronológica, e sim a despe de suas formas históricas e das circunstâncias fortuitas."

mercantil desenvolvida. Inicialmente o valor de troca nos é apresentado como uma categoria simples e abstrata. O movimento de transformação conceitual corresponde a um movimento histórico em que as relações de produção estão em processo de transformação. A categoria econômica é um reflexo teórico de relações sociais de produção. A simples mercadoria corresponde a relações de produção em que a divisão do trabalho social está determinada pela troca de produtos individuais do trabalho, aquilo que se chama normalmente de produção simples de mercadorias. À mercadoria transformada pelo capital correspondem relações de produção em que o trabalho está separado dos meios de produção. Para usarmos a terminologia pedante em voga, pode-se dizer que há uma determinação modal distinta. A primeira seção corresponde a um modo de produção passado e a estrutura atual somente se deixa entrever a partir da 2ª seção.

A diferença entre a 1ª e a 2ª seções é tão marcante e visível, como sendo uma referente à produção pré-capitalista e a outra à capitalista¹²⁷, que somente o ahistoricismo de Gianoti pode justificar a sua cegueira. Encontrar capitalismo na circulação simples de mercadorias é tão absurdo como falar-se em socialismo capitalista. A circulação simples, expressa na fórmula M-D-M é uma circulação em que não há valorização. Ela não condiciona nem está condicionada pela criação de novas riquezas. A produção acontece nas costas da circulação simples¹²⁸. Agora, na circulação capitalista, o que vemos

¹²⁷Marx, *Le Capital*, Alfred Costes, Paris, 1950, vol. IV, p. 16: "No começo de nossa análise, vimos que não é suficiente a produção e circulação de mercadorias para fazer *nascer o capital*. É necessário ainda que o homem endinheirado encontre no mercado outros homens, livres, mas forçados a vender sua força de trabalho, porque não têm outra coisa para vender. A separação entre o produto e o produtor, entre uma categoria de pessoas providas de todas as coisas que são necessárias para que o trabalho possa se realizar, e uma outra categoria de pessoas cujos bens se limitam à sua própria força de trabalho, tal foi o ponto de partida da produção capitalista." A divisão social do trabalho está aí determinada pelo valor de troca; em outras palavras, é a lei do valor que regula a produção social.

¹²⁸Falar-se em uma produção simples de mercadorias ou modo de produção mercantil simples, não obstante a circulação não determinar diretamente a

imediatamente é a valorização, mesmo na sua fórmula mais geral de D-M- D'. Se formos examiná-la em momento mais concreto (D-M tmp P... M'- D') veremos que ela não somente gera um novo valor como também condiciona a produção. Do dinheiro se transforma em duas mercadorias de qualidades distintas - meios de produção e força de trabalho -, a produção interrompe a circulação, mas tem como resultado novas mercadorias de valor superior às primeiras, que, por sua vez, se transformam em mais dinheiro. A circulação capitalista determina e é determinada pela produção. No entanto, Gianoti insiste em chamar a circulação simples de capitalista, embora ela aconteça, na expressão de Marx, nas costas da produção.

Agora, se passarmos do ponto de vista da produção e da circulação do capital ao processo conjunto da produção capitalista, veremos que o valor de troca é forma passada. Da perspectiva da produção social, o capitalismo ultrapassa o próprio valor de troca imediato. O valor de troca exprime apenas o valor da totalidade das mercadorias, mas não regula mais a troca individual da mercadoria transformada pelo capital. O valor de troca é sucedido pelo preço de produção. Esta transformação da forma de intercâmbio imediato - do valor de troca em preço de produção - é também um momento lógico e um momento histórico da produção capitalista:

“Está de conformidade com a realidade considerar que o valor das mercadorias precede, do ponto de vista não somente teórico, mas também histórico, seu preço de produção” (Marx, *Le Capital*, E.S., Paris, 1957, vol. VI, p. 193).

Se na produção simples de mercadorias a repartição do trabalho era regulada pelo valor de troca, agora, no capitalismo, é o confronto dos diversos capitais entre si na constituição do lucro médio que regula o processo de produção. É, portanto, somente depois de constituído o lucro médio e o preço de produção, que somos lançados plenamente no interior do modo capitalista de produção.

produção imediata, se justifica porque o que se tem em vista é a produção social.

Gianoti, contudo, quer começar pelo fim. A exposição dialética não é feita de um só "golpe". É uma construção que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto. Como Gianoti quer encontrar o complexo e o concreto de "um só golpe", a única coisa que consegue é tornar o trabalho ingenuamente dialetizado. A astúcia do trabalho reside no fato de que é nele que repousa a prática criadora do movimento da história e é a sua determinação formal que nos vai permitir apreender teoricamente o processo social de produção. Mas esta apreensão do social pelo econômico não é uma apreensão imediata, "de um só golpe": o trabalho tem uma razão, cuja astúcia constituidora da estrutura da sociedade só se deixa perceber lentamente por uma exposição dialética que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto. A forma da organização da sociedade é o fim, a conclusão da exposição. É somente no livro 3º que Marx chega ao processo conjunto da produção capitalista, onde encontramos o preço de produção regulando a produção social. Mas como o trabalho de Gianoti é muito pouco ardiloso, ele acredita que "a organização social constitui o primeiro elemento a ser analisado" (1, 189). Daí o imediatismo grosseiro e ingênuo que encontra capitalismo na circulação simples, capital sem trabalho assalariado e lucro quando ainda o trabalho está ligado aos meios de produção.

O sincronismo da leitura de *O Capital* de Gianoti o leva a ver estrutura como uma circularidade repetitiva, em que "o ponto de chegada reata com o ponto de partida" (2, 44). É um movimento "circular onde os resultados voltam a ser repostos" (2, 45). Gianoti chega a dizer que "o ponto de vista genético se impõe em toda a parte" (2, 44), mas este ponto de vista genético, o *dever*, teria para ele uma determinação distinta da *essência*. Não obstante "o ponto de vista genético se impor em toda parte", a gênese é indeterminada, visto que o movimento circular teria um ponto de partida que sempre conserva uma "dose de arbitrariedade" (2, 46). Estamos no universo balibarinesco em que cada modo de produção tem sua própria estrutura, mas a transição é uma indeterminação. A história passa a ser vista como uma sucessão descontínua de *modos de produção*, sendo, portanto, impossível qualquer teoria da história.

A idéia da história como contingência fica clara quando Gianoti se refere à transição para o capitalismo, que implicaria na “subversão mais completa do sentido do próprio desenvolvimento da história” (2, 60).

Vemos, agora, com absoluta clareza o quanto o trabalho é de fato pouco ardiloso, astucioso ou manhoso. Estamos na presença de um trabalho simplório que não consegue impor sua razão à história, e se deixa dominar pela irracionalidade do *arbitrio*.

Dado o conceito de Gianoti de modo de produção como circularidade de posição e reposição em que a articulação é ao mesmo tempo ponto de partida e de chegada, se torna impossível qualquer tentativa de se teorizar a transição. O círculo tem de ser rompido e não é nenhum dos elementos de seu movimento interno que pode fazê-lo. Daí a perda do sentido da história, e o arbitrio como ponto de partida. É achar que o trabalho é miseravelmente pobre ver a estrutura econômica da sociedade como um simples movimento circular. A manha do trabalho reside na sua riqueza e não na sua pobreza. O trabalho, sob qualquer forma social em que se realize, tem a capacidade de reproduzir as riquezas consumidas na produção e de criar novas riquezas. Se o trabalho é astucioso é precisamente porque ele pode criar novas riquezas e esta sua potencialidade, que é o próprio ato da história, reproduz as condições objetivas da produção de maneira ampliada. É precisamente o ardil do trabalho que rompe a circularidade. A reprodução não se faz em círculos, mas em espiral. Se Marx se utiliza da idéia de reprodução simples é apenas por seus efeitos analíticos. Na realidade e no conceito, se o processo de reprodução fosse simples, não haveria nem produção nem história. Esta é a própria concepção materialista da história. A reprodução ampliada é uma determinação da produção em geral.

O sentido da história, isto é, o ardil do trabalho, também somente se deixará apreender pelo desenvolvimento conceitual da produção em geral.

A Reflexão Onerosa

Todos aqueles que de uma maneira ou de outra estão ligados às ciências sociais, têm como objetivo uma compreensão mais profunda da vida social. Os que se fundamentam na perspectiva materialista, buscam a compreensão da vida social com base nas relações econômicas. Contudo, o que Gianoti propõe é um verdadeiro enigma. Ele afirma que aquela compreensão que todos nós almejamos pode ser atingida pela “dissolução das relações econômicas” (2, 35). Segundo Gianoti, a proposição da teoria social de Marx implicaria numa dissolução das representações econômicas “para revelarem seu verdadeiro conteúdo, já que uma compreensão mais profunda da vida econômica implica numa ‘dissolução das relações reais’” (2, 35). Pela nota de rodapé ficamos sabendo que as palavras “dissolução das relações reais” seriam de Marx. Pelo título do parágrafo sabemos também que se trata da “dissolução das relações econômicas”, o que está perfeitamente de acordo com os conceitos de Marx, visto que as relações reais são as relações econômicas. Como podemos compreender a vida social dissolvendo as relações econômicas? Como nas ciências históricas não se dispõe de laboratórios para poder efetuar as experimentações, utilizamo-nos da única força que nos pode servir de instrumento: por abstração dissolvemos as relações reais - as relações econômicas. Como também já sabemos que a estrutura da sociedade nos é dada pelo conjunto das relações econômicas, verificamos, com surpresa, que o resultado da nossa abstração foi a dissolução da sociedade e não uma compreensão mais profunda da vida social.

Dado o fracasso de nossa experiência, passamos a por em dúvida a afirmação e a citação de Gianoti. A solução é confrontar a indicação bibliográfica para verificar se pelo contexto pode-se compreender o sentido da afirmação atribuída a Marx da “dissolução das relações reais”. Sabe-se apenas o título da obra, visto que a citação é feita pela edição alemã. Depois de muita pesquisa, o contexto é localizado, mas na Editions Sociales e na Siglo XXI não se encontra nada que nem mesmo se aproxima à *dissolução*. Fazendo-se as aproximações pela expressão “relações reais”, finalmente se descobre. E qual é nossa

surpresa quando verificamos que não é *dissolução* coisíssima nenhuma. A Siglo XXI fala em "compreensão das relações reais", a Editions Sociales em "concepção das relações reais", e numa nota de rodapé, acrescentada na edição por Kautski, estava "análise das relações reais". A coisa se esclareceu. Marx não poderia ter dito tamanha tolice. Seja *auflossung* ou *auflassung*, com todos os tremas, esses e erres que possa comportar, o sentido é absolutamente claro. Trata-se de *compreensão*, *concepção* ou *análise*, e não *dissolução*.

Assim, desvendando-se os germanos enigmas verbais de Gianoti, não obstante a desproporção entre o custo e o benefício, prosseguimos na *dissolução* de seu texto. Podemos encontrar alguns absurdos como *valor da terra* (2, 60), mas o que realmente impressiona é a sua ardilidade em dissolver (sic!) os conceitos fundamentais da produção em geral. Para diminuir o estatuto teórico do conceito de *produto*, afirma que "não há necessidade, ao menos inscrita no conceito de processo de trabalho em geral, de que os meios de produção sejam produtos, objetivação de trabalho anterior" (2, 26). Nada disso! Há uma necessidade, inscrita no conceito, de que os meios de produção sejam produtos:

"Se os produtos não são somente o resultado, mas ainda a condição de existência do processo de trabalho, é somente levando os produtos ao processo de trabalho e os pondo em contacto com o trabalho vivo, que os resultados do trabalho passado podem ser conservados e utilizados" (Marx, *Le Capital*, Alfred Costes, Paris, 1949, vol II, p. 18) (Cf. *Capítulo VI (inédito)*, p. 26)

Se aceitarmos a indicação de Gianoti de que não está inscrito no conceito de trabalho que o meio de produção seja também produto, tampouco temos nele inscrita a reprodução ampliada, e a circularidade simples pode ser considerada como um elemento do conceito do processo de trabalho. Temos um processo em que se produz tão-somente meios de consumo - como se os homens fossem como as formigas e as abelhas -, não há, portanto, desenvolvimento das forças produtivas; temos a mais completa estabilidade da estrutura, e o devir não pode ser compreendido pela estrutura.

Em Marx, por seu turno, os produtos são condição de existência do processo de trabalho. Eles devem ser levados ao processo de trabalho como trabalho morto para entrar em contacto com o trabalho vivo, permitindo, assim, a conservação e utilização do trabalho passado. A reprodução ampliada está, conseqüentemente, presente no conceito de processo de trabalho. Desta forma, podemos apreender a contradição a partir da produção em geral, já que "o que distingue uma época de outra é menos o que se fabrica, do que a maneira de fabricar, os meios de trabalho pelos quais se fabrica. Os meios de trabalho são os grandímetros do desenvolvimento do trabalhador, e os expoentes das relações sociais nas quais ele trabalha" (Ibid., p. 13). Vemos assim, que pela concepção marxista de processo de trabalho, temos os elementos necessários, o ponto de partida, para apreendermos o estatuto teórico da contradição entre relações de produção e forças produtivas.

Mesmo estando suficientemente claro que para Marx o produto é elemento necessário do processo de trabalho - como meio e como fim -, como Gianoti pode subtrair o produto do processo de trabalho? A função da subtração está clara, mas resta conhecer o ardil por ele utilizado para efetivar tal operação. Marx diz que para o produtor é *indiferente* se o meio de produção contém ou não trabalho morto; isto porque ao trabalhador o que interessa é a substância e não a forma:

"O trabalho objetivado deixa de estar morto na substância, como forma exterior, indiferente, já que o mesmo é posto como momento do trabalho vivo, como relação do trabalho vivo, como relação do trabalho vivo consigo mesmo em um material objetivado, como objetividade de trabalho vivo" (*Elementos Fundamentais...*, p. 306).

Sendo a substancialidade dos meios de produção no processo de trabalho - a sua condição objetiva de meios de produção - que interessa ao trabalhador, esta indiferença em relação à forma-produto não torna o produto menos produto. Gianoti, entretanto, acredita que "o produto, ao passar para a posição de meio de produção, perde seu caráter de produto" (2, 34). Esta dissolução do produto e a reafirmação in-

sidiosa da circularidade simples têm como objetivo negar a tendência natural de aumento das forças produtivas:

“Embora tudo faça com que os três elementos do trabalho venham a perder sua naturalidade, não podemos concluir daí a necessidade de um aumento quantitativo dos meios de produção e, por conseguinte, uma tendência natural de aumento das forças produtivas” (2, 26).

Gianoti dissolve o produto; não tenta sua análise e compreensão. A dissolução serve aos seus propósitos. No entanto, se nos detivermos mais no conceito de produto, veremos que, em primeiro lugar produto é, necessariamente, um valor de uso; o produto como matéria prima ou instrumento de trabalho é também um valor de uso. Produto, na verdade, é uma determinação formal do valor de uso; se todo produto é um valor de uso, nem todo valor de uso é produto. O ar é um valor de uso, mas não é um produto. O produto é um resultado da atividade humana, a transformação de um objeto natural em algo útil para o homem. Na sua atividade, o homem cria a coisa útil, mas para o ato de usar, a coisa como resultado da atividade criadora lhe é indiferente. Um mergulhador necessita de ar e, para ele, é inteiramente indiferente sua determinação formal; interessa-lhe a substância - ar -, pouco lhe importando se o ar que respira dentro d'água depende de algum trabalho anterior ou não, tanto como o homem que está na superfície, se ele não respirar advém a morte.

Assim, Marx afirma que “o valor de uso não se relaciona à atividade humana, (...) mas simplesmente ao seu *ser* para o homem” (em 2, 25). O ar interessa como *ser* para o homem, pelas suas qualidades naturais, pela propriedade específica de manter a vida. Não obstante a substancialidade do ar do mergulhador e do ar do homem que permanece na superfície da água ser a mesma, cada um desses ares possui uma determinação formal distinta: um é produto de um trabalho anterior e o outro é um bem puramente natural. Ambos estão permitindo uma atividade humana, mas o primeiro é trabalho morto vivificando o trabalho do mergulhador, enquanto o outro é condição natural de existência. A indiferença do pulmão em relação à determinação formal do ar não elimina a própria determinação formal.

Ao não se distinguir a substância da forma, dissolve-se a forma na substância: “A matéria prima e o instrumento existem apenas para o uso e não como produto”. Ora, se no caso do mergulhador subtrairmos do ar sua qualidade de produto, teremos também que subtrair do mergulhador sua qualidade de homem e transformá-lo em peixe.

Não percebendo a conexão entre a substância e a forma e não as distinguindo pela abstração, encontramos em Gianoti uma permanente tendência para ignorar as determinações formais e se fixar somente na coisa. Aquilo que já havíamos verificado em relação ao capital, reencontramos aqui¹²⁹. Com a diferença de que lá é a conclusão distorcida e aqui é a premissa distorcida. Se na primeira reificação temos o efeito ideológico de eternizar o capital e dar a ele a propriedade de fundador da essência humana, na segunda temos sua causa metodológica.

Mas entre a dissolução do produto e a dissolução do capital há uma mediação necessária, que é a dissolução da produção. (Emprego a palavra *dissolução* no sentido corrente da língua portuguesa)

O objetivo de Gianoti é o de estabelecer um conceito de *modo de produção*. Ele não está interessado em nenhuma produção historicamente determinada. O que lhe interessa é o conceito de modo de produção *em geral*. Evidentemente, não podemos negar a importância que têm para a teoria social estes conceitos mais abstratos e gerais, que encontramos em todas as épocas históricas. Não acredito que a sua intenção seja um mero exercício escolástico. Não está dito, mas o bom senso leva a crer que o sentido desta construção conceitual seja o de dar à teoria social um instrumento para o conhecimento da produção social historicamente determinada. Se Gianoti de fato acreditasse que “é impossível atingir um modo particular de produção a partir das determinações enfeixadas no conceito de produção em geral” (1, 192), a sua

¹²⁹Omitindo-se o caráter de produto da matéria prima e do instrumento de trabalho, subtraindo-se sua qualidade de trabalho morto, “o processo de produção do capital não se apresenta como processo de produção do capital, mas apenas como processo de produção, e (...) o capital se apresenta tão-somente na determinação substancial de matéria prima e instrumento de trabalho. É este aspecto (...) o que fixam os economistas para apresentar o capital como elemento indispensável de todo processo de produção” (Marx, *Elementos Fundamentais...*, p. 243).

tentativa de definir um conceito geral de modo de produção somente poderia ser encarada como um bizantinismo intelectual destituído de qualquer sentido. A própria tentativa de Gianoti vem demonstrar que, efetivamente, os conceitos mais gerais e abstratos não seriam pura formalidade e exterioridade. Contudo, por paradoxal que possa parecer, para estabelecer o conceito de *modo de produção*, Gianoti dissolve a produção propriamente dita. Para o *modo de produção*, a *produção* é apenas “uma abstração razoável” (2, 39).

Com efeito, para dissolver a *produção* do *modo de produção*, Gianoti abandona o conceito de sociedade como uma *totalidade orgânica*, para assumir o de *circularidade*.

A Produção em Geral

O problema reside na relação entre produção e distribuição. Contudo, para tentarmos equacionar claramente a questão temos de levar em conta, primeiramente, que “a relação *geral* entre a produção e a distribuição” é um capítulo segundo, que está precedido de um capítulo sobre a *produção em geral*. A própria ordem de exposição está a demonstrar que a *distribuição* contém em si uma abstração anterior e mais geral, distribuição é, na verdade, um momento de concreção da produção em geral.

Produção só existe enquanto produção historicamente determinada. Mas todas as épocas históricas têm certas *determinações comuns*. Precisamente estas determinações comuns a todas as épocas da produção social se constituem naquilo que Marx chamou de *produção em geral*. Trata-se, portanto, de uma abstração, mas de uma abstração racional, visto que, não importa sob qual forma histórica, vamos encontrar sempre estes fatores comuns, os quais formam um conjunto complexo, cujos elementos, assumindo funções próprias, revestem-se de determinações diferentes. Deste modo, a *produção em geral* se constitui num todo articulado. As determinações da produção em geral devem ser destacadas a fim de que *as diferenças essenciais entre os períodos históricos sejam apreendidas*. São elas que vão permitir que

a unidade geral de todas as formas históricas da produção social não nos faça esquecer a diferença essencial (Marx, "Introdução", em *Contribution à la Critique de l'Économie Politique*, E.S., Paris, 1957, p. 151). Eis porque se torna necessário *dissolver* as representações para se *compreender* as relações reais. Somos obrigados a dissolver a representação ideológica, por exemplo, da forma do valor, para podermos chegar ao trabalho social.

Pode-se dizer que o fundamento da crítica da economia política foi precisamente a noção de *produção em geral*. Como os economistas confundiam a substância (os fatores gerais) com a forma - por exemplo, meios de produção com capital -, e desde que não há produção sem um instrumento, sem trabalho passado acumulado, capital sempre teria existido e sempre existirá desde que haja produção, derivando daí que o capital é o fundamento da essência, da universalidade e da substancialidade humana, no seu relacionamento antagônico com a natureza.

O objetivo da economia política não é o conhecimento da substancialidade das coisas, mas de suas formas históricas determinadas. A economia política, como lembra Marx, não é uma tecnologia. O que ela busca é explicar "a relação entre as determinações gerais em um estágio social dado e as formas particulares da produção" (Id. Ibid.). Um instrumento de trabalho é um instrumento de trabalho, mas em determinadas condições históricas pode assumir a forma de capital. As categorias da economia política são formas sociais que uma certa substância assume.

Para que haja produção em geral deve haver certas *condições gerais* de toda a produção. Estas *condições gerais* são "fatores abstratos que não respondem a nenhum estágio histórico real de produção" (Ibid. 153), mas se constituem na substância das formas sociais.

Para Marx, "toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por intermédio de uma forma de sociedade determinada" (Ibid. 153). A produção implica, portanto, numa separação entre o homem e a natureza: é uma relação antagônica - de apropriação - entre o homem e a natureza. Esta é a determinação mais geral e abstrata da produção. Mas este ato pelo qual o homem se

apropria da natureza é realizado no interior e por intermédio de uma forma de sociedade. A sociedade - a *sociedade em geral* - é uma das condições gerais da produção.

Produção é apropriação da natureza¹³⁰; seu resultado é o produto. A propriedade aparece assim como uma determinação imediata da produção (apropriação-produto). Aqui não está em questão a forma de propriedade, mas a propriedade (apropriação-produto) em si mesma. Assim, o momento mais simples e abstrato; produção (apropriação)- propriedade-produto, é uma construção puramente tautológica. A acusação que Marx faz aos economistas é passar da substância à forma sem a mediação da história: "É ridículo partir daí num salto a uma forma determinada de sociedade, por exemplo, a propriedade privada" (Ibid.,153).

Agora, se passarmos do primeiro ao segundo capítulo, podemos compreender que distribuição é um momento de concreção daquele processo mais abstrato. Os dois extremos do processo, a produção (apropriação da natureza) e o produto, se separam da propriedade e os três fatores ganham uma determinação formal própria. A unidade da produção em geral se rompe, constituindo-se, agora, a produção numa totalidade articulada. Das condições gerais da produção passamos para a "produção considerada na sua totalidade" (Ibid. 151).

O movimento que nos dá a articulação da estrutura é o sentido próprio do processo de produção. A realização imediata da produção é o produto, mas este somente se realiza no consumo. "É somente no consumo que o produto se torna realmente produto" (Ibid. 156). O processo de produção somente completa seu ciclo necessário pela subjetivação do objeto. Se o ponto de partida fosse o indivíduo isolado estes momentos não assumiriam forma autônoma. O indivíduo efetiva a apropriação real e, na continuidade do próprio ato de produção realiza o consumo. Como o indivíduo produz no seio e por intermédio de uma forma social determinada, o processo se secciona em momentos autônomos. Tratando-se de um processo social, o produto somente pode ser consumido se for apropriado pelo indivíduo. O produtor e

¹³⁰Cf. Luís Alfredo Galvão, "As Relações de Apropriação Real em Balibar", em *Di...fusão*, nº 1, Escola de Sociologia e Política, S.P., 1973.

o consumidor não são necessariamente a mesma pessoa. Temos uma apropriação da natureza (apropriação real) e uma apropriação do produto (propriedade).

A distribuição, por sua vez, é um momento mais complexo da simples propriedade. Esta é apenas o elo mediador entre a produção e o consumo, enquanto que a distribuição implica não só na apropriação do produto enquanto valor de uso imediato, mas também na apropriação do produto enquanto condição material da produção. (Note-se que se retirarmos dos meios de produção a sua qualidade de produto iremos subtrair a apropriação dos meios de produção do processo social de produção.)

Em poucas palavras, isto quer dizer que o problema é o da apreensão de todos os elementos do processo social de produção na sua ação recíproca como totalidade orgânica, não ainda numa forma histórica determinada, mas na sua concepção geral aplicável a qualquer período histórico. Contudo, se o conceito de produção somente pode ser compreendido concretamente inserido na totalidade orgânica que constitui como determinante, é somente na apreensão do movimento próprio da produção social que a totalidade pode ser captada.

Num momento inicial, temos a condição primeira da mera relação com a natureza por meio de uma forma social. Num momento subsequente, entre o homem e a natureza se interpõe, além duma forma de social, o trabalho passado, acumulado. Tratando da passagem do primeiro para o segundo momento, Marx diz que as condições materiais da produção no começo podem aparecer como dados puramente naturais. "O próprio processo da produção transforma esses dados naturais em dados históricos e, se eles aparecem num período como premissas naturais da produção, para outro período constituem o resultado histórico" (Ibid. 161).

Temos aqui apenas o problema colocado, mas não a solução. O elemento natural transformado pelo trabalho é o resultado histórico do primeiro período e premissa do segundo. O movimento da produção está marcado por momentos de enriquecimento da sociedade. O trabalho vivo transforma os dados naturais. Ao transformar esses dados naturais em dados históricos, a sociedade acumula trabalho passado.

Tudo isto é, na verdade, uma verificação elementar, presente na noção de produção em geral. O problema que dela emerge - afirma Marx:

“nos reporta ao de saber como *condições históricas gerais* intervêm na produção e qual é a relação desta com o movimento *histórico geral*. O problema, nos reporta manifestadamente à discussão e à análise da própria produção” (Ibid. 162).

Aqui, em que surge claramente a fusão entre o *dever* e a *essência* - entre a história e a estrutura da produção -, onde a determinação da estrutura é também apontada como sendo a determinação da história, vemos Gianoti dar o fantástico salto no vazio que o leva a separar o dever da essência (a história da estrutura da produção), encontrando duas determinações: “determinações históricas, condições encontradas pela produção, e determinações que ela mesma repõe no seu movimento circular; em suma, determinações do dever e determinações da essência do fenômeno” (2, 40).

Com base na ruptura entre a história e a estrutura da produção, Gianoti se vê obrigado a deixar de lado a concepção da sociedade como “um conjunto de partes organicamente articuladas”, que engendra seu próprio movimento, para defini-la como uma *circularidade* em que “o ponto de chegada reata com o ponto de partida” (2, 44), e em que “os resultados voltam a ser pressupostos” (2, 45).

Em suma, Marx localiza o problema da relação entre a história em geral e a produção em geral, e indica o caminho que se deve percorrer para encontrar a solução: a análise da produção tendo em vista a ação recíproca entre os diferentes elementos, como ocorre com qualquer totalidade orgânica. Para ele, a *produção em geral* é uma abstração racional. É uma abstração que tem sentido porque ela vai fornecer os mais elementares instrumentos conceituais para a economia política: trabalho em geral, produto, produção, reprodução, tempo necessário, sobretrabalho, trabalho vivo, trabalho morto, fundo de trabalho, meios de produção, forças produtivas, relações de produção, etc. Mas a produção, empiricamente, é sempre uma produção histórica. Os

homens produzem no seio e por intermédio de uma forma social determinada, isto é, a produção aparece sempre revestida por categorias ideológicas. O produto é produto. Desde que os homens produzam, o resultado de seu trabalho é sempre um produto, mas somente em determinadas circunstâncias ganha forma de mercadoria; o trabalho abstrato geral, a forma do valor; o fundo de trabalho, a de capital variável; os meios de produção, a de capital constante; o sobretrabalho, a de lucro, etc. Foi o ponto de partida da produção em geral que possibilitou Marx fazer a crítica da economia política assinalando o caráter ideológico das categorias da economia mercantil, e demonstrando também o seu caráter histórico.

Gianoti, contudo, como quer furtar à produção (apropriação da natureza) o papel determinante no processo social de produção, nos diz que “a produção é apenas uma abstração razoável” (2, 39). Não se trata mais da *produção em geral*, mas da produção propriamente dita (a apropriação real). Trata-se, de fato, da “dissolução das relações econômicas” - da “dissolução das relações reais” (2, 35).

Estando dissolvida a produção, Gianoti pode construir o seu conceito de *modo*, como uma circularidade cujo ponto de chegada reata com o ponto de partida, e em que os resultados voltam a ser pressupostos.

Devemos, agora, retomar o fio do debate sobre o conceito de produção. A chave está em compreender a produção como totalidade, e se a totalidade, por sua vez, for apreendida pela captação do movimento próprio da produção em geral.

O processo de produção em geral foi exposto sumariamente por Marx no *prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*. De forma pouco sistemática, esta questão de “como as condições históricas gerais intervêm na produção e qual é a relação desta com o movimento *histórico geral*”, foi tratada nos textos de 1846-1847. Isto que aqui se chama de relação entre o movimento histórico geral e a produção é a própria concepção materialista da história.

Todas as idéias básicas que encontramos no *prefácio* já haviam sido destacadas anteriormente. Gianoti considera estas idéias “abstrações filosóficas” e afirma que foi a economia política que deu o seu

conteúdo (1, 184). Não! Não se trata de abstrações filosóficas, nem seu conteúdo foi dado pela economia política. No *prefácio* Marx diz que aquelas idéias, que surgiram da crise de sua "consciência filosófica anterior" - da crise de 1844 -, serviram de *fio condutor* aos seus estudos - à economia política propriamente dita. Lênin, ao examinar os elementos básicos do materialismo histórico, falou das idéias contidas no *prefácio* como sendo a *hipótese* primeira de *O Capital* (*Aqueles que são os amigos do povo e como eles lutam contra a social-democracia*). É claro que o materialismo é uma concepção que pretende explicar a *história em geral*, em sua conexão com a produção. O materialismo não é somente aplicável ao período do capitalismo, mas tem uma validade universal, pretende ser uma teoria geral da história. Nos textos de 1846-1847 e no *prefácio*, o materialismo era apenas uma hipótese e, enquanto tal, poderia ser qualificado de "abstração filosófica". Porém, depois de *O Capital*, aquela hipótese se transformou em uma teoria científica comprovada. As idéias sobre a história em geral do materialismo histórico se comprovaram nas leis que regem o movimento de uma determinada formação econômica da sociedade, na formação capitalista.

O movimento da história em geral está determinado pela produção porque os homens contraem relações de produção *necessárias, determinadas, independentemente de sua vontade*; estas relações de produção estão condicionadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais do trabalho. O conjunto das relações de produção vem a constituir a estrutura econômica da sociedade, que é a base de toda a vida social. Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção. De formas de desenvolvimento que eram, estas relações se constituem em entraves. Abre-se uma época de transformação social. Uma formação econômica da sociedade somente desaparece quando estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter. Relações de produção novas e superiores somente surgem quando as condições materiais destas relações (as forças produtivas) tenham desabrochado no seio da velha sociedade. Não é a consciência que determina o ser social dos homens; é o inverso, o ser social dos

homens (suas relações de produção) é que determina sua consciência. A própria consciência revolucionária da classe emergente também está submetida a esta determinação das forças produtivas: "A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que podiam se engendrar no seio da velha sociedade" (Marx, *Miséria da Filosofia*, Exposição do Livro, S.P., p. 149).

"As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho a mão dar-vos-á a sociedade com suserano, o moinho a vapor, a sociedade com capitalista industrial" (Ibid. 194).

Aquela primeira maneira como se apresentou a *produção em geral*, começa a ganhar os seus contornos decisivos. As relações de produção surgem como fator determinado pelas forças produtivas. Assim, toda a concepção materialista da história gira em torno do conceito de forças produtivas, o qual, no entanto, necessita de esclarecimentos. Para isto é necessário que se volte às determinações mais simples da produção em geral. A produção é um ato que se passa entre o homem e a natureza:

"Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao

seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Presupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma abelha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o *projeto* que tinha conscientemente em mira, o qual constitui lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (Marx, *O Capital*, Civ. Bras., Rio, 1975, vol. I, cap. V, p. 202).

Vemos, pois, que o trabalho é uma ação racional em que o homem estabelece o projeto e ao qual tem de subordinar sua vontade, e o modo como se estabelece esta subordinação é que sua ação passa a ser determinada pela adequação dos meios aos fins. No entanto não podemos esquecer que trabalho é um ato de por em movimento as forças naturais do corpo do homem - braços, pernas, cabeça, mãos - é “dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico” (Ibid., 54), gasto produtivo de energia humana, de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. Trabalho é fadiga, “sacrifício de liberdade e de repouso”, como dizia Adam Smith, e é por esta razão que os produtos do trabalho humano têm valor. Se trabalho é labuta - sacrifício - e é também uma ação racional de adequação de meios a fins, toda a vida humana pode ser concebida como sendo um esforço para buscar atingir os fins com um mínimo de esforço, numa relação ótima entre custo e benefício. É por este motivo que é da natureza própria do trabalho buscar os meios de produção mais eficientes e, para tanto, é preciso desenvolver as forças produtivas. De tal sorte que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho é uma decorrência necessária do próprio trabalho humano. E não é por outro motivo que Marx é da opinião de que

“não há produção possível sem um instrumento de produção, mesmo que este instrumento seja tão-somente a mão. Não há produção possível sem trabalho passado acumulado, mesmo que este trabalho seja apenas a habilidade que o exercício continuado desenvolveu e fixou na mão do selvagem” (Marx, “Introdução”, ob. cit., p. 151).

Esta maneira de compreender a produção em suas determinações mais simples esclarece a noção de forças produtivas. A força produtiva é sempre força produtiva do trabalho e não força de trabalho imediata. Se a força de trabalho imediata pudesse ser considerada como força produtiva, a força orgânica animal de que dispõe o homem seria uma força produtiva do trabalho e qualquer bicho também seria possuidor de força produtiva. O homem se distingue da abelha porque “o resultado ao qual o trabalho chega preexiste idealmente na imaginação do trabalhador”. O trabalho é uma ação racional com relação a fins. Se o fim está predeterminado, a mente do trabalhador pode buscar os meios mais adequados para atingí-lo. Estes meios são fatores que vão potenciar a força de trabalho - a força orgânico-animal. As forças produtivas do trabalho são, assim, definidas como sendo todos aqueles fatores que vão multiplicar a capacidade de trabalho, o elemento mediador na relação entre o homem e a natureza.

Estes meios que aumentam a produtividade do trabalho podem ser materiais, sociais e intelectuais. No entanto, no *prefácio* Marx diz que as relações de produção estão determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas *materiais*. Na *Introdução*, lembra que o maquinismo altera as formas de apropriação do produto e dos meios de produção. Na *Miséria da Filosofia*, refere-se ao papel histórico do moinho a mão e do moinho a vapor. Numa carta a Engels (7-6-1866) lembra a *nossa teoria*, segundo a qual “a organização do trabalho está determinada pelos meios de produção”. Em *O Capital*, assinala que “a tecnologia põe a nú o modo de ação do homem em face da natureza, o processo de produção da vida material, e, conseqüentemente, a origem das relações sociais e das idéias e concepções intelectuais que dela decorrem” (livro 1º, cap. XV, parte 1º. Para Marx o decisivo são as forças produtivas materiais.

Gianoti pretende demonstrar que, não obstante a desnaturalização das condições de produção, não há tendência natural ao desenvolvimento das forças produtivas (2, 26). Para ele é um engano pensar as forças produtivas como tendo um desenvolvimento autônomo, tomando-as exclusivamente como equipamento tecnológico (2, 30).

Mas as forças produtivas têm um desenvolvimento autônomo. Elas vêm a determinar certas relações sociais de produção. Encontrando as formas adequadas elas se desenvolvem até o ponto em que as formas de propriedade se transformam de formas de desenvolvimento que eram, em entraves. Abre-se, então, uma época de transformação social.

As forças produtivas são autônomas face às relações sociais de produção. É precisamente sua autonomia própria que permite que num certo estágio de seu desenvolvimento venham a entrar em contradição com as relações de produção¹³¹.

Gianoti não compreendeu o sentido do conceito de forças produtivas porque viu de maneira distorcida a passagem da crítica da filosofia à crítica da economia política.

É verdade que em 1844 era a espécie humana a força totalizadora. É certo que não é mais o homem o ponto de partida imediato para a apreensão das leis que regem o movimento de uma certa formação (estrutura) sócio-econômica. Não há a menor dúvida de que “a dificuldade está em trazer o gênero para a história e distribuir sua força determinante entre os vários modos de produção sem destruir a unidade dialética do processo histórico” (1, 189).

O erro de Gianoti reside no fato dele ter se fixado nas proposições iniciais de Marx da *Ideologia Alemã*, segundo a qual “essas abstrações, separadas da história efetiva, não possuem valor algum. Poderão servir apenas para facilitar a ordenação dos materiais históricos, para indicar a sequência de suas camadas singulares” (1, 184).

Uma coisa são estas abstrações filosóficas enquanto *podem ser*

¹³¹O sentido da afirmação de Marx de que a produção sob sua forma exclusiva pode vir a ser determinada, se esclarece neste contexto. Novas relações sociais de produção ou o desenvolvimento das já existentes vêm permitir um desenvolvimento da produção.

vir. Depois de terem servido elas ganham uma nova qualidade. O prefácio seria apenas uma abstração filosófica sem *O Capital*. Aquelas abstrações serviram de *fio condutor* para *O Capital*. Em 1846, eram puras abstrações filosóficas que iriam ter serventia: a formulação da teoria econômica do capitalismo. Mas, uma vez que elas serviram, altera-se sua natureza. Elas eram uma hipótese, como lembra Lênin, e transformaram-se numa teoria comprovada ao servirem de fio condutor.

O objetivo imediato não era o homem enquanto espécie, e sim as leis que regem o movimento da produção capitalista. Mas, como diz Marx, nós só podemos compreender o movimento aparente dos astros conhecendo seu movimento real. Nós somente podemos conhecer o movimento de um período histórico determinado conhecendo o movimento da *história em geral*. Daí a *hipótese* do movimento geral da história determinado pela produção, tal como vamos encontrar, na sua forma mais elaborada e sintética, no *prefácio*. Tendo sido possível conhecer o movimento da sociedade capitalista a partir da abstração filosófica da história em geral, o materialismo histórico perde seu caráter de abstração filosófica e se transforma em teoria comprovada.

Gianoti vê apenas um pequeno momento da elaboração da concepção materialista da história e não o próprio movimento. Ora, é precisamente no movimento (hipótese, sua aplicação a um período histórico e generalização) que podemos resolver a dificuldade de “trazer o gênero para a história e distribuir a força determinante entre os vários modos de produção sem destruir a dialética do processo histórico” (1, 189). Ao tentar resolver tal dificuldade, Gianoti o que faz é precisamente destruir a unidade dialética do processo histórico. Separando o *ser* do *dever* - a estrutura da produção da história - rompe a unidade dialética. O ser constitui-se numa circularidade e o *dever* numa arbitrariedade. O ponto de partida da circularidade tem “sempre de conservar uma dose de arbitrariedade” (2, 46). Segundo Gianoti, o radicalismo da passagem para o capitalismo “implica na subversão mais completa do sentido do próprio desenvolvimento da história” (2, 60). Não há mais unidade dialética da história. A história não tem sentido próprio. Não há tampouco uma teoria geral da história. Há somente

teorias de suas estruturas parciais. Entre uma estrutura e outra reina o arbítrio e a contingência. E, como diria Merleau-Ponty, se a história é contingência, a política é terror.

O estruturalismo ahistórico de Gianoti, paralelo ao do althusserianismo, decorre também do fato de ambos não terem conseguido resolver a questão apontada pelo próprio Gianoti: como “trazer o gênero para a história”? Gianoti resolve a dificuldade dissolvendo o gênero e os althusserianos suprimindo o humanismo materialista. Não existe gênero, assim não há uma teoria geral da história.

Marx, no entanto, trás o gênero para a história precisamente pelo conceito de forças produtivas. Quanto mais estejam desenvolvidas as forças produtivas, maior é o domínio do homem sobre a natureza. A unidade dialética da história é dada pela contradição entre o homem e a natureza, e esta contradição é mediada pelas forças produtivas. O homem é um ser natural, mas ele se nega como natureza ao produzir. O domínio cada vez maior da natureza pelo homem, por meio do desenvolvimento das forças produtivas, vai criar as condições materiais para que o homem alcance a liberdade pela superação da necessidade. A natureza é para o homem a necessidade, que se apresenta como produção. O desenvolvimento das forças produtivas vai permitir ao homem libertar-se da produção e, conseqüentemente, da necessidade. O homem se nega como ser natural e cria a necessidade. Pelo desenvolvimento das forças produtivas ele cria as condições materiais para negar a negação. A alienação é a ruptura da unidade natural, e o homem integral é aquele que se reconhece, outra vez, como ser natural pela libertação da produção. A cada um segundo suas necessidades. A re-ligação homem-natureza, a superação da necessidade, é a conquista do tempo livre e a superação do tempo necessário. A liberdade é a consciência da necessidade e o comunismo é o salto do reino da necessidade ao reino da liberdade¹³².

¹³²Marx, *Le Capital*, E.S., Paris, 1960, v. VIII, p. 198: “A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende, não da duração do trabalho excedente, e sim da produtividade deste e do grau de eficácia das condições de produção em que se efetua. De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade imposta; por natureza situa-se além da esfera

Eis o ardil do trabalho.

Se Marx comparou o trabalho com a razão, ele não o fez apenas no processo de trabalho. O trabalho tem um papel homólogo ao da razão. A astúcia da razão consiste em que "deixando agir os objetos uns sobre os outros de conformidade com a sua natureza, sem se misturar diretamente na ação recíproca, chega, não obstante a atingir o objetivo que ela se propõe" (2, 12). De um lado temos o homem agindo conforme sua natureza: ação racional sobre a natureza. De outro, a natureza resistindo à ação humana. A força natural não é rompida pelo apelo à entidades extra naturais do sagrado. O homem domina a natureza subordinando as forças naturais à produção pela incorporação crescente de trabalho morto no próprio processo de trabalho. O resultado final do processo geral é a vitória do homem na sua luta contra a natureza com o desaparecimento (talvez fosse mais adequado dizer-se - superação) do trabalho necessário. O trabalho é tão poderoso quanto astucioso. O poder do trabalho é a sua qualidade de criar riquezas, e é também a qualidade do trabalho morto atuando como condição do trabalho vivo. A sua astúcia está em ressuscitar o morto pelo vivo e viver da morte do trabalho e para a morte do próprio trabalho. Na medida em que se acumula trabalho morto, o trabalho vivo deixa de ser a grande fonte de riqueza, e torna "a criação da ri-

da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem as formas de sociedade e o modo de produção. Com o seu desenvolvimento se estende igualmente o domínio das necessidades naturais porque as carências aumentam, ao mesmo tempo, ampliando-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade neste domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados, regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina: efetuam-no com o menor dispêndio de energia e nas condições mais adequadas e condignas com a natureza humana. Mas este esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. É além dele que começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, que só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho."

queza relativamente independente do tempo de trabalho empregado nela”.

Assim, por meio do conceito de forças produtivas e da produção em geral, Marx trás o gênero para a história:

“Ricardo, de modo correto para o seu tempo, encara o modo capitalista de produção como o mais vantajoso para a produção em geral, como o mais vantajoso para a criação de riqueza. Ele quer *produção em benefício da própria produção*, e isto com *boas razões*. Afirmar, como fizeram os oponentes sentimentais de Ricardo, que a produção enquanto tal não é o objetivo, é esquecer que a produção por ela própria significa apenas o desenvolvimento das forças produtivas humanas, em outras palavras, o *desenvolvimento da riqueza da natureza humana como um fim em si próprio*. Opor o bem estar do indivíduo a este fim, como faz Sismondi, é afirmar que o desenvolvimento da espécie deve ser *bloqueado* para salvaguardar o bem estar do indivíduo, de modo que, por exemplo, nenhuma guerra deve ser empreendida, na qual, no final das contas, alguns indivíduos perecem (Sismondi está certo apenas quando se coloca contra os economistas que ocultam ou negam esta contradição). A parte a esterilidade de tais reflexões edificantes, elas revelam uma falha em entender o fato de que, apesar de que, a princípio, o desenvolvimento das capacidades da espécie *humana* ter lugar à custa da maioria dos indivíduos e mesmo classes, ao final ele rompe esta contradição e coincide com o desenvolvimento do indivíduo. O mais alto desenvolvimento da individualidade é assim apenas alcançado por um processo histórico durante o qual os indivíduos são sacrificados, pelos interesses da espécie no reino humano, como nos reinos animal e vegetal, sempre se afirmando a si próprios à custa dos interesses dos indivíduos, porque estes interesses da espécie coincidem apenas com os *interesses de certos indivíduos*, e é esta coincidência que constitui a força destes indivíduos

privilegiados" (Marx, *Theories of Surplus-value*, Progress Publishers, Moscow, 1968, Part II, p. 117-8).

Lênin dizia que depois de *O Capital* a concepção geral do materialismo histórico teria sido comprovada. Talvez possamos, com razão, considerar tal afirmação precipitada. O materialismo histórico necessitaria de novas comprovações. É hoje, precisamente, que podemos fazer avançar a teoria materialista da sociedade e enfrentar sem subterfúgios a relação entre a história e a estrutura, mas não pela apreensão do movimento de uma dada formação econômica da sociedade. A dificuldade somente poderá ser resolvida por uma teoria geral da transição. Balibar não teve a timidez de Gianoti e tentou estabelecer certas idéias gerais sobre a transição. No entanto, aí vemos antes uma tentativa de comprovar a proposição apriorística de que não há teoria geral da história no marxismo. Ao definir a transição como uma colusão, colisão ou encontro casual, Balibar dissolve a história em momentos descontínuos. Apesar disso foi uma tentativa de enfrentar a questão.

O problema está implícito em Gianoti. Mas, dado o seu conceito de estrutura da produção como uma circularidade simples, estando o *devoir* subordinado a uma outra determinação (ou à arbitrariedade indeterminada), distinta daquela da produção, e o papel do arbítrio e da descontinuidade histórica em que o capitalismo teria implicado não parece possível que Gianoti, mesmo que ouse enfrentar o problema, encontre uma solução substancialmente diferente da dos althusserianos.

Quando se toca no problema da transição, o sociologismo acadêmico não chega nem mesmo a perceber que é aí que a teoria social materialista tem de fazer sua prova. Se não passar por ela, a estrutura e a história têm de ser cindidas. Não haveria uma teoria geral da história, mas tampouco haveria mais materialismo histórico como uma concepção viva. A sociologia e o socialismo teriam que regredir para os tempos pré marxistas do utopismo e do voluntarismo. Mas, dada esta ruptura, a única coisa que se pode pedir a estes autores é que não mistifiquem. Não apresentem o marxismo e o materialismo pelo que eles não são. Tenham a coragem de um Bernstein de afirmar

que a concepção materialista da história seria apenas um capítulo da história passada do socialismo.

Não parece haver dúvida de que, para o marxismo, estrutura e história constituem uma unidade. Esta unidade aparece na própria *exposição*. A história do capital está presente na exposição, precisamente na primeira seção. O abolir-se também deveria estar. As condições atuais da produção apresentam-se como uma reposição, mas também se apresenta como “abolindo-se a si mesma e, portanto, pondo os supostos históricos de um novo ordenamento da sociedade”. O abolir-se não está presente em *O Capital*, não por limites próprios da exposição, mas porque Marx ainda não tinha a percepção da estrutura mais evoluída para explicar o desenvolvimento da menos evoluída, e perceber nesta última os sinais anunciadores da nova estrutura. Com efeito, foi ele mesmo que lembrou que é a anatomia do homem que vai explicar a anatomia do macaco; é a estrutura mais evoluída que explica a menos evoluída.

Hoje, no entanto, temos já a estrutura mais evoluída. Resta apenas o trabalho de fazer a teoria. Mas a sociologia não pode ficar assustada cada vez que o problema da transição é colocado.

NOME: _____
NAME: _____

ENDEREÇO: _____
Address: _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO
DA REMESSA.

Non-acknowledgment of receipt will indicate that
further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13.081 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel: (0192) 39.8342
Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327
Correio eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br

CADERNOS DO IFCH

Endereço para Correspondência:

Setor de Publicações

IFCH/UNICAMP

CP 6110 - 13081 - Campinas - SP

Tel.: (0192) 39.8342

Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327

Correio Eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br

SOLICITA-SE PERMUTA

EXCHANGE DESIRED

Tiragem 500 Exemplares

Diagramação, Composição e Impressão
IFCH - UNICAMP

